



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

VINÍCIOS SOUZA DE MENEZES

**OS LIVROS NAS TESES: IMPLICAÇÕES
POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICAS NO SABER DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Salvador
2012

VINÍCIOS SOUZA DE MENEZES

**OS LIVROS NAS TESES: IMPLICAÇÕES POLÍTICO-
EPISTEMOLÓGICAS NO SABER DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal, para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Dra. Nanci Elizabeth Oddone

Salvador
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M5431 Menezes, Vinícios Souza de.
Os livros nas teses: implicações político-epistemológicas no saber da Ciência da Informação. [manuscrito] / Vinícios Souza de Menezes. – Salvador, 2012.
170 f. ; 29 cm x 21 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia.

“Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Nanci Oddone”.

1. Livro. 2. Documento. 3. Ciência da Informação. 4. Epistemologia. 5. Política da ciência. 6. Informação. I. Oddone, Nanci, orient. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD: 020.7

VINÍCIOS SOUZA DE MENEZES

**OS LIVROS NAS TESES: IMPLICAÇÕES
POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICAS NO SABER DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal, para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Data de aprovação: Salvador, 16 de agosto de 2012.

Banca examinadora

Nanci Elizabeth Oddone

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. (Orientadora).

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Maria Néida González de Gómez

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Nídia Maria Lienert Lubisco

Doutora em Documentação, pela Universidad Carlos III de Madrid
Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Alberto Calil Elias Júnior

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.

Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Salvador, 16 de agosto de 2012.



*Os ossos do menino despontam
como galhos secos,
menino-árvore de frutos inférteis,
pelejando pra vida.
Por esses desertos o vento lava.
Aéreo é o mar
dos caminhos da fome.*

Sebastião Salgado (2007)

A vida é a grande possibilidade de ser, ainda que na esterilidade desértica do ter.

Vinícios Menezes

AGRADECIMENTOS

Inspirado pelo espírito grego, dedico esta dissertação integralmente à minha personificação de Atena (Αθηνά), meus olhos glaucos, mãe; a ti devo tudo, nesta peleja que é a vida.

Como Vinícius de Moraes, nome que me nomeia em inspiração, dedico esta dissertação também integralmente a Iansã da minha vida, Stella Dourado; amor como conhecer que no outro se conhece.

Agradeço e dedico aos meus familiares, não os limitando à biologização: a minha irmã Viviane, meu cunhado Antônio, minha sobrinha que já está, Morgana, a que está por vir, Melissa; a minha tia Amélia, aos que em Sergipe residem, em especial, Cláudia Maria, minha mãe em sentimento; a Aloísio, Wilma, Sandra e Gil, família que me inseriu como um deles de maneira recíproca; aos amigos-irmãos, Leandro, Felipe, Jair, Ricardo e Daniel; aos meus orientadores Nanci Oddone, Nídia Lubisco e Raymundo Machado; aos amigos do peito, Anderson Café, Maria Conceição e Ana Paula Costa; a Daniela Dourado, a Viviane Dourado e a Lívia Dourado, todas meninas maravilhosas.

Também agradeço aos pensadores que me inspiraram até o agora: a Nanci Oddone, Maria Nélide González de Gómez, Maria Vidal, Luciano Santos, Mia Couto, Giorgio Agamben, todos esses presentes, enquanto vivos; aos presentes, enquanto mortos, todos os gregos, Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, Michel Foucault, Paul Feyerabend, Pierre Bourdieu, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, Ferreira Gullar, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Luís Borges, José Saramago, Gabriel García Márquez. Agradeço a todos esses de modo direto, pois me fizeram de alguma maneira enxergar o que estava oculto aos meus olhos. Talvez eu tenha esquecido alguns, mas como humano sou memória e esquecimento. Na travessia da vida, espero encontrar outras fontes de inspiração para um pensar cada vez mais diferente, para poder ser cada vez mais rio.

Agradeço ao apoio material da Fapesb, por quase dois anos, e também à Fundação Biblioteca Nacional, ambas fundamentais para um sobreviver material no mundo capitalista e indispensáveis para um perceber avesso.

Agradeço, por fim, à vida, que me guardou até este momento.

Tudo é mistério.

Viver é etcétera.

A vida é matéria vertente feito jogo de baralho, verte, reverte.

*Eu quase que nada não sei.
Mas desconfio de muita coisa.*

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para gente é no meio da travessia.

O homem é travessia.

João Guimarães Rosa

MENEZES, Vinícios Souza de. **Os livros nas teses: implicações político-epistemológicas no saber da Ciência da Informação.** 170 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RESUMO

A pesquisa nasce no bojo do presente debate, ainda incipiente, acerca do livro no campo acadêmico-científico. Busca apresentar o forte papel do livro, enquanto produção (*producere*), para o desenvolvimento da ciência, dando especial relevo aos saberes humanísticos, onde se encontra classificatoriamente a Ciência da Informação. A pesquisa manifesta o papel simbólico influenciador do livro para a noção de documento. No contexto da ciência, o livro circula como documento pelas teias políticas e epistemológicas, regidas pelos regimes de informação, isto é, pelos dispositivos disciplinares que estabilizam os discursos. Num campo científico como o da Ciência da Informação, o livro desempenha o papel central na estabilização dos discursos, na incorporação de *habitus*, na exposição de similitudes (*análogon, paradeigma*), isto é, na produção do saber, pois é artefato de gosto constituído pelos agentes do campo científico. Outro documento de forte conotação simbólica para um campo científico são as teses, tipo documental que reproduz o saber do campo para então constituir seus próprios traços. A reprodução do saber nesta pesquisa foi simbolizada mimeticamente pelas citações aos livros feitas pelas teses, tendo nesta interrelação o foco central do estudo. Desta maneira, as estratégias metodológicas foram traçadas da seguinte maneira: o método procedimental foi o comparativo, tendo a unicidade do objeto de análise, os livros, abordados no contexto contrastivo da produção e da reprodução do saber da Ciência da Informação; também foi aplicada a técnica documental junto aos cadernos de indicadores para identificar os livros produzidos pelos programas de pós-graduação em Ciência da Informação – PPGCIs – (1998-2009), assim como, também junto aos cadernos de indicadores, foram levantadas as teses defendidas no triênio 2007-2009; para o acesso aos documentos completos das teses foram efetuadas buscas nas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, nos próprios sítios dos programas, nos mecanismos de busca na web e, em última instância, por contato via correio eletrônico com os autores das teses; aliada à técnica documental foi feita a análise das citações das teses, tendo como referência os livros citados. Foram identificados 127 livros, sendo 58 monográficos e 69 coletâneas produzidas pelos 14 PPGCIs analisados, entre 1998 e 2009. Foram identificadas 91 teses entre os 5 PPGCIs analisados (2007-2009), encontrando-se 16.253 citações, sendo 6.316 a livros, fonte mais citada entre as teses. Além dos livros produzidos pelos PPGCIs, foram analisados os livros de uma maneira geral citados nas teses. Os resultados mostraram uma baixa frequência dos livros produzidos pelos PPGCIs nas teses, sendo as coletâneas mais citadas que os monográficos. Numa perspectiva geral, os livros da Ciência da Informação não apresentam grandes índices de citações, mas estão mencionados entre os mais citados. Os livros dos diversos saberes humanísticos aparecem dialogicamente com os da Ciência da Informação. Por fim, conclui-se que a informação enquanto mesmidade faz da Ciência da Informação um saber aberto, sendo no mundo com os outros saberes, o que implica conflitos epistemológicos com a estrutura política da ciência, herdeira da separação dos saberes.

Palavras-chave: Livro. Documento. Ciência da Informação. Epistemologia. Política da ciência. Informação.

MENEZES, Vinícios Souza de. **The books in the thesis: political and epistemological implications in the knowledge of Information Science.** 170 f. 2012. Thesis (Master) – Institute of Information Science, Federal University of Bahia, Salvador, 2012.

ABSTRACT

The survey comes in the wake of this debate, still in its infancy, about the book in the academic-scientific. Seeks to present the strong role of the book, while production (*producere*) for the development of science, with special emphasis on the humanistic knowledge, which is classificatory Information Science. The research reveals the symbolic role of the influential book to the notion of document. In the context of science, the book as a document circulated by the epistemological and political webs governed by information regimes, ie, the disciplinary mechanisms that stabilize the speeches. In a scientific field like information science, the book has a central role in the stabilization of the speeches, the incorporation of *habitus*, exposure of similarities (*analogon, paradeigma*), ie the production of knowledge, it is like artifact made by agents of the scientific field. Another document of strong symbolic connotation to a scientific field are the theses, documentary type that reproduces the knowledge of the field and then form their own traits. The reproduction of knowledge in this research was symbolized by mimetically citations to books made by theses, and this interrelation the central focus of the study. Thus, the methodological strategies were drawn as follows: procedural method was the comparison with the uniqueness of the object of analysis, the books discussed in the context of contrasting production and reproduction of knowledge of Information Science, was also applied the technique document with the signatures of indicators to identify books produced by the postgraduate programs in Information Science – PPGCIs – (1998-2009), and also from the notebooks of indicators were lifted theses in the triennium 2007-2009; for access to the complete documents of the theses were carried out searches in the Digital Library of Theses and Dissertations at the actual sites of the programs in the search engines on the web and, ultimately, by contact via e-mail to the authors of the theses, together with Technical documentation was the analysis of citations of the thesis with reference to the books cited. We identified 127 books, 58 monographs and 69 collections produced by 14 PPGCIs analyzed between 1998 and 2009. 91 theses were identified among the five PPGCIs analyzed (2007-2009), being 16 253 citations, 6316 to books, the source most often cited among the theses. Besides the books produced were analyzed by PPGCIs books generally cited in the thesis. The results showed a low frequency of the books produced by PPGCIs theses, and the collections that the most cited monographs. From a general perspective, the books of Information Science did not possess large citation indexes, but are mentioned among the most cited. The books of the various humanistic knowledge appear to have higher rates of citations. Finally, we conclude that the information while sameness of Information Science is an open know, being in the world with other knowledge, which implies epistemological conflicts with the political structure of science, heir to the separation of knowledge.

Keywords: Book. Document. Information Science. Epistemology. Science of policy. Information.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percentagem bruta dos livros publicados pelos PPGCIs (1998-2009)	81
Tabela 2	Percentagem a partir do filtro dos livros publicados pelos PPGCIs (1998-2009)	91
Tabela 3	Frequências absoluta e relativa das teses defendidas entre 2007 e 2009 e seus respectivos PPGCIs	107
Tabela 4	Docentes orientadores, total de docentes e teses defendidas por PPGCI	113
Tabela 5	Fontes de informação citadas nas teses da CI (2007-2009)	121
Tabela 6	Referências dos trabalhos divididas por categorias e ano	122
Tabela 7	Livros e coletâneas citados nas 91 teses da CI (2007-2009)	123
Tabela 8	Frequência absoluta e relativa das zonas de citações em livros presentes nas teses da CI (2007-2009)	126
Tabela 9	Frequência absoluta e relativa das zonas de citações dos autores dos livros presentes nas teses da CI (2007-2009)	128
Tabela 10	Frequência absoluta e relativa das zonas de citações das coletâneas presentes nas teses da CI (2007-2009)	131
Tabela 11	Frequência absoluta e relativa das zonas de citações dos autores das coletâneas presentes nas teses da CI (2007-2009)	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Dados sem filtros dos livros da Ciência da Informação, (CAPES, 1998-2009)	80
Quadro 2	Dados sem filtros das coletâneas da Ciência da Informação, (CAPES, 1998-2009)	84
Quadro 3	Crítérios de classificação dos livros e coletâneas da Ciência da Informação (CAPES, 1998-2009)	87
Quadro 4	Taxonomia da Ciência da Informação	88
Quadro 5	Dados filtrados dos livros da Ciência da Informação, (CAPES, 1998-2009)	90
Quadro 6	Taxonomia da Ciência da Informação aplicada aos conteúdos temáticos dos livros publicados entre 1998 e 2009	94
Quadro 7	Dados filtrados das coletâneas da Ciência da Informação (CAPES, 1998-2009)	97
Quadro 8	Taxonomia da Ciência da Informação aplicada aos conteúdos temáticos das coletâneas publicadas entre 1998 e 2009	102
Quadro 9	Cursos de doutorado em CI por ano de criação	106
Quadro 10	Teses defendidas por ano de análise	108
Quadro 11	As teses defendidas em suas respectivas linhas de pesquisa e PPGCIs	110
Quadro 12	Taxonomia da CI aplicada aos conteúdos temáticos das teses defendidas no triênio 2007-2009	111
Quadro 13	Docentes da CI por IES de formação	117
Quadro 14	Top 30 das citações a livros nas teses da CI (2007-2009)	124
Quadro 15	Os 52 autores de livros mais citados nas teses da CI (2007-2009)	127-128
Quadro 16	Top 22 das citações a coletâneas nas teses da CI (2007-2009)	129
Quadro 17	Os 57 autores de coletâneas mais citados nas teses da CI (2007-2009)	132
Quadro 18	Livros produzidos pelos PPGCIs (1998-2009) citados nas teses (2007-2009)	134
Quadro 19	Coletâneas produzidas pelos PPGCIs (1998-2009) citadas nas teses (2007-2009)	136
Quadro 20	Livros da Ciência da Informação citados nas teses (2007-2009)	138-139
Quadro 21	Autores dos livros da Ciência da Informação citados nas teses (2007-2009)	140
Quadro 22	Coletâneas da Ciência da Informação citadas nas teses (2007-2009)	141-142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Frequência absoluta dos dados sem filtros dos livros publicados pelos PPGCIs entre 1998 e 2009	82
Gráfico 2	Frequência absoluta dos dados sem filtros dos livros publicados pelos PPGCIs por ano	83
Gráfico 3	Frequência relativa dos dados sem filtros das coletâneas publicadas pelos PPGCIs entre 1998 e 2009	85
Gráfico 4	Frequência absoluta dos dados sem filtros das coletâneas publicadas pelos PPGCIs por ano	86
Gráfico 5	Frequências absolutas e relativas dos livros retirados do corpo de análise da pesquisa a partir dos critérios adotados	89
Gráfico 6	Frequência absoluta dos dados filtrados dos livros publicados pelos PPGCIs entre 1998 e 2009	91
Gráfico 7	Valores dos livros por programa (1998-2009): dados sem filtros comparados com dados filtrados	92
Gráfico 8	Valores dos livros por ano (1998-2009): dados sem filtros comparados com dados filtrados	93
Gráfico 9	Tipologia da autoria dos livros publicados pela Ciência da Informação entre 1998 e 2009	96
Gráfico 10	Frequências absoluta e relativa das coletâneas retiradas do corpo de análise da pesquisa a partir dos critérios adotados	98
Gráfico 11	Frequência relativa dos dados filtrados das coletâneas publicadas pelos PPGCIs entre 1998 e 2009	99
Gráfico 12	Frequência absoluta dos dados filtrados das coletâneas publicadas pelos PPGCIs entre 1998 e 2009	100
Gráfico 13	Valores das coletâneas por programa (1998-2009): dados sem filtros comparados com dados filtrados	101
Gráfico 14	Valores das coletâneas por ano (1998-2009): dados sem filtros comparados com dados filtrados	101
Gráfico 15	Tipologia da autoria das coletâneas publicadas pela Ciência da Informação entre 1998 e 2009	104
Gráfico 16	Valores absolutos e relativos dos docentes orientadores por área de titulação	114
Gráfico 17	Valores absolutos e relativos dos docentes orientadores por IES de titulação	115
Gráfico 18	Frequência absoluta dos docentes da CI por área de titulação	116

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O LIVRO NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO SABER POLÍTICO-CIENTÍFICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	16
2.1	JUSTIFICATIVA	16
2.2	PERGUNTA DE PARTIDA	17
2.3	OBJETIVO GERAL	17
2.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3	O LIVRO NA CIÊNCIA	19
3.1	<i>BÍBLION</i> , UM SINAL PARA A CIÊNCIA DOCUMENTAL	19
3.2	<i>DOCUMENTUM LIBER</i> : UM ARTEFATO DA CULTURA CIENTÍFICA	27
3.3	A EPISTEMOLOGIA SOCIAL E OS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA	33
4	ELEMENTOS DO CAMPO CIENTÍFICO	39
4.1	A CONCEPÇÃO DE CAMPO CIENTÍFICO E O <i>OPUS OPERATUM</i>	39
4.2	AUTORIDADE E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL CIENTÍFICO	42
4.3	PRÁXIS DO <i>HABITUS</i> CIENTÍFICO	49
5	PARADEIGMA E MANUAIS (TEXTBOOKS) DO CAMPO CIENTÍFICO	56
5.1	<i>PARADEIGMA</i>	56
5.2	COMUNIDADE CIENTÍFICA <i>VERSUS</i> CAMPO CIENTÍFICO	63
5.3	OS MANUAIS CIENTÍFICOS	66
6	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	71
7	PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO LIVRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	78
7.1	A PRODUÇÃO EDITORIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CAPES, 1998-2009	78
7.1.1	DADOS SEM FILTROS DA PRIMEIRA COLETA	78
7.1.2	DADOS FILTRADOS	86
7.2	LIVROS CITADOS NAS TESES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (2007-2009)	105
7.2.1	OS PPGCIS EM SUAS TESES E SEUS DOCENTES	105
7.2.2	A CITAÇÃO DE LIVROS NAS TESES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (2007-2009)	118
8	PRODUÇÃO-REPRODUÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICAS NO SABER DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	144
	CONCLUSÕES	157
	REFERÊNCIAS	160

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa busca pensar o livro em diálogo com as teses nos espaços políticos e epistemológicos de produção e reprodução da ciência, especificamente da Ciência da Informação. Em princípio, o livro (*bíblion*¹) foi apresentado como um artefato de forte vigor simbólico para a ciência e representou um sinal insinuador para a concepção da Documentação. O livro enquanto documento se expõe para a ciência pelas vias da produção, daquilo que governa para o avanço (*producere*) da ciência, a produção científica. Os livros na ciência circulam pelas teias políticas e epistemológicas regidas pelos regimes de informação, isto é, pelos dispositivos disciplinares que estabilizam os discursos. O livro possui papel central na estabilização dos discursos, na incorporação de *habitus*, na exposição das similitudes do campo (*análogon, paradeigma*), pois é artefato de gosto constituído pelos agentes do campo científico, em especial pelos saberes humanísticos. A constituição de um saber depende de documentos, sendo o livro um dos mais prestigiados simbolicamente. Os livros comunicam, produzem e reproduzem as ciências, em seus exemplos do real. Em diálogo com as teses, busca-se nas citações perceber as relações intertextuais e intersubjetivas de produção e reprodução do saber, erigidas pelos livros na composição identitária da Ciência da Informação.

As estratégias metodológicas delinearão um estudo comparativo e documental, com uso da análise de citações. Tal estudo busca evidenciar traços e marcas do saber-fazer próprio do campo da Ciência da Informação, registrados no trabalho das citações. Ou seja, procura mostrar, a partir de uma hermenêutica das citações, sinais singulares de um modo de ser, de um *habitus* de composição de seus documentos, de um desencobrir daqueles que jogam ao lado da Ciência da Informação, isto é, dos paradigmas (*paradeigma*: aquilo que joga ao lado). Os paradigmas estão diretamente associados com os *habitus* de agir do campo, com a potência (*dynamis*) do mover-se (*citare*), própria dos elementos que compõem esta pesquisa, isto é, os documentos (livros e teses), os *habitus*, os paradigmas (*paradigmas*), a informação. Portanto, de nenhum destes elementos ecoa uma voz dogmática: ao contrário, estão todos dispostos enquanto *dynamis*, ainda que os instrumentos político-epistemológicos daqueles que

¹ O que se pretende é falar do livro em perspectiva simbólica, não propriamente de uma tipologia documental: livro, enciclopédia, manual, coletâneas. Em perspectiva técnica, por exemplo, livro, enciclopédia e coletâneas são objetos distintos. Porém, quando se usa nesta dissertação o termo “*bíblion*” pleiteia-se evocar, a partir da palavra originária, o sentido simbólico concreto desta palavra, isto é, o “*bíblion*” enquanto significado que se encontra nos incunábulo, nos livros, nas enciclopédias, até na palavra documento, onde Otlet insiste em dizer “*bíblion* ou documento”. Assim, busca-se expressar esse sentido nas perspectivas abordadas: em Bourdieu, o livro (*bíblion*) como um produto estruturado (*opus operatum*) e em Kuhn como um manual (*textbooks*, livro-texto). Desta maneira, opta-se por utilizar genericamente o termo livro.

governam institucionalmente a ciência queiram ceifar o movimento por meio das separações, da instituição do uniforme, da igualdade, do indiferenciado, do normal.

Portanto, a partir das citações (*citare*), signos do movimento do saber, da produção e da reprodução, esta pesquisa buscou argumentar e manifestar um princípio de identidade (A é A) para a Ciência da Informação. Uma identidade que reconhece, no outro (outros campos), o mesmo; na informação, uma mesmidade. Identidade difícil de estimar diante de uma racionalidade do prestígio concedido pelos instrumentos político-epistemológicos, baseados nas separações demarcatórias de um saber, isto é, o conflito contraditório se dá entre uma racionalidade lógica dos instrumentos institucionais do saber-poder, contra uma racionalidade dialógica da abertura do saber sendo no mundo com os outros saberes. Desta maneira, esta pesquisa caminhou em direção da problematização do saber da Ciência da Informação, pela via da produção e reprodução dos seus documentos; além de evocar uma discussão acerca das implicações políticas e epistemológicas do modo de ser com o outro da Ciência da Informação.

*Supondo que a verdade seja uma mulher –
não seria bem fundada a suspeita
de que todos os filósofos,
na medida que foram dogmáticos,
entenderam pouco de mulheres?*

Friedrich Nietzsche

Das Escolas

Pertencer a uma escola é o mesmo que ser condenado à prisão perpétua.

Mário Quintana

2 O LIVRO NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO SABER POLÍTICO-CIENTÍFICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo constam dados sinaléticos em que se justificam os propósitos do presente estudo, a pergunta que movimenta a pesquisa, assim como os objetivos, geral e específicos, aos quais foram buscados pelas práticas que tornaram concreto o acontecer desta pesquisa. Tais signos iluminam os traços da produção e reprodução do saber da Ciência da Informação, em suas perspectivas políticas e epistemológicas.

2.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se em vários momentos do seu caminho. Inicialmente por ser uma pesquisa inédita em sua estrutura: tratar dos livros da Ciência da Informação e sua respectiva reverberação nas teses do campo. É original em sua disposição teórica e empírica, ou seja, procura dar um olhar filosófico restituidor para os elementos tratados na pesquisa; pôr em relevo o papel do livro na ciência, até então secundário; discutir os *habitus* e os paradigmas através de suas potências e não de suas uniformidades fixas; buscar interpretar os dados da pesquisa de maneira porosa e aberta através de um olhar filosófico. Manifesta ainda uma interpretação acerca da informação como uma mesmidade e propõe, a partir dos resultados, uma interpretação identitária (A é A) para a Ciência da Informação.

O tema do livro na Ciência da Informação possui um caráter ainda incipiente. Há pouquíssimos estudos sobre o livro na ciência e, em particular, na Ciência da Informação. Nos últimos anos, com a captura dos livros pelas tecnologias de informação e comunicação, isto é, com a promoção dos *e-books*, as discussões acerca do livro se tornaram efervescentes novamente. Canais de informação científica lançaram plataformas para livros científicos, como o SciELO Livros, ou ainda, os repositórios institucionais que passaram a disponibilizar os livros acadêmico-científicos produzidos pelas editoras universitárias, como por exemplo, o repositório da UFBA. Em outubro de 2011, a *Thomson Reuters* anunciou a criação do *Book Citation Index* para a *Web of Knowledge*, instrumento similar ao *Journal Citation Reports* – (JCR), mas só que agora para livros. Na mesma linha avaliativa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) lançou o roteiro para classificação de livros na avaliação trienal de 2007-2009, com o escopo de estratificar a qualidade da produção em livros dos programas de pós-graduação. Enfim, esta pesquisa justifica-se multidimensionalmente.

2.2 PERGUNTA DE PARTIDA

Os livros citados nas teses reproduzem o saber produzido pela Ciência da Informação? Que implicações e reflexões políticas e epistemológicas para o saber da Ciência da Informação podem ser apontadas a partir do mapeamento das citações a livros nas teses defendidas entre 2007 e 2009?

2.3 OBJETIVO GERAL

Analisar e interpretar a presença dos livros citados nas teses da Ciência da Informação defendidas entre 2007 e 2009.

2.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar os livros produzidos pelos PPGCIs registrados nos *Cadernos de Indicadores* da CAPES;
- b) Identificar as teses defendidas, documento completo, no campo da Ciência da Informação, no triênio (2007-2009);
- c) Mapear os livros citados nas teses;
- d) Comparar os dados extraídos das teses com a produção legitimada pelo campo da Ciência da Informação.

Livros

*Tropeçavas nos astros desastrada
 Quase não tínhamos livros em casa
 E a cidade não tinha livraria
 Mas os livros que em nossa vida entraram
 São como a radiação de um corpo negro
 Apontando pra a expansão do Universo
 Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso
 (E, sem dúvida, sobretudo o verso)
 É o que pode lançar mundos no mundo.*

*Tropeçavas nos astros desastrada
 Sem saber que a ventura e a desventura
 Dessa estrada que vai do nada ao nada
 São livros e o luar contra a cultura.*

*Os livros são objetos transcendententes
 Mas podemos amá-los do amor táctil
 Que votamos aos maços de cigarro
 Domá-los, cultivá-los em aquários,
 Em estantes, gaiolas, em fogueiras
 Ou lançá-los pra fora das janelas
 (Talvez isso nos livre de lançarmo-nos)
 Ou o que é muito pior por odiarmo-los
 Podemos simplesmente escrever um:*

*Encher de vãs palavras muitas páginas
 E de mais confusão as prateleiras.
 Tropeçavas nos astros desastrada
 Mas pra mim foste a estrela entre as estrelas.*

3 O LIVRO NA CIÊNCIA

Neste capítulo, são levantados alguns argumentos que inserem o livro simbolicamente no desenvolvimento da concepção da ciência moderna. O ideal iluminista, enciclopedista, e a ciência, enquanto verdade, são postos a partir do dizer verdadeiro que guardava o livro, em especial o Livro-Natureza exposto por Galileu. Diante deste cenário, buscou-se negritar, por em relevo, os laços emblemáticos que tornaram o *bíblion* (livro) um sinal eidético para a concepção de Documentação de Paul Otlet. Aliado a este debate, o livro é perspectivado em suas vertentes políticas (livro: do latim *liber*, livro e liberdade) e epistemológicas. A primeira envolve os dispositivos e os regimes de informação construídos para capturar e modelar corpos; a segunda expõe o documento-livro em sua natureza coletiva e distribuída, isto é, pública, traçada na concepção da sociologia da ciência e corporificada nos ideais da epistemologia social de Margaret Egan e Jesse Shera. Desta maneira, o livro se delinea nas teias político-epistemológicas da ciência.

3.1 *BÍBLION*, UM SINAL PARA A CIÊNCIA DOCUMENTAL

Nem o livro nem a areia têm princípio ou fim.
Jorge Luís Borges.

Inicialmente, o texto tentará expor a força de sentido que possui o livro. Diante de uma perspectiva histórico-conceitual, o livro caminhará até a modernidade. Segundo Waddington (2000), o livro é um dos agentes principais da invenção da modernidade e com a modernidade nasce a ciência. Portanto, na interrelação entre o sentido do livro e o propósito da ciência, busca-se encontrar o elo para a ciência documental.

A palavra *bíblion* é originalmente grega e significa livro. *Bíblion* é um termo diminutivo de *Biblos*, palavra que atribuía nome ao papiro egípcio. Por sua vez, o papiro egípcio era chamado *biblos*, em decorrência do local de onde era transportado para a Grécia, o porto fenício de nome *Byblos*². Essa vinculação com o lugar também está presente na nomeação do pergaminho, do grego *pergamemon*, aquilo é originário de Pérgamo, cidade grega. Contudo, a palavra livro descende de *bíblion*, diminutivo de *biblos*, papiro egípcio, que deriva de *Byblos*, um porto. Logo, o *bíblion* é uma parte do porto que vai à deriva do navegar, num devir incessante de estar e não estar, o livro é “autêntica força vivente: que está, em

² Byblos é atualmente a capital do distrito de Jbeil no Líbano, localizado na província de Monte Líbano, à nordeste da capital do país, Beirute.

potência”. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 51) O livro nunca deixa de ser porto, pois guarda em seu nome o porto, *Byblos*. Todo porto é um refúgio, um abrigo, isto é, uma casa³ e sobre a casa dirá Heidegger: “A linguagem é a casa do ser. Nesta habitação do ser mora o homem.” (2005, p. 8) O porto é a casa do livro. O ser livro é puramente linguístico. (LEÃO, 2000) Sem a linguagem não há condição de possibilidade para o livro, nem para o que na casa reside, pois não haveria casa. Enquanto forças viventes em potência, o homem e o livro são em linguagem. No quadro de Giuseppe Arcimboldo, exposto na figura a seguir, esse duplo, homem e livro, torna-se um único homem-livro⁴.

Figura 1- O bibliotecário



Fonte: Giuseppe Arcimboldo (1566).

Diante dessas metáforas, por onde se compõem tradicionalmente as linguagens filosóficas e poéticas, mas de onde não se ausenta também a linguagem científica, como argumentado por Thomas Kuhn (2006), no capítulo que se intitula “a metáfora na ciência”, a força de sentido do livro vai tomando forma. Continuando a argumentação do parágrafo

³ No contexto da casa, valem a pena ser ditas duas passagens complementares: “O importante não é a casa onde moramos, mas onde, em nós, a casa mora.” (COUTO, 2003, p. 54); “a casa é do tamanho do mundo; ou melhor, é o mundo.” (BORGES, 2008, p. 62) A primeira passagem é de Mía Couto, biólogo e escritor, e a segunda de Jorge Luís Borges, filósofo e escritor.

⁴ Diz Borges, “[...] Um homem que é o livro [...]” (BORGES, 2001, p. 48). Outra imagem desse único, homens-livros, está presente em “*Fahrenheit 451*”, de Ruy Bradbury (2003), que se tornou filme também, com nome homônimo ao do livro. Para uma leitura filosófica desse livro e, de certa maneira, do duplo homem-livro, conferir o livro “Sobrevivência dos vaga-lumes” de Georges Didi-Huberman (2011).

anterior, o livro pode ser visto como uma embarcação diminuta do porto (linguagem) que se dis-põe a navegar. Sem navegar, isto é, circular, mover-se, o livro seria um fim em si mesmo, como a fortaleza de intertextualidade da Biblioteca de Babel, criada por Jorge Luís Borges e comentada por Bruno Latour (2000a, p. 21), no contexto aqui perspectivado. Portanto, navegar é preciso. Este era um lema dos antigos navegadores romanos, célebre a partir de uma nota poética escrita por Fernando Pessoa (2007). A maioria dos livros intitula a nota por Navegar é preciso, mas há quem diga que seja Palavras de pósito. Porém, esta precisão do título torna-se secundária diante da mensagem do texto. Propondo uma leitura qualificada, não no sentido de melhor, todavia, no sentido de um modo de ver e ler próprio do proposto, leia-se o poema de Fernando Pessoa não como a fala de um homem, mas como se esta primeira pessoa do singular seja um homem-livro, em especial, pela temática da dissertação, com uma maior atenção para o livro.

Navegar é preciso

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa: “Navegar é preciso; viver não é preciso”.

Quero para mim o espírito [d]esta frase, transformada a forma para a casar como eu sou:

Viver não é necessário; o que é necessário é criar.

Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo.

Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha.

Cada vez mais assim penso. Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade.

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.⁵

Fernando Pessoa (2007)

Lendo esse poema como a fala de um livro, três pontos merecem ser suscitados. Primeiro, quando Pessoa diz “Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo”. O livro, que está em potência na voz de Pessoa, está proclamando a sua vontade de ser grande, isto é, a sua vontade de ser lembrado (memória), ainda que sua forma-conteúdo seja a lenha desse fogo. Lenha que sempre esteve associada ao homem e seus livros, ou seja, o homem e o livro sempre foram censurados e

⁵ É preciso levantar dois pontos do poema, em que o pensamento desse texto toma outra vereda que não a de Pessoa. Primeiro “viver não é preciso”. Esta frase encontra dissensão com a posição deste texto, pois, viver é acontecer no mundo, isto é, parafraseando Agamben (2009, p. 88), do ser nós não temos outra experiência senão viver. Deste modo, em comunhão com o que foi dito no primeiro parágrafo desse tópico, o livro é “autêntica força vivente”, “potência”, uma entidade cujo ser é puramente linguístico. O segundo ponto é “engrandecer a pátria”. A posição filosófica desta dissertação está em acordo com Mia Couto (2003), isto é, a minha pátria é onde o vento passa.

queimados como homens-livros, indissociáveis. (GINZBURG, 2006; WADDINGTON, 2000) Nesse contexto incendiário, já houve diversos acontecimentos na história em que livros serviram de fogo para fogueiras dogmáticas. (BAÉZ, 2006; FEBVRE; MARTIN, 1992; ECO, 2010; EISENSTEIN, 1998)

Umberto Eco em *Memória vegetal* manifesta que

Os livros não morrem só por conta própria. Volta e meia são destruídos. Nas primeiras décadas do nosso século assistiu-se à queima dos livros “degenerados” feita pelos nazistas em Nuremberg. Era um gesto simbólico, certo, porque nem mesmo os nazistas queriam destruir todo o patrimônio livresco de seu país. Mas são símbolos que importam. Temam aquele que destrói, censura, proíbe os livros: ele quer destruir ou censurar nossa memória. Quando percebe que os livros são demasiados, e incapturáveis, então destrói memórias animais, cérebros, corpos humanos. Começa-se sempre pelo livro, depois instalam-se as câmaras de gás. (ECO, 2010, p. 25)

O segundo ponto é o trecho que diz: “Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha. [...] propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade.” Dito isso, “o livro”, quer que a sua vida seja uma “obra aberta” (ECO, 1997), em seu propósito impessoal de engrandecer o mundo e contribuir para a evolução da humanidade. Assim foi desde o surgimento da prensa de Gutenberg. (FEBVRE; MARTIN, 1992; EISENSTEIN, 1998) O livro representou o esclarecimento iluminista – *Aufklärung* –, a libertação da tutela e dos grilhões do saber dogmático da Igreja, assim como desmantelou o universo de certezas então instituído, resistindo à “unidimensionalização da existência.” (WADDINGTON, 2000, p. 137) O livro, na modernidade, reavivou o seu duplo sentido do latim *liber*, livro e liberdade. (VATTIMO, 2000) O livro simboliza o saber moderno, o lema de Horácio adotado por Kant, *sapere aude* (ouse saber), e ele está oculto na fala aqui proposta do terceiro trecho do poema que diz “é a forma que em mim tomou” a forma livro.

Claudius Waddington argumenta sobre a crise do Antigo Regime, “o espectro da crise que corrói os modelos clássicos de pensamento projeta-se sobre o livro.” (2000, p. 136) O livro, dentre outros agentes, estourou rachaduras no sistema de pensamento medieval, provocando a secularização do saber, evento histórico-conceitual que distingue o moderno. Como manifestou Eisenstein (1998, p. 207-276), a imprensa implicou no surgimento da ciência moderna; esta, por sua vez, traz consigo duas imagens fundamentais para o entendimento do que a dissertação pretende dizer: primeiro não há modernidade sem ciência, esta é figura central na compreensão do que é o moderno; segundo, o significado do livro na aceção do que é ser científico, isto é, o esforço dos filósofos naturais estava concentrado na

leitura do manuscrito universal e público, o Livro da Natureza; o saber da ciência consistia em saber ler o livro da natureza, que se dispunha em linguagem matemática, sendo seus caracteres formados por triângulos, círculos e outras figuras geométricas.

A natureza do pensamento científico moderno carregava o *slogan* de “ciência livre de valores”, afinal se tratava de um saber advindo do livro da natureza, não de um “gênio enganador”, como descreveu Descartes (2002). Esse estereótipo acarretou à linguagem científica a autonomia da produção das verdades únicas e abstratas, libertas de valores sociais. O conhecimento científico tinha a qualidade de ser inquestionável devido ao itinerário das práticas e instituições científicas representativas da ciência “moderna”. Segundo Mariconda e Lacey (2001, p. 50), três componentes descrevem o contexto da ideia da ciência livre de valores: a imparcialidade, a neutralidade e a autonomia.

A imparcialidade baseia-se na distinção entre os critérios para a avaliação epistêmica de teorias científicas e os valores e crenças sociais, culturais, religiosos, metafísicos e morais. A neutralidade afirma primeiro (neutralidade cognitiva) que não se podem extrair de teorias científicas conclusões no domínio dos valores; e segundo (neutralidade aplicada) que, no contexto de aplicação, uma teoria bem estabelecida serve, em princípio, aos interesses de todas as perspectivas de valores mais ou menos de igual modo. A autonomia refere-se à carência (ou ausência) de um papel legítimo para os fatores de fora (externos) (tal como valores sociais, crenças religiosas e ideológicas e o “testemunho de autores”) para as práticas internas da metodologia científica, não só com relação à escolha de teorias, mas também com relação à determinação das abordagens de pesquisa. A autonomia acarreta, portanto, que as práticas científicas devem ser conduzidas livres de qualquer interferência de fora (externa) [...] (MARICONDA; LACEY, 2001, p. 50).

A ciência moderna é caracterizada pelo seu viés idealista que, indistintamente, acaba exaltando a conservação e manutenção da ordem dominante. Fourez a descreve como uma “aceitação de normas universais e eternas que determinam de que modo é e deve ser o real”. (1995, p. 227) A ideia se apresenta como uma noção que existe para o todo e sempre, ou seja, possui os aspectos de funcionamento de uma norma rígida e imutável. Assim dentro dessa perspectiva idealista, os pensadores modernos sempre buscaram alcançar a ideia de maneira absoluta, pois desta forma se aproximariam da “realidade em si”, do *a priori* kantiano.

Galileu questionava os princípios aplicados à época para o estabelecimento do que seria a ideia de verdade, até então relacionada ao princípio aristotélico do argumento da autoridade. Assim, Galileu afirmava que, diante de conclusões seguras e necessárias, não advindas de preferências humanas, quem se arvorasse a discordar de tais conclusões estaria estimulando o erro e, sendo assim, nem mil Demóstenes, nem mil Aristóteles, resistiriam a

um único homem que porventura percebesse, só ele, a verdade. Latour comentando a ciência proposta por Galileu afirma que “ciência é verdade que não se submete a nenhuma autoridade”. (GALILEI, 2003, p. 75-80; LATOUR, 2000b, p. 56-57) Contudo, Galileu e os iluministas não perceberam - ou não havia condições para tal percepção -, que o livro carregava o valor simbólico da autoridade⁶. Conforme Umberto Eco, “o livro se torna a tal ponto símbolo da verdade por ele guardada, e revelada a quem souber interrogá-lo, que para encerrar uma discussão, afirmar uma tese, destruir um adversário, diz-se: ‘está escrito aqui’” e, continua argumentando, que para eliminar toda dúvida, a memória vegetal pode ser convocada, por exemplo, “a água é de fato H₂O, Napoleão morreu realmente em Santa Helena, quem o diz é a enciclopédia.” (2010, p. 16)

A ciência moderna institui novos dogmas e o livro é um artefato central na propagação desses novos ideais. Adotando o exemplo dado por Eco acima, a enciclopédia é um artefato simbólico do iluminismo e da ciência moderna. Tida em sua forma-conteúdo como ideal de seu tempo, a enciclopédia é a imagem do projeto universalista da ilustração de esgotar todo o conhecimento humano num livro, ou conjunto de livros. Com o passar dos anos e o acúmulo dos volumes, a exemplo da enciclopédia econômica de Georg Krünitz (1771-72), compilada inicialmente em 16 volumes e chegando a 242 volumes, em 1858, foi-se percebendo que o saber humano se expandia a passos largos e a explosão bibliográfica, que multiplicava de forma exponencial o conhecimento impresso, deixava os intelectuais atônitos em meio a tanto saber registrado⁷. Diante do caos de tanta produção bibliográfica e do espírito universalista e classificatório da ciência da época, nasce o pensamento de Paul Otlet, carregado de filosofia positiva e de cientificismo.

Acreditava-se que a ciência tinha o poder de produzir o conhecimento verdadeiro e preciso acerca da realidade. Através desses princípios de verdade e conhecimento instituídos pela ciência moderna, evidentemente naturalista, surgem as ciências que estudam o homem e a sociedade, inseridas por seu grande orador e propagador, o pensamento positivista.

Auguste Comte foi o teórico idealizador da filosofia positiva, que almejava estudar os “fatos” que rodeavam o cotidiano da realidade social. Em seu livro *Apelo aos conservadores*, Comte definiu a filosofia positiva em sete acepções: certa, real, precisa, útil, relativa, orgânica e simpática. (COMTE, 1899) Além dessas sete acepções, o princípio da neutralidade

⁶ O valor simbólico do livro está tratado nos capítulos referentes à teoria de Bourdieu e, em especial, no tópico sobre manuais científicos, como por exemplo, Kuhn argumenta que o livro-manual, *textbook*, é uma fonte de autoridade.

⁷ “O aparecimento do livro”, livro de Lucien Febvre e Henry-Jean Martin (1992) possui diversos dados acerca do crescimento da produção editorial, desde o período de transição com os incunábulo (1992, p. 357) até dados comerciais dos livreiros (1992, p. 313-320) durante os primeiros séculos da imprensa.

científica e o princípio da verificação (demonstração da verdade) são enunciados-chave para se entender a filosofia positiva, que pregava o estudo do homem e da humanidade sem a influência do humano, isto é, a ciência humana desumanizada, neutra. Durkheim reiterava que “a ciência estuda os fatos para conhecê-los, e tão-somente para conhecê-los, de modo absolutamente desinteressado.” (DURKHEIM, 1975, p. 59) Desta maneira, o positivismo pode ser descrito, segundo Benoit (2006), como “a física do social”, onde a preocupação é o “positivamente dado, os fatos imediatos da experiência.” (HESSEN, 1976, p. 45) Esses princípios e acepções da epistemologia positivista e intrinsecamente moderna geraram uma operação de “demarcação” dos saberes

[...] ao estabelecer o que é a ciência e qual sua diferença lhe outorga a condição de saber privilegiado e de hierarquia superior, de modo que todos os saberes que não partilham seus atributos e estão fora de sua jurisdição constituem, necessariamente, saberes periféricos e excluídos do regime de verdade da ciência ou de seus sistemas de aferimento e validação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 6).

Paul Otlet, em meio ao contexto de sua época, procurou conceder à Documentação um caráter de cientificidade⁸, um espaço demarcatório que lhe proporcionasse a legitimidade de agir cientificamente, isto é, em comunhão com a verdade e sobre a verdade: e ninguém tão aliada a ela, em tal tempo, quanto à forma-conteúdo, livro⁹. Parafrazeando Otlet, Ortega (2010, p. 58) acerca afirma que

Os livros constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade, armazenando os fatos, as idéias, as ações, os sentimentos, sonhos, ou seja, aquilo que tem impressionado a razão do homem. Para ele [Otlet], os livros se converteram, por excelência, nos órgãos de conversação, da concentração e da difusão do pensamento, devendo-se considerá-los como instrumentos de pesquisa, de cultura, de ensino, de informação e de recreio, pois são o receptáculo e o meio de transportes das idéias.

Os livros são a memória materializada do mundo, navegadores que transportam as ideias do mundo, por isso, navegar é preciso, pois um mundo sem livros é um mundo sem

⁸ “Os objetivos da Documentação organizada consistem em poder oferecer sobre qualquer tipo de fato e de conhecimento, informações documentadas: 1. Universais quanto ao seu objeto; 2. Seguras e verdadeiras; 3. Completas [...]” (OTLET, 1934, p. 6)

⁹ É válido lembrar que esta é uma posição-disposição histórica determinada por uma cultura científica, positivista e não que todos os livros possuem ou são agentes da verdade, enquanto unidade. Uma das características simbólicas não se trata de fatos científicos positivos, coisas objetivas, mas de símbolos intersubjetivos, instituídos socialmente; é que os livros são, como disse Umberto Eco, um símbolo da verdade e não que eles são a verdade, de tal maneira que esta verdade única é inalcançável, metafísica.

memória. Radicalizando esta ideia, Mallarmé manifestou: “tudo no mundo existe para acabar em livro.”¹⁰

As idealizações do livro universal¹¹, da enciclopédia documentária, do *Mundaneum*, da Classificação Decimal Universal são todas típicas de um pensamento universalista que se pretendia verdadeiro. O que motiva Otlet é a possibilidade de proporcionar o acesso ilimitado ao conhecimento pela humanidade, com vistas à paz mundial, que só poderia ser tida, aos seus olhos, por meio da universalização do conhecimento¹². Segue na figura abaixo, uma das materializações dos sonhos de Otlet, a *Bibliographia universalis* ou, como mais conhecida, o *Repertório bibliográfico universal*.

Figura 2 – Repertório Bibliográfico Universal



Fonte: Docupedia (2012)

¹⁰ “*Tout, au monde, existe pour aboutir à un livre.*”

¹¹ Ideia distinta da aqui defendida. O livro é entendido nesta dissertação como potência, feito o livro de areia de Borges, sem princípio nem fim. (BORGES, 2009) “Na raiz de todo é ou não é, de todo é e não é age a força do livro [...]” (LEÃO, 2000, p. 11)

¹² Esta imagem da universalização, da mundialização do saber tem no tipo livro, “memória do mundo” (MANGUEL, 1997) um forte aliado. Para citar alguns exemplos clássicos de livros que se propõem universais, sagrados, nas três grandes religiões monoteístas, são: a Bíblia cristã, do grego *biblion*; a Torá, reunião dos cinco livros do *Tanakh*, livro sagrado do judaísmo; e o Corão islâmico. Nesses livros está todo o saber religioso, que se propõe universal, dessas culturas. Outro exemplo que pode ser mencionado é a obra magna de Pedro Portugalense, filósofo e médico medieval, chamada *Scientia libri de anima*, isto é, ciência do livro da alma ou livro da ciência da alma. Nesta obra, Portugalense tenta provar a existência da alma, ou seja, há uma pulsão pela justificação e pela legitimidade da existência de algo, a alma, numa forma, o livro. (MEIRINHOS, 1989) O filósofo tenta fundamentar todo o conhecimento através da comprovação da existência da alma, que só poderia se dar num objeto simbolicamente tão grande quanto a alma, o livro. Então, o conhecer da alma se dá no livro.

Portanto, desta maneira manifestada até então, aos olhos e espírito desta dissertação, o *bíblion* - livro - navegou até se tornar um sinal, um indício (GINZBURG, 1989, p. 143) para a ciência documental fundada por Otlet. O termo Documentação foi um neologismo criado por Otlet para justificar esta nova ciência, que não era mais como a Bibliografia, mas uma expansão dessa perspectiva. Blanquet (1993) apresenta um paralelo da ocorrência do uso dos termos Bibliografia e Documentação na obra de Otlet, para focar o ponto em que se partem as ideias de Otlet até o amadurecimento da ciência documental.

Em 1890 ainda utilizando o termo Bibliografia; em 1910 por ocasião de um colóquio emprega o termo Documentação juntamente com o termo Bibliografia; a partir de 1930 o termo Bibliografia dá lugar ao termo Documentação. (BLANQUET, 1993, p. 200)

Paul Otlet usa o termo genérico *bíblion* (livro) para cobrir todos os tipos documentais e para conceituar o que seria o documento. O livro não abarca todos os tipos de documentos, mas possui o valor simbólico de representação do saber do mundo, como, por exemplo, Livro da Natureza, ou seja, livro do mundo. Assim Otlet adota a forma “livro ou documento” para os estudos da Documentação. O *bíblion* para Otlet era “volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além dos discos e filmes” e ainda afirma “*bíblion* é a unidade intelectual e abstrata, ‘que se pode encontrar concreta e realmente revestida de modalidades diversas’.” (ORTEGA, 2010, p. 58) Portanto, o *bíblion* é o amigo do documento, no sentido que dá à amizade Giorgio Agamben (2009, p. 89), “amigo é um outro si mesmo, um *heteros autos*”, ou seja, o livro é o outro si mesmo do documento, esta com-divisão do ser linguístico.

3.2 DOCUMENTUM LIBER: UM ARTEFATO DA CULTURA CIENTÍFICA

*Se a liberdade significa alguma coisa,
será sobretudo o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir.*
George Orwell

Documentum liber é uma expressão que simboliza o elo entre o documento e o livro. O termo *liber* no latim significa tanto livro quanto livre, liberdade. Tomando as frases de Borges (2009, p. 102), “nem o livro nem a areia têm princípio ou fim”, e de Emmanuel Carneiro Leão, “na raiz de todo é ou não é, de todo é e não é age a força do livro” (LEÃO, 2000, p. 11), por empréstimo, percebe-se a significação oculta nelas do conceito de liberdade.

Nicola Abbagnano argumenta que a liberdade tem três significados fundamentais, porém, para o aqui desejado, usar-se-ão a primeira e a terceira significações. Na primeira, o significado geral é da “liberdade como autodeterminação”, como ausência de condições e limites (ABBAGNANO, 2007, p. 699), isto é, o livro em si mesmo é *liber*, livro e liberdade. Dirá Umberto Eco, “o livro é [...] uma pequena antecipação de imortalidade” (2010, p. 17). E continua, o livro é “uma máquina para produzir interpretações e, por conseguinte, para produzir novos pensamentos.” (ECO, 2010, p. 27) Deste modo, “um livro só é livro em movimento de vida, quando mobiliza a tarefa de um desafio de crescimento.” (LEÃO, 2000, p. 9) Portanto, quando no poema “navegar é preciso” na fala de um livro, conforme proposto, Pessoa diz: “Só quero torná-la [vida] de toda a humanidade”, desejava para si, a liberdade de ser interpretado no devir da vida por toda a humanidade, feito livro, memória do mundo. Este significado de liberdade é a essência do conceito e, ainda que as outras significações sigam outros caminhos (usos), com elas persistirá o seu sentido originário.

Na cultura científica, o livro segue a terceira significação de liberdade proposta por Abbagnano, a “liberdade como possibilidade ou escolha” (2007, p. 699), isto é, limitada e condicionada. Tomando o livro como um ser linguístico, pode-se dizer que a limitação e o condicionamento da liberdade de circulação de um livro, num campo científico, se dão pela ordem do discurso instituída pelos grupos de agentes que legitimam as práticas do campo. Ou seja, uma liberdade politizada pelas regras do campo. O navegar intrínseco aos livros, no campo da ciência, é medido pela ordem do discurso e pelo sistema de forças e hábitos que governam o campo. Pode-se dizer que esta é uma liberdade vigiada. Porém, enquanto potência o livro é vivo, força no é e no não é, capaz de produzir novos pensamentos.

Desta maneira, na ciência o *documentum liber* é estimado através da produção científica. Produção é um substantivo derivado do verbo latino *producere*, que significa conduzir em frente, fazer avançar. *Pro*, em frente e *ducere*¹³, guiar. O sentido originário da produção é fazer avançar, ir em frente. Logo, a produção científica é aquilo que guia a ciência, fazendo-a avançar; o avanço se dá materialmente através dos documentos científicos, sendo o elo documento-livro, *documentum liber*, a materialidade analisada nesta dissertação.

A palavra ciência deriva do latim *scientia* que significa “conhecimento”. Por sua vez, *scientia* vem de *scire* que designa “o saber que separa uma coisa da outra, para distinguir”, relacionado com *scindere* “cortar, dividir”. O saber científico evidencia-se pela sua ação de

¹³ *Ducere* é uma palavra que era designada aos grandes “condutores” romanos em suas sagas expansionistas. Com o fim do Império Romano e a instauração historiográfica da Idade Média, essa palavra derivou no francês antigo para *duc*, que significa duque, o mais alto título da nobreza medieval, abaixo apenas do príncipe. No contemporâneo, Benito Mussolini, chefe do governo fascista italiano, era chamado de *Duce*.

fragmentar o conhecimento, classificando-o disciplinarmente através dos campos específicos de ação científica. Essa ordenação disciplinar delinea a forma discursiva de controle da produção (*producere*). Segundo Foucault (2009, p. 30), o saber disciplinar “se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e instrumentos.”

A produção científica configura-se como uma materialidade do saber-fazer humano. Como qualquer outro tipo de produção, a ciência não é um saber primeiro ou um saber último, mas um saber dentre os saberes constituídos sob a face do mundo vivido. Porém, diante dos dispositivos¹⁴, pode-se afirmar que a produção científica é aquilo que avança por separações. A produção científica é modelada e orientada pelos dispositivos, sendo no contexto da Ciência da Informação reconhecido pelo conceito de regimes de informação (FROHMANN, 1995). Segundo Fourez (1995, p. 140-141), a produção científica é “útil ao domínio material do mundo”, isto é, um meio para um fim (teleológica baconiana) e formadora de “discursos simbólicos legitimadores”, ou seja, formadora de “um grau de consenso capaz de assegurar a obediência.” (LEVI, 1994, p. 675)

O conceito de regime de informação em Frohmann, como explica González de Gómez (2002, p. 35), descende ou, nas palavras da autora, “equivale aos dispositivos de Foucault”. Todo regime de informação é político, pois o ato de governar é intrínseco a todo dispositivo. Na produção científica, o procedimento de governo se dá por separações, de maneira burocrática. A produção sai da esfera individual, do *ducere* (do guia, governante) para a esfera do sistema ou, como Frohmann aborda, para “os nós das redes de informação” que constituem as políticas de informação, por exemplo, CAPES e CNPq. Desta maneira, submetida aos regimes de informação, toda produção científica brasileira (recorte) é vigiada e controlada pelos *big brothers* que governam a organização da ciência nacional.

Os regimes de informação não se organizam de maneira fechada. Como o poder, eles estabelecem relações múltiplas dentro do território vigiado. Os jogos de linguagem da forma de vida ciência, tornam-se os jogos dos maiores acumuladores de capital, numa equação entre “riqueza, eficiência e verdade”: a ciência resulta da otimização da mais-valia e desta maneira torna-se “uma força de produção” (LYOTARD, 2009, p. 82), centrada na circulação do capital, sendo o livro, enquanto navegador, capturado pelos dispositivos, regimes de informação. Não se financiam cientistas, técnicos e tecnologias de informação e comunicação

¹⁴ Dispositivo é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos.” (AGAMBEN, 2009, p. 40) Para maiores esclarecimentos sobre o conceito de dispositivo, conferir o texto completo, “O que é o dispositivo?”

para saber a verdade, mas para aumentar o poder, ou seja, o problema do livro enquanto verdade, como já suscitado, muda de forma; agora o livro é instrumento de acumulação de poder, poder este que, segundo Lyotard (2009, p. 84), “legitima a ciência e o direito por sua eficiência”, logo a eficácia de um enunciado “aumenta na proporção das informações” em que ele dispõe, assim como, “o crescimento do poder e sua autolegitimação” passa pela eficácia administrativa e pela gestão de todo o ciclo de vida da informação documentária. (HERNON, P.; McLURE, C. R., 1993)

Logo, diante da grande extensão panóptica dos regimes de informação, levando em conta que a sociedade em que vivemos é dita sociedade da informação, o regime de informação a ser analisado na produção científica é específico. De acordo com Frohmann (1995), a “publicação acadêmica”, derivada de uma produção, é um “regime de informação específico”. Enquanto publicação, a produção científica é um “instrumento específico da política de informação”, sendo os “documentos um tipo específico de elemento do regime de informação”. No campo dos estudos sociais da ciência, os “regimes de informação se materializam através de um frenesi documentário.” (FROHMANN, 2008, p. 26). Assim, descrever um regime de informação significa, dentre outros processos, “mapear os artefatos científicos” (FROHMANN, 1995).

Neste trabalho, são analisados os artefatos documentais da ciência: livros e teses. Tais artefatos, em dimensões distintas, pois em contextos distintos, são elementos legítimos que representam o regime específico de informação da publicação acadêmica, além das práticas político-epistemológicas por eles envolvidas.

O estudo dos artefatos documentais de um campo científico, regido por um regime específico de informação, leva à percepção de como esse dispositivo se estabiliza. A materialidade da produção informacional reconhece na documentação o elo da estabilização da informação científica. Os artefatos científicos produzidos coletivamente e documentados na literatura científica contribuem para a estabilização de um enunciado científico, isto é, para a expressão de um fato¹⁵. Assim, a produção científica, documentada através de práticas de escrita, guia (*ducere*, governo institucional) o campo de conflito em torno da estabilização dos enunciados. Roberto Machado (2009, p. 154) sustenta, a partir da arqueologia do saber de Foucault, que “é por meio de documentos científicos, filosóficos, literários [...] que se define um saber.” Os documentos são elementos constitutivos do saber, em especial, o livro, pelo seu

¹⁵ Assunto discutido no capítulo sobre os manuais do campo científico, em especial, no tópico: *paradeigma*.

valor simbólico, que permeia todo o corpo discursivo desta dissertação e por ser o principal objeto de discussão dessa dissertação.

Deste modo, o que é um documento? Ou ao menos, qual o sentido do conceito de documento suscitado nesta dissertação? No contexto da Ciência da Informação, a obra basilar para o entendimento do conceito de documento é o *Traité de Documentation*, publicado em 1934 por Paul Otlet. Conforme dito anteriormente, Otlet utiliza o termo grego genérico *biblión* para designar todos os tipos de documentos. Diante do grande capital intelectual imbuído no artefato livro, com um estatuto social de “expressão da consciência universal” (MANGUEL, 2006; FISCHER, 2006), Otlet optou pelo termo originário *biblión* para fundar o *tópos* (lugar) dos estudos da Documentação. Deste modo, o vocábulo documento vem do latim *documentum*, que significa evidência, prova, exemplo, derivado do verbo latino *docere*, ensinar. Nesta dimensão, rica em significação, o conceito de documento percebe-se enquanto elemento típico do saber, especialmente o saber científico. Ao passo de documento significar evidência e a evidência ser um dos elementos fundamentais para a estabilização de uma teoria enquanto fato científico, logo a perspectiva do documento enquanto evidência configura uma das faces do saber científico. A prova enquanto documento e no contexto do saber-poder, assemelha-se por sinonímia ao dispositivo de exame. A ciência enquanto saber-poder, diante do fato dos “conflitos epistemológicos serem sempre, inseparavelmente, conflitos políticos” (BOURDIEU, 1983, p. 124), ritualiza as suas produções através do dispositivo exame. Segundo Castro (2009, p. 112), “o exame é a forma ritual da disciplina”. No Brasil, um exemplo de dispositivo de exame aplicado à produção, em especial a produção em livros, está na CAPES. No triênio 2007-2009, a CAPES passou a avaliar os livros para reputá-los, uma espécie de Qualis-Livros, ou seja, criou um dispositivo de exame para os livros, com o propósito de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos desta produção. Ainda que a CAPES não queira chamar de Qualis-Livros¹⁶, a estratificação metodológica e a concepção (ideia) é a mesma do Qualis, dispositivo de exame já utilizado para periódicos, artefatos e eventos.

A dimensão do exemplo¹⁷ não é contraditória às dimensões significativas da evidência e da prova, diante das regularidades discursivas da episteme serem exemplares e manifestarem-se em documentos. Por semelhança, os exemplos constituem um tecido do mundo material (documental) dos paradigmas. Os documentos, como exemplos, guardam o

¹⁶ A CAPES deu o nome de “roteiro para classificação de livros”. (CAPES, 2010)

¹⁷ O documento como exemplo será discutido no capítulo referente ao *paradeigma*.

sentido paradigmático dos saberes, pois sob a materialidade documental da informação os exemplos governam a ação disciplinar do ensinar, isto é, da educação¹⁸.

A produção científica falada nesta dissertação diz respeito à produção documental da ciência, especificamente da Ciência da Informação. Esta produção documental discursiva está diretamente associada à materialidade da informação, onde “o conceito de ligação é a documentação.” (FROHMANN, 2008, p. 25) Logo, a produção científica está em comunhão com a informação científica. Tomando por palavras-chave a materialidade e o documento, Frohmann afirma que o “documento nomeia a materialidade da informação” e é esse um caminho para o despertar dos aspectos públicos e sociais da informação. (2008, p. 21) A informação, segundo González de Gómez (2002, p. 30), pode ser situada como uma “dimensão das práticas e interações do homem, situado no mundo e junto aos outros homens”, considerando o homem como existente, fora de si (do eu), sendo no mundo com os outros, a informação agrega significado ao partilhar temática e situacionalmente um mundo em comum, do “ser-entre”¹⁹. Esse mundo partilhado é possibilitado pelo caráter móvel, pois material da informação. Como afirma Latour (2000a, p. 22, a informação

[...] não é um signo, mas uma relação que se estabelece entre dois lugares, o primeiro que vem a ser uma periferia e o segundo que se torna um centro, com a condição de que entre eles circule um veículo que se costuma chamar de forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu prefiro chamar de inscrição.

A inscrição, segundo Latour (2001, p. 356) é “um termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num documento, num pedaço de papel, num traço”. Frohmann (2009) adiciona força a esta concepção material e diz que a “entidade” informação seria a ressonância das práticas documentárias. Diante de tal concepção, Oddone e colaboradores. (2000, p. 34) afirmam que “a produção da informação é atividade prática, concreta e material”. No âmbito do saber científico, tal entendimento da informação ajusta-se ao corpo referencial dos estudos sociais da ciência.

Portanto, a análise da produção científica da Ciência da Informação, realizada nesta pesquisa, comporta o seu caráter documental nos artefatos livros e teses, onde o saber

¹⁸ “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. [...] O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?” (FOUCAULT, 2009, p. 44-45)

¹⁹ Como já dito acerca do livro.

científico informacional se configura a partir das práticas documentais da materialidade da informação, do pertencimento institucional dos artefatos, do modo socialmente disciplinado do saber da Ciência da Informação e da historicidade que compreende o tempo da abordagem da pesquisa. Porém, enquanto inscrição prática social e pública, a materialidade da informação possui como condição *sine qua non* a circulação de sua publicidade, ou seja, a produção científica para se constituir enquanto tal deve ser comunicada, pois, caso não haja publicização, o saber científico se esvai nas mentes autorais de seus pesquisadores.

Portanto, o *documentum liber* possui na cultura científica um papel fundamental na construção dos saberes político-epistemológicos. Tomado o documento como a materialidade da informação e a informação como uma dimensão das práticas e interações do homem, situado no mundo e junto aos outros homens, e considerando o homem como existente, fora de si (do eu), sendo no mundo com os outros, salta aos olhos o exemplo analógico da perspectiva histórico-conceitual criada por Magaret Egan e Jesse Shera, a epistemologia social. Ao partilhar temática e situacionalmente um mundo em comum, do “ser-entre”, os estudos sociais da ciência e a epistemologia social qualificam o que até então foi tratado.

3.3 A EPISTEMOLOGIA SOCIAL E OS ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
Ele precisará sempre de outros galos.
João Cabral de Melo Neto*

Debruçando-se sobre a semântica das palavras epistemologia e social, chega-se a duas acepções de cada termo. Segundo Abbagnano (2007), epistemologia significa: I) sinônimo de gnosiologia ou teoria do conhecimento e II) filosofia da ciência. As duas acepções de epistemologia estão interligadas, pois tratam do problema do conhecimento. Já a palavra social remete: I) ao que pertence à sociedade ou tem em vista a sua estrutura ou condições; II) análise ou estudo da sociedade. Assim, a síntese semântica para o entendimento desse termo composto, *epistemologia social*, dar-se-ia através da relação entre a teoria do conhecimento e a filosofia da ciência, interpretadas dentro de um contexto social, ou seja, pensar o conhecimento a partir da configuração social, histórica e temporal da realidade; desta maneira, pode-se dizer que a realidade é uma construção social. (BERGER; LUCKMANN, 2009)

A aplicação teórica do termo Epistemologia Social apresenta-se no bojo de dois movimentos da atividade científica: a epistemologia pós-positivista e os estudos sociais da

ciência. O primeiro movimento se refere a uma corrente da filosofia da ciência que rompeu com os pressupostos de compreensão da ciência promovidos pelos neopositivistas e popperianos. Esta corrente filosófica foi representada de forma emblemática por Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend. A seguir, estão listadas algumas características fundamentais para o entendimento da ciência proposta pelo pensamento pós-positivista:

- a) Consciência do caráter humano e histórico-temporal da ciência;
- b) Atenção aos aspectos concretos (e não somente lógico-abstratos) do saber científico;
- c) A ideia segundo a qual a filosofia da ciência, sem a história da ciência, é “vazia”;
- d) Tendência a enraizar as teorias nas estruturas conceituais mais amplas, que são os “paradigmas” (KUHN, 2007) ou os “programas de pesquisa” (LAKATOS, 1999);
- e) Mentalidade holística e rejeição às dicotomias entre ciência e metafísica, contexto de justificação e contexto de descoberta, linguagem teórica e linguagem observacional etc.;
- f) Negação de um suposto “método” (fixo) do saber e de qualquer “demarcação” (rígida) entre a ciência e as outras atividades humanas (FEYERABEND, 2007);
- g) Interpretação “forte” do caráter teórico (*theory ladenness*) e da exclusão de uma base empírica neutra capaz de funcionar como critério de “verificabilidade” ou “falsificabilidade” das teorias;
- h) Propensão a considerar as teorias não em termos de “verdade”, mas de “consenso”;
- i) Rejeição à tradicional ideia de progresso científico, seja na forma positivista de acúmulo de certezas, seja na forma popperiana de aproximação gradual da verdade. (ABBAGNANO, 2007, p. 393-394)

O segundo movimento referente à Epistemologia Social são os estudos sociais da ciência, um ramo de estudo dentro da Sociologia do Conhecimento. Seus precursores foram Ludwik Fleck com a obra *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (2010), lançada em 1935, e Robert King Merton, com *Sociologia: teoria e estrutura* (1970), lançada em 1949. Outros autores como, por exemplo, Thomas Kuhn (2007), Michel Foucault (2009), Pierre Bourdieu (2008), David Bloor (2009) e Bruno Latour (1997) ampliaram a compreensão acerca dos estudos sociais da ciência durante as décadas de 1960 a 1980. Mencionam-se a seguir algumas concepções deste movimento:

- a) A ciência é uma atividade humana como qualquer outra, sendo social e historicamente determinada;
- b) A ciência, enquanto fenômeno cultural, deve ser compreendida em relação aos contextos em que ocorre;
- c) O produto da ciência afeta a sociedade na mesma medida em que é por ela afetado;

- d) O que chamamos de conhecimento científico é um produto socialmente construído, negociado e aplicado;
- e) As investigações sobre a ciência devem levar em conta, simultaneamente, suas formas institucionais, seus usos sociais, suas práticas e também seu conteúdo;
- f) A sociologia da ciência deve ser imparcial, ou seja, deve tomar como objeto a ser explicado, tanto o que se julga ser verdadeiro, quanto o que se crê ser falso, tanto o racional quanto o irracional;
- g) A sociologia da ciência deve oferecer aos fenômenos que observa explicações simétricas, ou seja, que esclareçam tanto os seus aspectos positivos quanto os negativos;
- h) A sociologia da ciência deve ser reflexiva, ou seja, os padrões de explicação que ela adota para seus objetos devem, identicamente, ser aplicados a ela própria. (BARNES; BLOOR; HENRY, 1996, p. viii).

A Epistemologia Social remete às interações entre os seres humanos e seu mutante meio social, enfatizando em especial a influência dessas (inter)ações sobre a atividade intelectual e a constituição do saber. Este contato do humano com o seu meio, num sentido *lato*, pode ser denominado ecologia. Numa perspectiva científica, que considera a materialidade do saber e sua natureza coletiva e distribuída, uma ecologia sociotécnica.

A ideia de Epistemologia Social aflorada por Margaret Egan e Jesse Shera (1952), em sentido *stricto*, referia-se a uma disciplina que seria o fundamento científico da Biblioteconomia, da Bibliografia e da Comunicação. Tal concepção, que se refere à instituição de um fundamento científico para os três campos acima citados, é um problema que já habitava há muito tempo o imaginário de outros pesquisadores desses campos, como é nítido na passagem de Paul Otlet segundo Jonathan Furner (2002, p. 18): “*We need a general theory of the Book and the Document*”. Tal estatuto de fundamento é atribuído por Otlet à Bibliologia, mas possui raízes mais antigas, como, por exemplo, na teoria da *Bibliopsychology* de Nicholas Rubakin, historicamente desenvolvida entre as décadas de 1910 e 1920, como considera Simsova (1969) e reitera Furner (2002).

Segundo Shera, a Epistemologia Social é “um corpo de conhecimentos sobre o próprio conhecimento [...], sobre as forças intelectuais que modelam as estruturas e as instituições sociais.” (1972, p. 111-112) Deste modo, esta pesquisa está inserida no contexto da epistemologia social, o livro enquanto materialidade do conhecimento que diz sobre si mesmo nas teses, estando eles interrelacionados como forças intelectuais diante da instituição social da Ciência da Informação e do sistema que modela a estrutura da ciência nacional, a CAPES. Continuando, Shera pormenoriza e argumenta que “a Epistemologia Social seria uma nova disciplina cujo foco estaria na produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de

pensamento comunicado por toda a estrutura social.” (SHERA, 1973, p. 89) Este navegar narrado por Shera delinea-se na pesquisa, não em todas as formas de pensamento comunicado, mas nos livros e teses, nem em toda estrutura social, mas na estrutura do campo científico da Ciência da Informação.

A Epistemologia Social busca focar o seu corpo de conhecimentos teórico-metodológicos sobre o conhecimento comunicado. Para adquirir a qualidade de conhecer é necessário comunicar-se. Desta forma, o “[...] poder de comunicar se torna não uma feliz e fortuita invenção, mas uma necessidade essencial e inevitável à sobrevivência humana.” (SHERA, 1977, p. 10) Para conhecer é preciso comunicar e para comunicar é preciso a utilização de uma linguagem, logo “[...] conhecimento e linguagem são inseparáveis, pois a linguagem é a estruturação simbólica do conhecimento em forma comunicável.²⁰” (SHERA, 1977, p. 10) Entendendo esta relação necessária de linguagem, comunicação e conhecimento, a ciência constroi as suas tramas como um ramo do saber humano. Assim como não há conhecimento sem comunicação, também “não há ciência sem comunicação.” (TARGINO, 2000, p. 41)

O conhecimento comunicado pode ser entendido como produto intelectual que possui seus ciclos de produção, circulação e uso, entendidos como ciclo documentário. Num ambiente científico, a produção, a circulação e o uso referenciam o conhecimento científico comunicado, ou seja, aos produtos intelectuais, como exemplo, o livro. Desta forma se dá a compreensão da materialidade do saber e da sua natureza coletiva e distribuída que está representada pela intervenção do social no saber científico.

Conforme descrita por Nanci Oddone (2007, p. 112), a “Epistemologia Social transforma-se, atualiza-se, passando a constituir um corpo de conhecimentos sobre a dinâmica social da atividade intelectual dos coletivos humanos”. Esta teoria também pode ser pensada através da sua práxis. (BUDD, 2002) O termo práxis era comumente utilizado, na Grécia Antiga, para designar a ação que se realizava no âmbito das relações entre as pessoas, à ação intersubjetiva. (KONDER, 1992, p. 97) A ação intersubjetiva é essencial para a constituição dos fundamentos da Epistemologia Social e da compreensão do trabalho intelectual na comunicação científica. Como Paulo Freire (1983, p. 66) manifestou solenemente,

[...] o sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto.

²⁰ Esta passagem de Shera assemelha-se ao que já foi dito no segundo parágrafo do tópico, *Bibliion*, um sinal para a ciência documental.

Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário.

A ciência em sua práxis epistêmica se dá em sociedade, num processo naturalmente coletivo e distribuído, pois “[...] o conhecimento partilha sua força com todos os artefatos que o materializam e que disciplinam o pensamento.” (ODDONE, 2007, p. 121)

Portanto, a caracterização da natureza do conhecimento científico depende do corpo de negociações e associações colocadas em prática pelo campo científico. Pensar a problemática da produção do conhecimento através da Epistemologia Social conduz a um entendimento cada vez mais próprio acerca do que seriam os fundamentos epistemológicos da Ciência da Informação. Quando aplicada às atividades que integram o ciclo documentário da comunicação científica e do trabalho intelectual colaborativo, a Epistemologia Social oferece um quadro conceitual consistente, que auxilia na compreensão do campo científico dos fenômenos e dos produtos documentários e/ou informacionais. Enfim, esta concepção da Epistemologia Social juntamente com o que já foi exposto, abre um espaço dialógico de conversação com a ciência documental, unindo as dimensões práticas e teóricas de ambas, em prol do fortalecimento da contemporânea Ciência da Informação.

Os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos.

Pierre Bourdieu

4 ELEMENTOS DO CAMPO CIENTÍFICO

Neste capítulo, a ciência é exposta em seus conflitos inseparáveis, ou seja, políticos e epistemológicos. Foi adotada, para a construção textual deste espaço a concepção de Pierre Bourdieu do campo científico e seus elementos simbólicos constitutivos, como capital científico, autoridade científica e *habitus* científico. Tais conceitos são entrelaçados e perspectivados em acordo com a concepção do livro enquanto *opus operatum* (produto estruturado) do *modus operandi* (campo científico) que caracteriza a ciência. Desta maneira, o livro entra no contexto do campo científico, enquanto artefato estruturado que carrega um grande capital simbólico acumulado, ou seja, uma fonte de autoridade, e como coisa epistêmica que também é estruturante do agir científico, do modo de ser singular do campo, isto é, estruturante dos *habitus* científicos.

4.1 A CONCEPÇÃO DE CAMPO CIENTÍFICO

O conceito de campo científico, adotado nesta dissertação, foi concebido pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Para o pesquisador, ‘campo’ é um conceito fundamental para o entendimento das relações díspares que constituem o mundo social. Assim como outros conceitos fundamentais que habitam o discurso filosófico e social de Bourdieu (capital, *habitus*, poder simbólico), o campo é o *tópos* onde a vida acontece, em suas mais variadas formas e modos de projetar-se no mundo. Na ciência, a vida social do pesquisador projeta-se num campo científico (BOURDIEU, 2004), enquanto nas artes, a vida do agente artístico movimenta-se no campo literário (BOURDIEU, 1996), e assim essa lógica topológica do campo dissemina-se pelos diversos territórios do saber-fazer humano. Deste modo, ao propor uma filosofia da ação prática, Bourdieu afirma que o espaço estratégico onde se dispõe o real é imprescindível para perceber como as relações sociais se constituem nessa topologia de confronto entre forças, quase sempre rivais. Tal local é o campo²¹.

A conceituação do campo erigiu-se da observação reincidente: as posições ocupadas pelos agentes no campo modelam as formas de interação. Logo, Bourdieu aplica seu “instrumento de pensamento” para descobrir não só as propriedades específicas e singulares de cada campo, mas também “as invariantes reveladas pela comparação dos universos

²¹ Para Giorgio Agamben (2010a), numa concepção nem tão distante, mas também não tão próxima da de Pierre Bourdieu, o campo é o “paradigma biopolítico do moderno”. Essa é uma extensão do conceito de campo em que se correlaciona com o conceito de vida política. Seria essa uma concepção a ser trabalhada em outros textos, não sendo possível nesta dissertação, devido aos propósitos estabelecidos para este texto.

tratados como ‘casos particulares do possível’.” (BOURDIEU, 1989, p. 66) Levantada a hipótese de que “existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos”, isto é, propriedades comuns a todos eles, Bourdieu desvia o seu caminho das metáforas orientadas por intenções retóricas e afirma que “toda a tradição epistemológica reconhece a analogia²².” (BOURDIEU, 1989, p. 67) Portanto, o conceito de campo pode ser extrapolado aos universos particulares da atividade humana.

Nas palavras de Bourdieu o campo, é lugar de relações de força. É um espaço de concorrência “[...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência.” (BOURDIEU, 2004, p. 20) Os campos possuem regras e normas próprias dentro de suas particularidades. Os campos são microcosmos com uma autonomia relativa perante o macrocosmo que é o mundo social. A autonomia relativa é constituída no interior das singularidades dos campos, tendo cada campo um sistema que legitima o saber-fazer próprio do microcosmo. O sistema de regras e normas que anima os campos se constroi através das disputas pelo poder simbólico, sendo o interesse pelo sucesso o que mobiliza essa competição, quase sempre representada pelo êxito do monopólio ou pela centralização do poder em círculos circunscritos de indivíduos ou grupos. Logo, um campo é um *tópos* estruturado em posições, onde dominantes e dominados lutam pela manutenção ou obtenção do poder distribuído nos postos da estrutura.

É nessa arena de disputas entre forças antagônicas posicionadas em locais estratégicos, possibilitados pela organização hierárquica da estrutura, que acontece o saber-fazer da ciência. O campo científico, assim como todos os outros, caracteriza-se pelas relações de força e dominação entre os agentes que o constituem, “[...] é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças.” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23) O campo científico pode ser entendido como um espaço de luta concorrencial, possuidor de “relações de força e monopólios”, “lutas e estratégias”, “interesses e lucros” (BOURDIEU, 1983, p. 122). Segundo o autor citado,

É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. (1983, p. 126)

²² Na seção que se intitula *Paradeigma*, será discutido o forte papel da analogia nas formações discursivas do saber epistemológico.

Portanto, “o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros.” (BOURDIEU, 1983, p. 125) Assim, Bourdieu explicita que o “campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse” (1983, p. 123), onde os peritos mais hábeis em suas estratégias político-epistemológicas conseguem, diante das relações de força do campo, o poder de “produzir, impor e inculcar a representação legítima” (1983, p. 148).

No contexto desta pesquisa, a produção que chega aos registros documentais dos Cadernos de Indicadores da Ciência da Informação na CAPES, posição estratégica da estrutura social da ciência brasileira, possui um poder simbólico de impor e inculcar nos agentes uma visão da realidade legitimada pelo campo. Além disso, para intensificar esse poder de instituir o dito, outra variável entra em questão: o documento em que a produção está disposta. A ciência é uma produção cultural (BOURDIEU, 2004, p. 20) e no sistema simbólico da cultura científica o documento-livro é possuidor de um grande “capital cultural objetivado” (BOURDIEU, 2011, p. 213). Por isso, o poder de instituir o dito através da capitalização da imagem do livro se expande e se alastra, tornando-se o poder de “inculcar a representação legítima”, confirmando o que pensam Bourdieu e Roger Chartier (2001, p. 113), quando este último diz que o livro é um artefato que detém poder²³.

Segundo Bourdieu (2011, p. 165) “a sistematicidade [do campo] está no *opus operatum* [...]”; ou seja, o campo científico, enquanto estrutura estruturante (*modus operandi*), possui em seus produtos estruturados (*opus operatum*) aquilo que sistematiza as suas práticas. A dialética encontra-se no conjunto dos produtos que rodeiam os grupos e na manifestação das práticas pelos agentes. Por exemplo, as teses e as práticas simbólicas que envolvem o significado e o saber-fazer deste *opus operatum*, sistematizado no corpo do campo, ou ainda, os artigos científicos e as práticas de reputação que envolve essas publicações no sistema de organização do campo, assim como, os livros e o valor simbólico acumulado que este possui na sistematicidade das práticas, em especial, das ciências sociais e humanas, são produtos estruturados que giram e fazem girar o envolto da estrutura estruturante do campo científico.

O livro, como produto estruturado que rodeia o campo científico, garante a sua sistematicidade e se manifesta nas práticas dos pesquisadores (agentes), a exemplo do exercício mimético da citação desses artefatos em outros produtos produzidos pelo campo, como as teses.

²³ O livro é um objeto poderoso, mas não em si mesmo, em seu valor de uso. O poder que detém o livro é concedido pelo *modus operandi*, não pelo *opus operatum*. Num processo dialético, são indistintos, mas o poder está na disposição da estrutura, no seu espaço de relações, não especificamente em seus produtos, ainda que sejam estes produtos, como o livro, transformadores da estrutura. Por isso a relação é dialética.

Portanto, o livro consiste num produto cultural de forte imposição simbólica, pois é para a cultura ocidental um artefato de “gosto constituído” (BOURDIEU, 2011, p. 213), que está no *habitus* dos círculos acadêmicos²⁴ desde a sua idade mais tenra (FEBVRE; MARTIN, 1992), especialmente nos campos científicos que estudam o homem em seu mundo social; no campo científico, ele auxilia e fortalece, com suas propriedades, os agentes em suas lutas pelo objetivo primaz, o monopólio da autoridade científica, diretamente ligada à acumulação daquilo que Pierre Bourdieu chama de capital científico.

4.2 AUTORIDADE E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL CIENTÍFICO

A autoridade e o capital científico são adquiridos através da mobilização histórica e social das posições no campo e mediante a posse do *habitus* (disposição) legítimo do *tópos* científico. Vários aspectos estão envolvidos nesse processo de acumulação e apropriação postural dos agentes individuais e coletivos que compõem o campo. Um desses aspectos é a troca simbólica entre um agente (docente dos PPGCIs) e seus produtos (livros), em comunicação com os outros agentes que constituem o campo. O agente no campo acadêmico está em busca da autoridade científica, sendo a posição de docente ocupada em um programa de pós-graduação uma face da autoridade no sistema reputacional da ciência brasileira. O produto livro é um objeto de gosto constituído no meio acadêmico, logo possui um alto valor simbólico. Um livro publicado conduz o agente à acumulação de capital científico e, conseqüentemente, guia-o no processo cumulativo de aquisição de autoridade científica. Portanto, a análise da produção editorial dos docentes dos PPGCIs (dominantes) e a sua ressonância nas teses do campo (produzidas por dominados) levam à percepção prática (*habitus*) do agir dos primeiros em relação aos últimos, isto é, como o saber do campo se estrutura e se reproduz através das práticas exemplares dos agentes que dão forma ao *modus operandi* da Ciência da Informação, por meio dos seus atos científicos. Resumindo, Bourdieu (2008, p. 54) afirma que “cada ato científico é [...] produto do encontro entre duas histórias, uma história incorporada na forma de disposições e uma história objetivada na própria estrutura do campo e em objetos técnicos (instrumentos), escritos”, aqui os livros.

O conceito de autoridade científica está diretamente associado aos conceitos de autoridade e capital científico, ambos por laços fortes de entendimento relacionados ao conceito de campo científico. A cultura científica típica de cada regionalidade disciplinar –

²⁴ A figura do livro na ciência será discutida em capítulos posteriores.

campos científicos singulares – é regida por um sistema simbólico próprio de cada espaço. A legitimidade de uma autoridade científica e as formas de acumulação de capital científico se distribuem e se aferem de diversos modos, dentre eles a publicação em livros, habilitada (*habitus*) pelos pares-concorrentes do campo. Sobre os livros científicos, arvorando um diálogo com os conceitos de autoridade e capital científico, Thomas Kuhn argumenta (2007, p. 176, grifo nosso): “[...] quando falo de *fonte de autoridade*, penso sobretudo nos principais manuais científicos, juntamente com os textos de divulgação e obras filosóficas moldadas naqueles.” Logo, o livro é um agente que também detém uma autoridade simbólica na cultura científica.

A palavra autoridade tem origem no latim *auctoritas* derivada do verbo *augere* que significa aumentar. O sentido de aumentar está estritamente relacionado à fundação de Roma, logo aumentar significa para os romanos alongar os limites da cidade. A autoridade para os romanos era encarada em contraposição ao poder, como na tradicional passagem de Cícero citada por Hannah Arendt (2009, p. 164) que diz: “enquanto o poder reside no povo, a autoridade repousa no Senado²⁵.” A autoridade foi considerada de modo derivativo, em contraposição ao poder e com raízes no passado, portanto, segundo Arendt (2009, p. 164), “[...] os dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres*, os quais a obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações [...]” Ao contrário do conceito moderno e contemporâneo de aumentar, crescer, em que o direcionamento está indicado para o futuro, para os romanos o crescer, o aumentar só poderia acontecer dirigindo-se ao passado, através do recordar das fundações, pois o passado “[...] era santificado através da tradição.” (ARENDR, 2009, p. 166) Portanto, Hannah Arendt em conclusão aos aspectos tradicionais desse culto à tradição pela autoridade afirma que

Enquanto essa tradição fosse ininterrupta, a autoridade estaria intacta; e agir sem autoridade e tradição, sem padrões e modelos aceitos e consagrados pelo tempo, sem o préstimo da sabedoria dos pais fundadores, era inconcebível. (ARENDR, 2009, p. 166)

A autoridade segundo os romanos era uma propriedade dos políticos. Basta para tal relembrar a passagem de Cícero mencionada. Os políticos representavam a esfera pública da cidade, onde sua imagem deveria ser totalmente dissociada da imagem do “*despostes*²⁶”, autoridade do espaço privado do lar. A característica fundamental do político, num sentido

²⁵ “*Cum potestas em auctoritas populo em senatu sentar*”

²⁶ *Despostes*: déspota. Autoridade do espaço privado do lar, onde sua vontade é lei. O sentido originário da palavra lar é o de senhor, príncipe, mestre. (COULANGES, 2005, p. 93)

estrito, e da política, num sentido global, é que não haja despotismo. Após o declínio do Império Romano a herança política de Roma foi passada para a Igreja cristã e, como afirma Arendt (2009, p. 167), “[...] a Igreja tornou-se tão ‘romana’ e adaptou-se tão completamente ao pensamento romano [...]”, como, por exemplo, é possível notar na ideia dos Apóstolos tornarem-se “pais fundadores” da Igreja após testemunharem a vida, a morte e a ressurreição de Cristo, sendo Cristo a pedra angular dessa nova fundação. Contudo, a grande diferença do governo de Roma para o da Igreja cristã é que, no segundo, o político perde a autoridade, pois não existe esfera política no sentido greco-romano; o que existe é a esfera do poder da pessoa do governante, o poder estava marcado pela ideia do privado. A percepção da autoridade no pensamento medieval, conforme Nicola Abbagnano (2007, p. 115), era particularmente inspirada “[...] na graça divina”, onde o exercício da autoridade poderia acontecer na decisão tanto de uma “máxima bíblica” como da “*sententia* de um Padre da Igreja”. A autoridade religiosa diluiu o conceito romano de autoridade, introduzindo a ele elementos de coerção e medo, isto é, de violência, como por exemplo, a inserção pelas elites eclesiásticas do conceito platônico de inferno. (ARENDRT, 2009, p. 177)

Com a quebra do pensamento medieval pelos modernos – os renascentistas e os iluministas – a autoridade secular entra em crise e sofre duras críticas, como, por exemplo, a de Maquiavel que se dirigia de maneira irônica a uma Igreja corrupta que corrompeu a vida política da Itália. (MAQUIAVEL, 2007) Immanuel Kant em 1784 escreve o texto chamado *O que é o esclarecimento?* para declarar a filosofia do movimento iluminista. O esclarecimento (*Aufklärung*), segundo Kant (2005, p. 63), “[...] significa a saída do homem de sua minoridade [...] A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro.” Kant se refere a fuga da tutela dos eclesiásticos, que possuíam uma autoridade religiosa indubitável. Kant (2005, p. 63). se manifesta em direção ao indivíduo esclarecido: “[...] tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento” Por fim, Kant (2005) fazendo uma referência a Horácio levanta, talvez, o lema do Iluminismo: *Sapere aude!* (Ouse saber!).

Neste contexto de rompimento com o pensamento secularizado e a institucionalização do pensamento moderno através da imagem da nação-estado, surge a ciência moderna, baseada na dissolução entre essas duas formas de pensar. Segundo Pablo Mariconda e Hugh Lacey, três componentes descrevem a ideia da ciência moderna: a imparcialidade, a neutralidade e a autonomia. (MARICONDA; LACEY, 2001, p. 50) A busca pela autonomia, conforme Mariconda e Lacey (2001, p. 51), tinha por propósito “conseguir que a investigação científica fosse livre da interferência específica da Igreja Católica.” Portanto, com o

estabelecimento da ciência moderna e a busca pela autonomia da atividade através das instituições científicas são erguidos os valores para a concessão de autoridade científica.

Desde a Idade Moderna que a outorga de autoridade científica vem variando de formas. Contudo, desde a institucionalização das carreiras acadêmico-científicas e da respectiva profissionalização dos agentes acadêmico-científicos que a concessão de autoridade se vê indistintamente relacionada com as instituições reguladoras da pesquisa. (VERGARA, 2004)

A autoridade científica é instituída pelo campo através do acúmulo de capital científico. O conceito de autoridade tem como significação *aumentar* e o de capital tem por fundamento *acumular*, ambos se assemelhando pela propriedade quantificável que possuem²⁷. Na esfera acadêmico-científica, esse acúmulo ou aumento de capital é simbólico, nem puramente técnico, nem puramente político, mas uma comunhão dos dois aspectos.

O capital científico é uma espécie de capital “[...] sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento” (BOURDIEU, 2004, p. 26) que, por sua vez, indica o prestígio e a proeminência atribuída pelos pares-concorrentes no interior do campo científico. Logo, quanto maior for o capital simbólico, maior será a competência científica facultada, maior será a capacidade de falar e agir legitimamente no campo, de maneira autorizada e com autoridade. Deste modo, segundo, Marilena Chauí,

O discurso competente é um discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram pré-determinados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones de sua própria competência. (CHAUÍ, 1981, p. 7)

A competência científica, autorizada pelo campo, não diz respeito apenas ao saber. O verbo competir que confere ação ao substantivo competência, pressupõe também uma concorrência simultânea, uma luta, uma busca ao mesmo tempo com outrem. Competir, de certa maneira, é rivalizar. Quando o discurso competente é instituído ao agente, ele se torna uma autoridade científica no campo, pois a ele é outorgada uma crença na legitimidade dos seus atos.

²⁷ Quantificação: tal propriedade foi e continua sendo criticada por vários pensadores, contudo não é propósito deste trabalho discutir tais críticas. Para maior esclarecimento de duas visões distintas dessas críticas, ver Karl Marx (2011) e Martin Heidegger (2007).

A crença na legitimidade, segundo Lucio Levi (1993, p. 675), “é o elemento integrador na relação de poder [...]”, no campo científico, entre os pares-concorrentes. Conforme Bourdieu,

As lutas, cujo pretexto consiste em tudo o que, no mundo social, se refere à crença, ao crédito e ao descrédito, à percepção e à apreciação, ao conhecimento e ao reconhecimento – nome, reputação, prestígio, honra, glória e autoridade –, em tudo o que torna o poder simbólico em poder reconhecido, dizem respeito forçosamente aos detentores ‘distintos’ e aos pretendentes ‘pretensiosos’. (BOURDIEU, 2011, p. 235)

A distinção promovida pelo capital simbólico acumulado pode culminar num dos principais instrumentos de exercício da violência simbólica²⁸. Segundo Jean-François Dortier (2010, p. 52), a violência simbólica “[...] trata-se de uma violência ‘branda e mascarada’, exercida com a cumplicidade daqueles sobre quem ela se exerce”; deste modo “não se destina a marcar o corpo, mas as mentes. No mundo acadêmico, ela assume a forma do discurso de autoridade [...]”. Pierre Bourdieu em seu livro *O poder simbólico* manifesta a dissimulação da violência simbólica a partir do “erro interacionista” que consiste em “reduzir as relações de força a relações de comunicação.” (BOURDIEU, 1989, p. 11) Dessa maneira, no primeiro capítulo, destinado aos fundamentos de uma teoria da violência simbólica, do livro *A reprodução*, Bourdieu e Passeron principiam o texto dizendo,

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU, 2010, p. 25)

É próprio dos agentes do campo vigiar e defender-se do exercício da violência simbólica. De acordo com Mario Stoppino (1994, p. 92), no contexto da autoridade, “a violência pode derivar [...] da crença na legitimidade do poder”, sendo que a depender do grau de crença na legitimidade do poder, essa pode se traduzir na “legitimidade da violência”. Ou seja, Stoppino alerta que o emprego da violência pode vir a acontecer a partir da crença desmedida e imponderada na legitimidade poder, que transforma o exercício do poder numa “fé cega” na autoridade.

²⁸ Pierre Bourdieu atesta o papel dos manuais também como artefatos de violência, “atos de violência”, citando, em sua interpretação, o exemplo da crítica feita por Karin Knorr-Cetina em relação ao seu trabalho. Fala Bourdieu acerca da coletânea de Knorr-Cetina: “esta crítica inscreve-se no âmbito de uma compilação de textos, produto típico de uma iniciativa acadêmico-editorial que visa dar visibilidade a um conjunto de autores com a mesma orientação teórica [...]” (2008, p. 57)

Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), seguindo a linha conceitual de Gaston Bachelard (1996; 2008) a respeito da vigilância epistemológica, argumentam que o campo científico deve exercer uma vigilância sobre os conhecimentos produzidos e reproduzidos pelo *tópos* científico, com o intento da preservação da autonomia do campo. De certa maneira, a investigação entre os “conhecimentos produzidos e reproduzidos” pelo campo. A dimensão tácita das citações a esses conhecimentos mostra a regulação da vigilância epistemológica exercida pelos agentes. Os que têm maior poder/autoridade são “vigias” mais fortes, guardiões da autonomia do campo, são eles que trazem maior legitimidade na fala (os autores dos livros), mas que podem ser contestados pelos “pretendentes pretensiosos” através dos documentos típicos desses agentes, como são, por exemplo, as teses.

Também é necessário acrescentar – como já mencionado a respeito da indistinção dos conflitos epistemológicos e políticos por Bourdieu – que o campo científico deve exercer uma “vigilância política” sobre o conjunto de agentes que constituem o campo, para que se evite a atividade autoritária da violência nesse espaço. Por violência, num sentido amplo, é entendido todo ato pelo qual um ser humano é tratado desprovido da sua humanidade, como se fosse coisa. Portanto, o ato de “vigilância política”, no campo científico, tem por princípio, contrário ao da violência, a preservação da humanidade do humano.

A conduta de velar pela salubridade do campo é complexa, devido à grande desigualdade produzida pela estrutura, gerada mediante a acumulação do capital científico, que é um dos conceitos-chave para o entendimento da organização do campo científico e respectivamente do sistema simbólico reputacional, pois, como afirma Bourdieu (2004, p. 27), o capital científico

[...] repousa sobre o reconhecimento de uma competência, que proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundas as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar [...]

O acúmulo do capital científico pelos agentes tende a uma centralização, devido a quantidades cada vez maiores de capitalização, possibilitada pelo sistema reputacional de créditos; este dispõe de duas formas de poder que corresponde às duas formas de capital científico. O processo de acumulação do capital científico pode tanto ser de ordem temporal (política), quanto de ordem “pura”, a partir do prestígio e do reconhecimento adquiridos pelos sujeitos através das publicações. As duas espécies de capital científico não se excluem. Há

possibilidades de conversão de um capital em outro (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 127). Logo, o capital científico temporal, segundo Bourdieu é um,

[...] poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação etc. e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura. (2004, p. 35)

O capital científico “puro”, como chama Bourdieu à forma de poder pelo prestígio, repousa, quase que de maneira exclusiva, sobre o reconhecimento do conjunto dos pares ou de parte deles. O prestígio se adquire pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, às invenções ou às descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos), ou seja, nos locais aptos a conferir prestígio, crédito simbólico reconhecido pelo campo. O capital científico “puro” é de difícil determinação. Tem qualquer coisa de impreciso, de carismático, isto é, está ligado à pessoa e “não pode ser objeto de uma portaria de nomeação”. (BOURDIEU, 2004, p. 36) Nessa bipolaridade do capital científico, estão as duas figuras-chave da dissertação, os agentes e os objetos – livros e teses. O capital temporal é de difícil estima para um objeto, mas, por exemplo, entre os físicos um acelerador de partículas deforma o campo político de decisões, a favor dos agentes que trabalham com este objeto. A respeito do livro, há os exemplos religiosos, como o papel político da *Bíblia* entre os cristãos, ou do *Corão* entre os islâmicos, ou ainda, no campo político, o papel decisivo do *Manifesto Comunista* de Marx entre os soviéticos. Nesta dissertação, o propósito é comedido, não se tratará de grandes dimensões como as dos exemplos, mas de um microcosmo (Ciência da Informação), onde a articulação do capital científico observado se dá entre os livros e as teses, através dos embates entre os “detentores ‘distintos’ e os pretendentes ‘pretensiosos’”.

Logo, a distinção entre as espécies de capital científico habita duas extremidades limítrofes do espaço do campo, onde num dos extremos estão “[...] os detentores de um forte crédito específico e de um frágil peso político” e no extremo oposto, “[...] os detentores de um forte peso político e de um frágil crédito científico (em especial, os administradores científicos).” Contudo, segundo Bourdieu, “a conversão do capital político em poder científico é (infelizmente!) mais fácil e mais rápida [...]”, pois os agentes com poder político “estão em condições de assegurar a perpetuação da ortodoxia contra a inovação.” (BOURDIEU, 2004, p. 38) A perpetuação da ortodoxia, uma existência epistemológica, que

no âmbito político dos sistemas reputacionais pode ser identificada na constituição das elites científicas (WHITLEY, 2008), provoca um engessamento das normas de comunicação e avaliação das pesquisas, além de agir com frequência em direção à conservação do estado de coisas em que se encontram as relações de força. Tal dominação pode culminar na institucionalização de oligarquias acadêmicas. (CLARK, 1983; SCHIMANK, 2005; WHITLEY, 2007) Esse tipo de ortodoxia, segundo John Ziman (1994, p. 107), conduz a um estágio estacionário da prática científica, pois reduz a autonomia do pesquisador, aumenta a dependência das elites disciplinares, além de restringir a novidade e a variedade de ideias novas.

A luta pelo monopólio da autoridade científica, incentivada pela estrutura científica e suas formas de administração, tem por base a acumulação do capital científico e a institucionalização do discurso competente, isto é, da autoridade científica. Entretanto, a autoridade, principalmente a temporal, pode vir a exceder os limites do razoável e do plausível em detrimento do campo, ou seja, a individualidade estimulada e reconhecida pelas relações pode atingir o extremo do esquecimento da coletividade do campo. Logo, o discurso competente não deve se tornar uma *doxa*, pois então o campo cairia no âmbito do indubitável, do imponderável. Seria a derrota do *logos* em relação à imperiosa instituição da *doxa*.

Enfim, essa é uma problemática da estrutura do campo científico, reflexo prático do macrocosmo do mundo social regido pelos ideais capitalistas de competição, concorrência, acumulação desmedida, apropriação de bens, dentre tantos outros que incitam práticas de coisificação dos indivíduos, isto é, estimulam a violência de maneira dissimulada. Talvez, seja através dos *habitus (héxis)*, virtude inserida na ética de Aristóteles, que o humano encontre uma saída em seu modo de estar-no-mundo-com-os-outros.

4.3 PRÁXIS DO *HABITUS* CIENTÍFICO

Etimologicamente, a palavra *habitus* vem do grego *héxis*, sendo no latim o particípio passado do verbo *habere*, que significa ter ou possuir. Este termo é utilizado para designar uma constituição, um modo de ser. O *habitus* expressa uma disposição humana possível de conduzir uma ação à sua realização. Assim, o *habitus* é uma espécie de disposição estável adquirida para certo tipo de ato (*energeia*), no contexto deste trabalho, o agir científico.

O conceito de *habitus* possui uma expansiva rede de significações, que passa por Émile Durkheim²⁹, Marcel Mauss³⁰, Max Weber³¹, na fenomenologia com Edmund Husserl³², Maurice Merleau-Ponty³³ e Norbert Elias³⁴, porém é com Pierre Bourdieu que esse conceito será reconcebido, sendo basilar na concepção da teoria disposicional da ação do sociólogo. O termo *habitus* é a latinização efetuada pela escolástica medieval do conceito aristotélico de *héxis* (ἕξις) ou, como traduz Giorgio Agamben (2006, p. 15), *exis*. Na tradição escolástica foi Tomás de Aquino, na *Summa Theologiae*, que reanimou o conceito de *héxis* de Aristóteles. Diante desse contexto, Bourdieu se apodera do conceito originário de Aristóteles e das derivações postas por Tomás de Aquino para “romper com o paradigma estruturalista [...] e a sua estranha filosofia da ação”, pondo em evidência “as capacidades criadoras, ativas, inventivas, do *habitus* e dos agentes” (BOURDIEU, 1989, p. 61) que configuram os campos.

A *héxis* é a disposição que se refere às características humanas, tanto físicas quanto morais, adquiridas e estabelecidas por meio de um processo de aprendizagem. Segundo Hobuss (2010, p. 225), “a virtude é a melhor disposição”, sendo a disposição o “estado da alma que nos faz qualificar”. Citando o texto *Categorias* de Aristóteles, Hobuss (2010, p. 226) reitera o pensador de Estagira, dizendo: “o conhecimento científico está entre as disposições (*hexeis*) mais estáveis e difíceis de modificar”.

A *héxis* possui como característica a estabilidade que está diretamente associada à virtude moral, ou ainda, a uma conduta. Quando o agente adquire uma “disposição de caráter”, essa disposição se converte em uma “segunda natureza”, isto é, em uma segunda pele, “da qual dificilmente conseguirá se despir.” (HOBUSS, 2010, p. 227) Assim, algumas teses deterministas enquadrariam a *héxis* de forma que, uma vez constituída dada disposição, o agente não poderia agir de modo diferente. Contudo, a *héxis* (disposição) e a *aretê* (virtude) são definidas como uma *diathesis* (estado). Numa relação dialética entre esses conceitos aristotélicos, a tese determinista seria invalidada, pois a virtude disposição vinculada à *diathesis* não impede dos agentes dialeticamente fazerem do contrário o outro, por transformação. Ou seja, a dialógica entre estes conceitos desmistifica a ideia de uma disposição (*héxis*) ortodoxa, quase incontornável. O agir é possibilitado enquanto virtude

²⁹ Curso de 1904-1905, *L'évolution pédagogique en France* (1938).

³⁰ Conceito presente no ensaio: “As técnicas do corpo”, 1934 (2003).

³¹ Em *Wirtschaft und Gesellschaft*, de 1918. Tal obra traduzida para o português em dois volumes pela editora da Unb, chamando-se “Economia e Sociedade” (1999).

³² Utilizava termo sinônimo, *Habitualität*. HUSSERL, Edmund. *Experience and judgement*. London: Routledge and Kegan Paul, 1973.

³³ Em sua obra, *Fenomenologia da Percepção*, especificamente sobre a análise do corpo vivido (2011).

³⁴ Em seu conjunto de obras chamada no português, *O processo civilizador* (1993).

(excelência), sendo esta, segundo Abbagnano (2007, p. 1198), “a capacidade ou potência em geral; capacidade ou potência própria do homem; capacidade ou potência moral do homem”; logo, da maneira tratada por Aristóteles e assumida por Bourdieu, a virtude está como “hábito ou disposição racional” e como todo hábito, uniforme, mas passível de mudança, pois é potência (*dynamis*).

Tomás de Aquino foi um dos grandes intérpretes da obra de Aristóteles na Idade Média. Ele legitimou a filosofia aristotélica na cultura judaico-cristã, através das interpretações dos textos bíblicos e dos textos aristotélicos, encontrando, aos seus olhos e espírito, a vinculação do fundamento de Deus (*theoría*) com o pensamento de Aristóteles. Uma das apropriações hermenêuticas de Tomás de Aquino em relação ao pensamento aristotélico foi a do conceito de *héxis*, traduzido para o latim como *habitus*. O *habitus* em Tomás é uma disposição para o agir. De acordo com Bazuchi (2011, p. 21), Tomás adicionou à concepção de Aristóteles o sentido de capacidade que permite uma pessoa se desenvolver por meio da atividade. O teólogo preserva o sentido de virtude no conceito de *habitus*. A virtude³⁵, excelência que a natureza concede ao humano enquanto capacidade (disposição), é aprimorada pelo *habitus*, isto é, pela prática³⁶.

O termo práxis vem do grego πράξις. Tal vocábulo não possui uma significação precisa, um sentido unívoco. Segundo Leandro Konder (1992, p. 97), práxis designava, comumente, a “ação que se realizava no âmbito das relações entre as pessoas, a ação intersubjetiva, a ação moral, a ação dos cidadãos.” Platão utilizou o termo, mas é com Aristóteles que ele ganha profundidade. Aristóteles considera a práxis como “atividade ética e política, distinta da atividade produtiva, a *poiésis*.” (KONDER, 1992, p. 97) No contexto de Aristóteles, essa conceituação partia da divisão das ciências ou do conhecimento, sendo que havia três atividades humanas fundamentais: a *poiésis*, a *theoría* e a *práxis*. As duas primeiras partiam dos mitos de Hefesto (*poiésis*) – deus-artesão, habilidoso com fabricação de objetos e utensílios –, e de Palas Atena (*theoría*) – deusa da sabedoria, nascida de um golpe certo de machado proferido por Hefesto na cabeça de Zeus. Estava aí selada a relação entre a *theoría* e a *poiésis*. A *práxis* une a *theoría* e a *poiésis*, mas não se limita a isso; ela envolve a ação em si mesmo, a atividade política do cidadão e sua participação nos debates, uma ação intersubjetiva. Desta maneira, dirá Leandro Konder (1992, p. 128),

³⁵ “A virtude é uma qualidade humana adquirida, cujo exercício costuma nos capacitar a alcançar aqueles bens internos às práticas e cuja ausência nos impede, para todos os efeitos, de alcançar tais bens.” (MACINTYRE, 2001, p. 321)

³⁶ Nesta dissertação, prática é considerada uma palavra sinônima de práxis, ação, atividade.

A *práxis*, no sentido grego da palavra, era o terceiro elemento básico do tripé [...] E para essa atividade, na mitologia, *não havia nenhum deus*. Ela ficava por conta de mortais, criaturas finitas e imperfeitas, chamadas a assumir a pesada responsabilidade que lhes cabia na decisão dos rumos a serem seguidos pela comunidade. Postos fora do espaço tutelado pelos deuses, os habitantes da *pólis* se viam condenados a ser... *políticos*; cabia-lhes decidir o destino da “cidade”.

Tomás de Aquino não entra nessa dimensão política da prática, ao contrário, ele é alheio a ela, pois não crê que o homem esteja, seja qual for o local, desprovido dos olhos de Deus. Porém, em Bourdieu essa dimensão política da ação é ávida de discussão. Tomás assegura a ação enquanto ato que aprimora o *habitus*, levando-o a aumentar, numa lógica quantitativa similar à argumentada feita na seção anterior sobre o capital científico e a autoridade. Assim, em Tomás “algo é grande quando é perfeito”. Citando Agostinho (apud BAZUCHI, 2011, p. 31) afirma “ser maior é o mesmo que ser melhor”. Ou seja, no contexto do *modus operandi* do *tópos* científico, agir em conformidade com o *habitus* disciplinar instituído no campo é agir virtuosamente, o que leva ao aumento intensivo de capital, tornando o agente “maior”, não perfeito e talvez não melhor, porém, com mais autoridade.

Na associação da significação, exposta nesta dissertação, entre perfeição e aumento/acúmulo em Tomás, Bazuchi (2011, p. 26) dirá que “o *habitus* é considerado o meio termo entre a pura potência e o ato perfeito”. Quanto mais o *habitus* direcionar-se para a ação, maior será a sua grandeza. Isto é, o *habitus* busca a sua estabilização, a fixidez do comportamento adquirido pelo acúmulo dos atos. Contudo, é improvável, pois o *habitus* também é potência. De acordo com Giorgio Agamben (2006, p. 26) “a passagem ao ato não anula nem exaure a potência, mas esta se conserva no ato como tal [...]”. Desta maneira, o *habitus* incessantemente excederá as suas formas e realizações.

Mediante os argumentos histórico-filosóficos acerca do *habitus* e de sua significação, seu estar como virtude, capacidade, disposição para o devir, Bourdieu conceitua-o como

[...] um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados. (BOURDIEU, 1983, p.65).

O *habitus* em Bourdieu preserva o sentido de disposição durável e transferível, pois é ação intersubjetiva entre os agentes dentro de uma estrutura estruturada predisposta a funcionar simbolicamente como estruturante (*dynamis*). Sérgio Miceli na introdução ao livro

A *economia das trocas simbólicas* (BOURDIEU, 2007), cita trechos conceituais inclusive sobre o que é o *habitus* em Bourdieu. Assim, Miceli utiliza-se da passagem que consta no *Esboço de uma teoria da prática*, onde Bourdieu (1983, p. 60) afirma que os *habitus* são

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, que dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações.

O *habitus* é um sistema de disposição. Falar em disposição, diz Bourdieu (2007, p. 166), “equivale a invocar uma predisposição natural dos corpos humanos [...] enxergando a *condicionabilidade* como capacidade natural de adquirir capacidades não naturais, arbitrárias”. A disposição acontece na exposição (BOURDIEU, 2007, p. 171). O *habitus* expõe uma ação organizadora, de sentido próximo ao de estrutura. Por outro lado, designa um modo de ser, um estado habitual (em particular do corpo), uma predisposição, uma inclinação para o agir “regulado” e “regular”, de acordo com uma matriz de percepções, apreciações e ações incorporadas no espaço social, pois “o corpo está no mundo social, mas o mundo social está no corpo (sob forma de *héxis* e de *eidós*).” (BOURDIEU, 2007, p. 185) É a via do corpo³⁷ que une, assim como a *práxis* une *theoría* e *poiésis*, a posição (mundo social/campo científico) e a disposição (*héxis corporais*), tornando possível a compreensão prática do mundo pelo conhecimento do corpo. Manifesta Bourdieu (2007, p. 172) que “aprendemos pelo corpo”.

Tendo adquirido [...] um sistema de disposições ajustado a regularidades, o corpo se acha inclinado e apto a antecipá-las praticamente em condutas que mobilizam um *conhecimento pelo corpo* capaz de garantir uma compreensão prática do mundo bastante diferente do ato intencional de decifração consciente que em geral transparece na ideia de compreensão. (BOURDIEU, 2007, p. 166)

O campo científico é um território propício para o entendimento da noção de *habitus* própria de Bourdieu, diferindo do pensamento escolástico. A esfera de conflitos do campo científico torna o *habitus* uma noção valiosa para a compreensão da *ilusão escolástica*, que se impõe como força particular presente nesse microcosmo. Como afirma Bourdieu (2008, p.

³⁷ A imagem do corpo relacionado com o *habitus* já estava presente no pensamento escolástico. Segundo Tomás de Aquino, os *habitus* são qualidades da alma, sendo o corpo o sustentáculo que capacita e se dispõe a servir às atividades da alma. (BAZUCHI, 2011, p. 24)

58), a prática científica é produto de um *habitus* científico, de um sentido prático (de tipo muito particular), não de intenções conscientes e calculadas, segundo métodos e programas conscientemente elaborados. A ideia de *habitus* científico remete às práticas, ao “ofício”, não a um princípio de “uma consciência cognitiva que age de acordo com as normas explícitas da lógica e do método experimental” (BOURDIEU, 2008, p. 59). O *habitus* científico é comunicado pelo exemplo, ou seja, é incorporado, não pelos preceitos metodológicos, mas pelas ações práticas dos agentes no campo. Desta maneira, a ciência constitui-se também como corpo. Seguindo a noção wittgensteiniana de regra, Bourdieu assevera:

Não se age de acordo com um método, tal como não se segue uma regra, por um ato psicológico de adesão consciente, mas essencialmente deixando-se levar por um sentido de jogo científico tanto com as suas *regularidades* como com as suas regras. Regras e regularidades que são permanentemente lembradas, quer através de formulações expressas (as regras que regem a apresentação de textos científicos, por exemplo), quer através dos índices inscritos no próprio funcionamento do campo [...] (2008, p. 62)

Portanto, a postura do corpo científico arranja-se através do contato dos agentes com as posições do *tópos* científico e com as regularidades do saber-fazer próprio das disposições de cada território científico. O *habitus* manifesta-se nas “nos exames orais, nas exposições em seminários, nos contatos com os outros” (BOURDIEU, 2008, p. 66), assim como nas escolhas dos “instrumentos de conhecimento” que são “instrumentos de acumulação e concentração do saber”, orientados por estratégias (sentido do jogo científico) para capitalizar o “poder acadêmico”, o “controle da ciência”, isto é, garantir o monopólio da autoridade científica. (BOURDIEU, 2008, p. 57) Logo, os livros são os instrumentos de conhecimento adotados enquanto objeto de análise desta dissertação. Eles representam um modo de agir prático típico dos agentes científicos. O livro é uma exposição concreta de uma disposição (*habitus*). Enquanto produtos estruturados (*opus operatum*), os livros são uma imagem-conceito representativa da produção concreta do que até então foi dito, especialmente sobre a finalidade da aquisição do monopólio do capital científico. Os livros são instrumentos de conhecimento e reconhecimento da *hélix* e da *eidós* de um campo científico, não sendo diferente com a Ciência da Informação. Por conseguinte, analisar a produção dos livros da Ciência da Informação e a sua reprodução mimética nas teses, é perceber um aspecto do *habitus* do campo da Ciência da Informação, agindo sobre os agentes. Assim, refletir sobre o livro enquanto “coisa epistêmica” (BOURDIEU, 2008, p. 94) no campo disposicional do agir científico significa, nesta dissertação, buscar os movimentos epistemológicos do campo, inscritos concretamente em seus produtos estruturados.

Toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso. [...] O termo religio [...] não deriva de religare (o que liga e une o humano e o divino), mas de relegere que indica [...] a separação entre o sagrado e o profano. Religio não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos.

Giorgio Agamben

5 PARADEIGMA E MANUAIS (*TEXTBOOKS*) DO CAMPO CIENTÍFICO

Neste capítulo, serão expostos aspectos e elementos epistemológicos concernentes à concepção de ciência traçada por Thomas Kuhn, mas não necessariamente em acordo com o seu ponto de vista. A ideia de paradigma (*paradeigma*) argumentada vai ao encontro à ideia originária do conceito e estabelece diálogo com o manifestado acerca do paradigma por Giorgio Agamben. O paradigma é visto como aquilo que joga ao lado, em acordo com o *análogon* (aquilo que se mostra ao lado da razão) e com os estilos de pensamento (*Denkstil*) de Ludwik Fleck. Os livros jogam ao lado da ciência. Os paradigmas são argumentados no *tópos* do campo e os livros da ciência são concebidos enquanto *textbooks* (manuais). Assim como nos *habitus*, figura conceitual que se relaciona com o paradigma, os livros são argumentados como fontes que reverberam paradigmas, estilos.

5.1 PARADEIGMA

Todo existente es el analogon de todo existente; por eso la existencia se nos aparece siempre separada y al mismo tiempo vinculada. Si se exagera la analogía, todo se vuelve idéntico; si se la evita, todo se divide hasta el infinito.

Johann Wolfgang von Goethe

A ideia de paradigma é tipicamente grega e se alastrou por toda a história do pensamento ocidental, como tantas outras ideias gregas. Fazer uma digressão etimológica dessa palavra colocará em perspectiva um possível início de discussão. Esse agir etimológico está ligado à força de significação que emana do étimo (*etymos*, razão/verdade). Não se trata de uma verdade da palavra, mas de um sentido primaz, que através dos tempos foi ganhando camadas de significação com seu uso, o “pensamento do sentido”.

O alemão *sinnan*, *sinnen*, pensar o sentido, diz encaminhar na direção que uma causa já tomou por si mesma. [...] significa mais do que simples consciência de alguma coisa. Ainda não pensamos o sentido quando estamos apenas na consciência. Pensar o sentido é muito mais. É a serenidade em face do que é digno de ser questionado. [...] No pensamento do sentido, encaminhamo-nos para um lugar onde se abre, então, o espaço que atravessa e percorre tudo que fazemos ou deixamos de fazer. (HEIDEGGER, 2010, p. 58)

Dessa maneira, paradigma vem do grego *paradeigma*, “padrão, exemplo³⁸, modelo³⁹”, derivado de *paradeiknynai*, “mostrar, representar”, de modo literal, “mostrar lado a lado”, formado por *para-*, “ao lado”, e *deiknynai*, “mostrar, apresentar”. Mediante o termo “exemplo”, Giorgio Agamben (1993, p. 16) pormenoriza, “*para-deigma*, o que se mostra ao lado (como o alemão *Bei-spiel*, o que joga ao lado)”.

A ideia de paradigma surge com Platão, em sua obra *Político*, como um *análogon*⁴⁰. O *análogon* institui uma relação de semelhança ou de proporção. O termo analogia vem do homônimo grego, analogia, proporção. A proporção no sentido grego era um termo que designava aquilo que estava em acordo com a razão (*ratio*). Analogia de *ana-*, “em cima, de acordo com”, e *logos*, “*ratio*, razão”, vindo do grego *analogizesthai*, “contar, somar”. Deste modo, a analogia possui significação similar à *ratio*, sendo o *análogon* aquilo que se mostra ao lado da razão.

Todavia, é necessário esclarecer que o sentido de proporção, nesta dissertação, é mínimo, pois a proporção pode ser tida como uma figura que re-presenta a metafísica, onde a *ratio*⁴¹ (conta) pode designar o pensamento que calcula. Tal pensamento, para Heidegger, subjuga a noção do ser em face da “manipulação dos entes”; a metafísica entende o ser em sua inautenticidade, como um conjunto de entes, e suprime a distinção entre ser e entes. O pensamento moderno, metafísico, é um pensamento que calcula, oportunista. Heidegger afirma que

O pensamento que calcula corre de oportunidade em oportunidade. O pensamento que calcula nunca para, nunca chega a meditar. O pensamento que calcula não é um pensamento que medita, não é um pensamento que reflete sobre o sentido que reina em tudo o que existe. (HEIDEGGER, 2001, p. 13)

Distante do sentido de proporção, daquilo que pode separar e conduzir ao esquecimento do ser, a analogia ganha vigor conceitual na imagem da semelhança (tecedura).

³⁸ Exemplo, do latim *exemplum*, “uma amostra”, literalmente “o que é retirado”, do verbo *eximere*, “tirar, remover”, de *ex-*, “fora”, mais *emere*, originalmente “tirar”. Logo, Agamben dirá a respeito do exemplo, que “o ser exemplo é o ser puramente linguístico” (AGAMBEN, 1993, p. 16), assim, o que é retirado como exemplo, é o ser-dito, isto é, o ser linguístico.

³⁹ Modelo, do latim *modulus*, “medida, padrão”, de *modus*, “modo, jeito, medida”.

⁴⁰ Em Platão, o paradigma tem seu lugar na dialética que, ao articular a relação entre o inteligível e o sensível, faz possível o conhecimento. Agamben citando Goldschmidt afirma que “*La relación entre estos dos órdenes puede concebirse de dos modos: como una relación de semejanza (entre copia y modelo) o como una relación de proporción.*” (2010b, p. 32)

⁴¹ “*Ratio* significa conta. Quando nós contamos, representamos aquilo que, com o qual e sobre o qual numa coisa contada, se deve manter em vista. Aquilo assim contado e computado dá a razão daquilo que é consequência de uma coisa, do que está nela como aquilo que dela é determinante. (HEIDEGGER, 2000, p. 146)

A respeito do paradigma, Platão (1987, p. 225), através do diálogo entre o *Estrangeiro* e *Sócrates, o jovem*, afirma que este é “o melhor método” para aquisição de “conhecimentos que ainda não possuem” Por conseguinte, Platão através do exemplo da linguagem descreve uma situação onde a semelhança é regra para instituição de um paradigma.

Mostrar-lhes primeiramente os grupos em que interpretaram essas letras corretamente e depois colocá-las frente aos grupos que ainda não conhecem, fazendo-as **comparar uns com os outros a fim de ver o que há de igual em ambas estas combinações**; até que à força de mostrar-lhes, ao lado dos grupos que as confundem, aqueles que interpretam com exatidão, estes assim **mostrados paralelamente se tornam, para elas, paradigmas que as auxiliarão**, seja pela letra que for, e em qualquer sílaba, a soletrar diferentemente o que for diverso, e sempre de uma mesma e invariável maneira, o que for idêntico. (PLATÃO, 1987, p. 225, grifo nosso)

Nos parágrafos seguintes, diz o *Estrangeiro* acerca do paradigma, “constitui um paradigma o fato de, ao encontrar-se um mesmo elemento em um grupo novo e bem distinto, aí interpretá-lo exatamente e, uma vez identificado nos dois grupos, permitir que ambos se incluam numa noção única e verdadeira.” (PLATÃO, 1987, p. 225) Neste conceito dado por Platão, é necessário iluminar o caráter analógico típico do paradigma, pois há dois elementos que não estão de acordo com a ideia de paradigma defendida: primeiro, a exatidão da interpretação; segundo, a noção única e verdadeira. Ambas as características se assemelham ao que Heidegger (2010, p. 66) argumentou acerca da metafísica “como domínio da entidade, no sentido da certeza”, sendo o exato e o único componentes que constituíram-se como arcabouços da *ratio* moderna. Neste terreno onde Platão defende uma interpretação exata para uma noção única, esta dissertação, ao avesso, defende que é o consenso entre os grupos que instituem a legitimidade do paradigma e não a verdade. Por fim, é ainda em Platão que está o sinal forte para o entendimento do paradigma neste texto dissertativo, na imagem exemplar da tecedura, onde o paradigma, avançando para Clifford Geertz (2001, p. 146), “não rege... um assunto, mas um grupo de praticantes”, isto é, “tecer, afinal, consiste em entrelaçar” (PLATÃO, 1987, p. 227); o paradigma enquanto tecedura entrelaça os membros de um campo e partilha coletivamente, pela via da analogia, a racionalidade sociohistórica daquele conjunto de indivíduos enlaçados pela similaridade de seus comportamentos, práticas, valores e crenças comuns.

Ivan Domingues (2004), em seu livro sobre a epistemologia das ciências humanas, manifesta-se dizendo que o paradigma e o modelo são coisas distintas; o primeiro ligado à teoria e o segundo as metodologias. Thomas Kuhn (2007, p. 43), um dos grandes pensadores

do paradigma enquanto fenômeno epistemológico, afirma, ao contrário de Domingues, que “no seu uso estabelecido, um paradigma é um modelo ou um padrão aceito.” A própria força de sentido da palavra *paradeigma* possui em seu espectro de significação a palavra modelo, como argumentado no primeiro parágrafo desta seção. Assim, esta visão dicotômica de Domingues reconhece-se na ciência moderna. Paolo Rossi (1992, p. 13), através do pensamento heideggeriano, afirma que com o mundo moderno “nasce a ciência, desaparece o pensamento.” Entretanto, neste trabalho, essa separação não é feita, estando em acordo com Giorgio Agamben (2007), onde toda separação contém em si um núcleo de sacralização, uma petrificação do pensar⁴². A ciência é aqui entendida em seu *habitus* sociohistórico, em sua práxis que uni *theoría* e *poiésis*, ou melhor, não as distingue.

Em sua relação com o *habitus* e no próprio Kuhn, o saber paradigmático é histórico, ou seja, processual. A incorporação de paradigmas e a racionalidade paradigmática que limita a maneira do perceber não estão pautadas na aquisição de uma razão imutável e cheias de princípios. Os paradigmas não possuem princípios (AGAMBEN, 2010b, p. 34), são sempre marcados pelo acontecer histórico. Na tecedura com o *habitus*, o paradigma enlaça-se nas tramas da potência, onde o ser vivo, pesquisador, é possuidor de uma *héxis*. Diz Agamben (2006, p. 15): “ter uma potência, ter uma faculdade significa: ter uma privação” e complementa “potência é, portanto, a *exis* de uma *steresis*”, isto é, a potência é a disposição de uma privação. “A potência é definida essencialmente pela possibilidade do seu não-exercício [...] da soberania sobre uma privação” (AGAMBEN, 2006, p. 16) Regente e regida por seus praticantes, o paradigma engendra-se na figura dos seres humanos. Sendo assim, assevera Agamben (2006, p. 20-21),

O homem é o senhor da privação porque mais que qualquer outro ser vivo ele está, no seu ser, destinado à potência. Mas isso significa que ele está, também, destinado e abandonado a ela, no sentido de que todo o seu poder de agir é constitutivamente um poder de não-agir e todo o seu conhecer; um poder de não-conhecer. [...] Toda potência é impotência (potência de não).

Enquanto empreendimento humano, o paradigma possui consigo a potência do não. Aos praticantes de determinado paradigma, a ética não se limita às dos homens de leis, do **queres** ou **deves**, mas se expande à do **podes**. É possível a um homem de ciência agir como

⁴² “a palavra **pensamento** tem por origem o significado de **angústia**, de **ímpeto ansioso**, que se encontra ainda na expressão familiar: *stare in pensiero* (**estar atormentado**). O verbo latino *pendere*, de onde deriva a palavra nas línguas romanas, significa **estar suspenso**. Agostinho utiliza-o neste sentido para caracterizar o processo do conhecimento: ‘O desejo que há na procura procede de quem busca e permanece, de alguma maneira, suspenso (*pendet quodammodo*), até repousar na união com o objeto enfim encontrado.’” (AGAMBEN, 2004, p. 157, grifo nosso)

“Bartleby, o escrivão”, personagem de Herman Melville e figura emblemática da potência do não (AGAMBEN, 2008), quando no momento em que é ordenado por seu superior hierárquico a agir de um modo, ele suave e firmemente diz: “prefiro não”. Ao decidir por isso, como sugere Deleuze na fala de Agamben (2008, p. 27), abre-se “uma zona de indiscernibilidade entre o sim e o não, o preferível e o não preferível.” Só que os dispositivos de captura e assujeitamento ligados, especificamente nesta dissertação, à ciência e submetidos ao capitalismo - que não é senão “um gigantesco dispositivo de captura dos meios puros, ou seja, dos comportamentos profanatórios” (AGAMBEN, 2007, p. 76) - limitam o agir profano feito este de Bartleby. Portanto, o paradigma dispõe de uma faculdade de hoje um ser-fazer e de amanhã preferir-não, ou seja, é sociohistórico e não possui movimentos previsíveis e calculáveis, ainda que os dispositivos desejem estabilizá-los para melhor controlá-los.

Provido do prefiro-não, da “potência do pensamento”, “doação extrema da potência a si mesma” (AGAMBEN, 2006, p. 28), o homem de ciência pode preservar o pensar do sentido. Diz Heidegger que

Os caminhos e meios das ciências nunca poderão atingir a essência da ciência. Todavia, como ser pensante, todo pesquisador e mestre da ciência, todo homem, que atravessa uma ciência, pode mover-se em diferentes níveis do sentido e manter-lhe sempre vivo o pensamento. (2010, p. 59)

Na Ciência da Informação, Renault (2007) adota a distinção efetuada por Domingues (2004) e afirma que “os paradigmas e modelos seriam boas referências para se discutir a área da Ciência da Informação.” (RENAULT, 2007, p. 53) Seguindo tal distinção, Renault cita Domingues (2004, p. 53-54) para consolidar sua posição, sendo o paradigma “o princípio das coisas ou o ente tido como a realidade por excelência [...]” e o modelo, “construções do espírito que só existem na teoria e que têm por função, não descrever o real empírico, mas justificar (dar razão) o que se pensa dele ou sobre ele (teoria).” (DOMINGUES apud RENAULT, 2007, p. 55) Sobre esta separação entre mente e coisa, esta dicotomia entre objetivo e subjetivo, diz Agamben (2010b, p. 42):

Si se pregunta, finalmente, si la condición paradigmática reside en las cosas o en la mente del investigador, mi respuesta es que la pregunta no tiene sentido. La inteligibilidad que está en cuestión en el paradigma tiene un carácter ontológico, no se refiere a la relación cognitiva entre un sujeto y un objeto, sino al ser. Hay una ontología paradigmática.

Esclarecendo o caráter ontológico do paradigma através de um exemplo, Agamben (2010b, p. 28) comenta a prática beneditina, onde a regra não é uma norma geral, mas uma

comunidade de vida (*cenobio, koinos bíos*) que resulta de um exemplo com o qual a vida de cada monge tende, em última instância, a tornar-se paradigmática, constituir-se como *forma vitae*. Toda *bíos* é singular em suas formas. Logo, parafraseando Melandri, Agamben diz que “la analogía se opone al principio dicotómico que domina la lógica occidental” (2010b, p. 25), isto é, o paradigma implica no abandono, sem reservas, do par dicotômico particular-geral como modelo de inferência lógica. O regime de discurso do paradigma não é a lógica, mas sim a analogia, o exemplo, “el paradigma es simplemente un ejemplo” (AGAMBEN, 2010b, p. 14). Agamben chega a afirmar que o paradigma é a “epistemologia do exemplo” (2010b, p. 24) e continua, “el ejemplo constituye una forma peculiar de conocimiento que no procede articulando universal y particular”, permanece na “tercera y paradójica especie de movimiento, que va de lo particular a lo particular.” (2010b, p. 24-25)

Portanto, conforme Agamben (2010b, p. 29), o paradigma implica “un movimiento que va de la singularidad a la singularidad y que, sin salir de ésta, transforma cada caso singular en ejemplar de una regla general que nunca puede formularse a priori.” Assim, o paradigma não é uma forma de conhecimento nem indutiva, nem dedutiva, mas analógica, que se move entre as singularidades das formas de vida presentes em cada comunidade. Neutralizando a dicotomia entre particular e geral, o paradigma substitui o lógico por um modelo analógico bipolar, típico da figura do campo, como, o aqui tratado, campo científico.

Com Thomas Kuhn e sua famosa obra *A estrutura das revoluções científicas* (ERC), o paradigma entra com vigor na cena científica. A teoria historicista da ciência desenvolvida por Kuhn foi influenciada, como o próprio afirma na página 11 da ERC, por Ludwik Fleck e sua monografia *Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache: einföhrung in die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv*.⁴³ de 1930. Conceitos como estilo de pensamento (*Denkstil*), coletivo de pensamento (*Denkkollektiv*), círculo esotérico e exotérico e formação de pré-ideias ou protoideias, permeiam a argumentação teórica de Fleck sobre a ciência e de alguma maneira influenciariam a teoria kuhniana da ciência, especialmente o estilo de pensamento. Por sinal, alguns teóricos contemporâneos assemelham a figura do paradigma à do estilo, como por exemplo, Ian Hacking⁴⁴ (2009) e Pierre Bourdieu (2008). Além desses, outros pensadores, como Karl Manheim (1986) em *Ideologia e utopia* e Alistair Cameron

⁴³ Traduzida para o português em 2010, por Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira, como *Gênese e desenvolvimento de um fato científico: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento*, pela editora Fabrefactum.

⁴⁴ Ian Hacking utiliza o termo “estilos de raciocínio” (2009, p. 199).

Crombie (1994), em *Styles of Scientific Thinking in the European Tradition*, utilizaram-se do conceito de estilo para de alguma maneira pensar a ciência.

Para Pierre Bourdieu, o estilo está estritamente ligado ao *habitus*, logo de certa maneira aqui se encontra a ligação entre o *habitus* e o paradigma; afirma Bourdieu (2008, p. 92), “os produtos de um mesmo *habitus* são marcados por uma unidade de estilo (estilo de vida, maneira, assinatura de um artista).” O paradigma que anseia legitimar um fato científico, o faz através da estrutura de um estilo exemplar de pensamento, segundo Márcia Regina Pfuetzenreiter: “o fato está estreitamente relacionado ao modo de perceber. O autor [Fleck] denomina a **disposição** para o perceber orientado como um estilo de pensamento e as ideias compartilhadas por um determinado grupo como coletivo de pensamento.” (2003, p. 113, grifo nosso) Assim, a disposição (*héxis*), ou seja, o *habitus* do campo condiciona o modo de perceber os fatos, o que foi chamado por Fleck de “percepção da forma” (*gestaltsehen*). A semelhança entre esses dois conceitos é perceptível quando Bourdieu (2008, p. 92) assevera que o *habitus* disciplinar “como sistema de esquemas de percepção e apreciação [...] age como censura” e Lothar Schäfer e Thomas Schnelle, na introdução ao livro de Fleck, interpretam a percepção da forma como uma habilidade, uma predisposição, semelhante ao *habitus*.

O aumento dessa habilidade se dá, contudo, na mesma proporção de uma perda, que é justamente a da possibilidade de ser ver o contraditório. Ou seja, para ser ter a predisposição para o perceber direcionado, paga-se com o preço de não mais se poder perceber o heterogêneo. Desse modo, considera Fleck, a predisposição para o perceber direcionado subjaz na raiz de cada estilo de pensamento. A percepção da forma (*Gestaltsehen*) é a ‘pura questão do estilo de pensamento’.” (SCHÄFER; SCHNELLE, 2010, p. 16)

A dimensão incorporada da percepção dos agentes de um campo científico está condicionada, segundo Fleck (2010, p. 133), à “tradição”, à “educação” e ao “hábito”, sendo esses elementos geradores de “uma disposição para um sentir e agir de acordo com um estilo, isto é, um sentir e agir direcionados e restritos”; tão restritos a ponto de Kuhn (2007, p. 45) afirmar que os fenômenos “[...] que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos.” Deste modo, o estilo e o paradigma⁴⁵ são modelos analógicos singulares, que

⁴⁵ Característica que distingue o estilo de pensamento em Fleck do paradigma em Kuhn. A posição de Fleck é mais razoável do que a de Kuhn, logo é a defendida aqui. “[...] ao contrário do paradigma, o estilo de pensamento está sujeito a pequenas e frequentes modificações. A mudança de paradigma ocorre de maneira drástica, por rupturas, enquanto um estilo de pensamento se modifica sutilmente, de maneira lenta e gradual. Entretanto, essas mudanças em doses homeopáticas, ao final de um longo período se transformarão em mudanças tão significativas quanto uma mudança de paradigma em uma revolução científica.” (PFUETZENREITER, 2003, p. 132)

moldam a percepção e a maneira de conceber os problemas, os valores, as crenças e os objetos comuns à prática de um campo científico. Kuhn (2007, p. 150) alega que “[...] alguma coisa semelhante a um paradigma é um pré-requisito para a própria percepção. O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver.”

Portanto, um os manuais são elementos que conduzem à aquisição da educação, do *habitus*, que condiciona a forma de perceber o estado de coisas do campo científico pelos agentes. Kuhn (2007, p. 67), sobre os manuais, afirma que “ao estudá-los e utilizá-los na prática, os membros da comunidade considerada aprendem seu ofício.” Logo, investigar esses “recursos objetivados” (livros) na efetiva construção do conhecimento e do reconhecimento, e ainda, nas articulações argumentativas do campo da Ciência da Informação pela via da citação, pode desnudar o conjunto das disposições e dos estilos paradigmáticos (analógicos) do saber-fazer científico da Ciência da Informação, que também estão inscritos nas particularidades singulares dos exemplos textuais, teses e livros.

5.2 COMUNIDADE CIENTÍFICA *VERSUS* CAMPO CIENTÍFICO

Como afirmado por Geertz (2001, p. 146), o paradigma rege os praticantes, não os assuntos, logo, para identificar o saber-fazer em suas analogias bipolares (particular-particular) é impreterível observar a coletividade do campo em suas singularidades, isto é, as comunidades científicas, em termos kuhnianos. Kuhn (2007, p. 222-223) sobre a comunidade científica afirma que

[...] uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. Neste processo absorveram a mesma literatura técnica e dela retiraram muitas das mesmas lições. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto próprio de estudo. Há escolas nas ciências, isto é, comunidades que abordam o mesmo objeto científico a partir de pontos de vista incompatíveis.

Seguindo a afirmação de Kuhn, três elementos saltam como características singulares no corpo da comunidade: a educação similar (analógica), a literatura padrão (metrológica) e o objeto de estudo, sendo que este último possui uma particularidade sobreposta na declaração de Kuhn, em que um mesmo objeto de estudo pode possuir pontos de vista distintos nas comunidades científicas; essa, por exemplo, é uma característica do objeto de estudo

informação, conforme analisa González de Gómez (2001), quando manifesta que a informação nos anos de 1940 era concebida segundo uma abordagem empírico-analítica das ciências (alocucionária), particularmente através da Teoria Matemática da Comunicação. Após 20 anos, uma nova figura do saber informacional surge, a meta-ciência. Nesse processo de ajustamentos de estilos de pensamento, lento e gradual, mas que introduz mudanças significativas na percepção do fenômeno dentro da comunidade (campo), González de Gómez (2001, p. 16) afirma que é nessa direção que “se desenvolvem e desenvolverão as novas versões da Ciência da Informação, nem alocucionária, nem meta-ciência – quiçá, uma trans-ciência.” Logo, a discussão colocada em suspensão por González de Gómez (2001) diz respeito ao caráter multiforme da informação dentro do mesmo campo, a Ciência da Informação, e não especificamente como atribui Kuhn, em comunidades distintas.

A noção de comunidade posta em discussão por Kuhn é de difícil estabelecimento prático, logo onde Kuhn afirma existir uma comunidade, esta dissertação argumenta que há um campo. O conceito de campo científico se coloca em confronto ao conceito de comunidade científica, tendo esse último, para Bourdieu, uma conotação de realização da “imagem oficial da ciência”, pois exerce uma função de ocultamento de uma característica da prática real da atividade científica, a competição. A comunidade científica não possui apenas características comuns. Há nesse espaço fortes lutas pelo monopólio do poder: combates políticos e epistemológicos, de poder-saber, onde a competição entre os agentes induz a uma rivalidade que institui perspectivas distintas no seio do mesmo campo. A comunidade científica “[...] não é uma comunidade, mas um campo com concorrências.” (BOURDIEU, 2004, p. 74) O conceito de comunidade, segundo Zygmunt Bauman (2003, 7-9), pressupõe um lugar “confortável e aconchegante”, onde “podemos contar com a boa vontade dos outros”, mas que, em suma, “[...] é um mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance [...]”. Na ideia de comunidade ressoa uma concepção irenista (do grego *eiréne*: paz), pacificadora, de conciliação entre os sujeitos e seus lugares, inviável num campo “[...] estruturalmente destinado a proporcionar muito mais fracasso do que sucesso” e que se constitui, fundamentalmente, pela busca individualista, não-comunitária, pelo “monopólio da autoridade científica” (BOURDIEU, 2004, p. 67). A luta pelo monopólio entre os agentes, por consequência, gera tendências de ação anticomunitárias, como, por exemplo, cita Bourdieu (1983, p. 144), a “propensão ao segredo e à recusa de cooperação”. Richard Whitley (2000) sustenta que uma característica notável do trabalho científico regido por sistemas

reputacionais é a tensão essencial⁴⁶ entre a novidade (incerteza) e a tradição (mecanismos de controle), a cooperação e a competição, contradições próprias de um campo dominado por relações de força. Portanto, é perceptível o encontro dessas lutas em Thomas Kuhn (2007, p. 27, grifo nosso), por exemplo, quando ele afirma: “A **competição** entre segmentos da comunidade científica é o único processo histórico que realmente resulta na rejeição de uma teoria ou na adoção de outra.” Contudo, Kuhn menciona duas palavras com significações antagônicas ao mesmo contexto: competição no contexto da comunidade. Deste modo, a visão do campo foi privilegiada nesta pesquisa por atender à concepção do espaço científico manifesto na dissertação, de uma ciência implicada nos meios capitalistas de governo.

Pontos positivos da noção de comunidade foram preservados, como a exposição sofrida pelos agentes ao caráter comum de práticas singulares das regionalidades discursivas dos saberes científicos. Pontos negativos, como o enrijecimento da plasticidade da análise dos fenômenos, especialmente os das ciências humanas (ASSIS, 1993), devido à unicidade do comum e a aparente⁴⁷ separação classificatória dos paradigmas em formas estruturadas - como, por exemplo, período pré-paradigmático, paradigmático, pós-paradigmático ou, ainda, ciência normal, anomalia, crise, revolução - não foram adotadas. Desta maneira, o conceito de campo é mais razoável na concepção desta pesquisa, do que o de comunidade. O campo configura-se a partir do embate entre forças antagônicas que esperam impor o seu ponto de vista e conquistar o monopólio da autoridade científica. Essas forças antagônicas podem vir de microgrupos bem posicionados e possuidores de paradigmas singulares que abordam um mesmo fenômeno de maneira diversa no campo de atuação. Kuhn diria que esse período é pré-paradigmático, pois ainda não houve o consenso geral de qual ponto de vista é hegemônico ou, ainda, como um período pós-paradigmático, onde há um estado de crise em que os pontos de vista concorrentes estão em competição para o estabelecimento de uma nova ordem paradigmática. Contudo, esses microgrupos são possuidores de paradigmas, têm seus exemplos próprios, suas singularidades, suas formas de vida, logo, não são plausíveis as atitudes que negam a condição de um “saber local” legítimo em suas analogias, pois conforme já afirmado por Bourdieu (1989, p. 67), na seção sobre o campo científico, “toda a tradição epistemológica reconhece à analogia”, ou seja, reconhece o paradigma, sem separação de estados, tipos ou *status*.

⁴⁶ Tensão essencial como já argumentada por Kuhn em sua coletânea de textos “A tensão essencial” (1989), especificamente o capítulo intitulado: “A tensão essencial: tradição e inovação na investigação científica”.

⁴⁷ Sobre a aparência, Giorgio Agamben cita um poema de Wallace Stevens, “Descrição sem lugar”, como “melhor definição” do que seja uma “ontologia paradigmática”: “Es posible que parecer - sea ser,/ como el sol es algo aparente y es. / El sol es un ejemplo. Lo que aparenta / es y en tal apariencia todas las cosas son.”

5.3 OS MANUAIS CIENTÍFICOS (*TEXTBOOKS*)

Em um dos trechos da *Estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn (2007, p. 70) atesta que “os cientistas⁴⁸ trabalham a partir de modelos adquiridos através da educação ou da literatura a que são expostos [...]”. Conforme dito no capítulo anterior, a exposição é uma característica fundamental para a aquisição da *hêxis* (disposição/*habitus*) em Bourdieu. A exposição ao sistema de objetos e práticas do campo científico incorpora nos agentes um modo de ser, uma predisposição para um agir análogo (em acordo com a razão), com o corpo de percepções e atuações legitimadas no microcosmo dialético do ambiente científico. Conforme Kuhn, a exposição também é uma maneira de aquisição dos estilos próprios de cada singularidade formada por campos científicos (paradigmas). Deste modo, a exposição⁴⁹ se mostra um elemento inclusivo dos agentes no campo, sendo a educação e a literatura a que estão expostos, fatores preponderantes na incorporação dos valores, crenças e práticas comuns ao *tópos* científico. Logo, conforme os propósitos dessa pesquisa, a exposição à literatura, especialmente aos livros-manuais – Fleck (2010) e Kuhn (2007) – condiciona o olhar dos agentes ao modo particular do saber do campo e, conseqüentemente, à reprodução deste saber através de uma imagem-sentido (FLECK, 2010, p. 179). Vale ressaltar que, por saber, esta dissertação entende: “todos los procedimientos y todos los efectos de conocimiento que un campo específico está dispuesto a aceptar en un momento dado.” (AGAMBEN, 2010b, p. 12)

No mundo científico, segundo Fleck (2010), o saber se apresenta de modo esotérico (especializado) e exotérico (popularizado). Em um nível macrosocial, os pesquisadores convivem e estão expostos aos mais diversos *habitus* e paradigmas sociais, sendo afetados por eles e transpondo-os, na ordem do possível, para o nível microssocial dos campos científicos. Nestes últimos, os pesquisadores estão expostos a *habitus* e paradigmas muito singulares, especialmente esotéricos, onde são submetidos a uma literatura técnica padrão, a uma educação similar e a iniciados profissionalmente, por meio, dentre outros artefatos, dos manuais científicos. Os manuais científicos são a imagem documental dos paradigmas. Argumenta Roberto Machado (2009, p. 154), a partir da arqueologia do saber de Foucault que “é por meio de documentos científicos, filosóficos, literários [...] que se define um saber.” Logo, enquanto saber documental, “la arqueología es siempre una paradigmología”. (AGAMBEN, 2010b, p. 41)

⁴⁸ Leia-se “cientistas” como “pesquisadores”.

⁴⁹ Nada impede que os agentes dos campos científicos estejam expostos a vários *habitus* e estilos. Tais indivíduos favorecerão a heterologia no campo e dificultarão a identificação dos limites e fronteiras do campo.

O manual é a obra que cada nova geração utiliza para aprender o seu ofício (KUHN, 2007) e o paradigma, em exercício em seu círculo circunscrito. Afirma Kuhn: “[...] o objetivo de tais livros é inevitavelmente persuasivo e pedagógico” (2007, p. 19) e se tornou popular a partir do século XIX por delimitar “os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes” (2007, p. 30), assim como “os próprios manuais pretendem comunicar o vocabulário e a sintaxe de uma linguagem científica contemporânea.” (2007, p. 176) Thomas Kuhn, como já citado, corrobora dizendo “Quando falo de *fonte de autoridade*, penso sobretudo nos principais *manuals científicos* [...] fontes importantes de informação sobre a ciência.” (KUHN, p. 176, grifo nosso) Enquanto fonte de autoridade, o manual é um grande detentor de capital científico e conseqüentemente incorporador de *habitus*, sobretudo, epistemológicos no campo.

Ludwik Fleck denomina o saber inscrito nos manuais de “ciência dos manuais”. Diz mais (2010, p. 173), “um manual nasce [...] por meio de seleção e composição ordenada.” Os manuais legitimam os fatos científicos do saber do campo. Similar à imagem da caixa-preta latouriana, os manuais inscrevem o que está firmemente estabelecido. O saber de manuais “[...] decide o que deve ser considerado como conceito fundamental, quais métodos são chamados louváveis, quais os rumos que são apresentados como prometedores, quais os pesquisadores que merecem uma posição de destaque” (FLECK, 2010, p. 173), ou seja, o saber de manuais institui uma posição⁵⁰, quase sempre coercitiva. Enfim ele afirma, a ciência de manuais

[...] escolhe, mistura, adapta e sintetiza o saber exotérico de coletivos alheios e o saber estritamente especializado num sistema. Os conceitos assim formados passam a dar o tom, tornando-se impositivos para qualquer especialista: o sinal inicial de resistência se transforma numa coerção de pensamento que determina o que não pode ser pensado de outra maneira, o que é negligenciado ou não é percebido e, inversamente, onde se deve investigar com acuidade redobrada: *a disposição para a percepção direcionada se intensifica e toma forma.* (FLECK, 2010, p. 177, grifo nosso)

O problema levantado por Kuhn acerca dos manuais é que eles tendem a ocultar a história e os poucos que a mencionam, o fazem através do ponto de vista privilegiado do presente. Cada manual defende o seu paradigma, logo, com a mudança do paradigma, isto é, com o monopólio de um paradigma, o campo “renuncia simultaneamente à maioria dos livros e artigos que o corporificaram, deixando de considerá-los como objeto adequado ao escrutínio científico.” (KUHN, 2007, p. 211) Com o monopólio da autoridade, os manuais de um

⁵⁰ A posição é quase sempre coercitiva, típica de um saber-fazer normativo. Porém, a *disposição* é libertária, ainda que condicionada, ela representa a “resistência do pensamento”, o pensar do sentido.

paradigma subjogado “devem ser parcial ou totalmente reescritos” (2007, p. 177), ou seja, essa fonte de autoridade é descreditada.

Partindo do plano comum dos manuais nos campos científicos, regionalizando para o território da ciência brasileira e aceitando a afirmação de Kuhn que “em história, filosofia e nas ciências sociais, a literatura dos manuais adquire uma significação mais importante” (2007, p. 209), Sérgio Buarque de Holanda é uma fonte preciosa para o entendimento do papel dos livros entre os acadêmicos brasileiros. Segundo ele, a cultura da *intelligentsia* brasileira, no final do século XIX e início do século XX, era fortemente influenciada pelo “prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível [...]” (1995, p. 158). Essa *intelligentsia* demonstrava um “apego bizantino aos livros” que parecia, muitas vezes, “penhor de sabedoria e superioridade mental” (1995, p. 163). A respeito dos intelectuais, Sérgio Buarque de Holanda afirmava que,

Ainda quando se punham a legiferar ou a cuidar de organização e coisas práticas, os nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca [...] (HOLANDA, 1995, p. 163).

A manifestação exemplar desse “apego bizantino aos livros” estava representada na imagem de Dom Pedro II, protótipo da intelectualidade oficial da época. Tal singularidade levou Ramiz Galvão a dizer, em sua contribuição para a biografia do imperador, que:

O imperador dizia gostar dos livros com satisfação dos cinco sentidos, isto é, *visual*, pela impressão exterior ou aspecto do livro; *tátil*, ao manusear-lhe a maciez ou aspereza das páginas; *auditivo*, pelo brando crepitar ao folheá-lo; *olfativo*, pelo cheiro pronunciado de seu papel impresso ou fino couro da encadernação; *gustativo*, isto é, o sabor intelectual do livro, ou mesmo físico, ao umedecer-lhe ligeiramente as pontas das folhas para virá-las. (GALVÃO apud HOLANDA, 1995, p. 165).

Portanto, considerada essa formação acadêmica livresca brasileira, o estudo dos livros-manuais da Ciência da Informação nacional, possibilita, pela dimensão empírica da pesquisa, pensar o sentido do corpo de conhecimento desse campo. Quando digo corpo de conhecimento, remeto ao conceito, já mencionado, de “conhecimento pelo corpo” de Bourdieu. A investigação dos livros que auxiliaram na fabricação das teses, através de suas imagens-sentido, reproduzidas pelos pesquisadores-doutorandos na construção de seus argumentos, proporciona, mediante a via do corpo, analisar a posição (saber exotérico e esotérico) e a disposição (*potência*) paradigmática dos livros-manuais, representados nas

citações. O esquadrihar desse trabalho de citação nas teses de doutorado pode conduzir para o delineamento do perfil⁵¹ paradigmático da Ciência da Informação, isto é, nos termos de Fleck, do estilo de pensamento.

⁵¹ “Ter visto, εἶδεναι, o perfil é saber.” (HEIDEGGER, 2010, p. 45)

A Verdade Dividida

*A porta da verdade estava aberta
mas só deixava passar meia pessoa de cada vez.
Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só conseguia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.*

*Arrebentaram a porta.
Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia os seus fogos.
Era dividida em duas metades
diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.
E era preciso optar. Cada um optou
conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

Carlos Drummond de Andrade

6 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada nesta pesquisa está partilhada em três momentos. O primeiro de respeito ao método utilizado para explorar os dados, o comparativo. Como instrumento de coleta e análise dos dados, utilizaram-se duas técnicas de pesquisa, a documental e a análise das citações. Para a organização, tratamento e análise dos dados, foi utilizado o *software* Microsoft Excel. A teoria crítico-hermenêutica inspirou a interpretação dos dados.

A estratégia metodológica comparativa foi a utilizada para a realização da pesquisa. A comparação foi efetuada entre as inscrições dos registros documentais dos instrumentos políticos de avaliação da produção científica e as do saber-fazer concreto dessa produção, as teses, ambas pertencentes ao campo da Ciência da Informação. Nesta pesquisa, os livros produzidos pelos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), registrados nos *Cadernos de Indicadores*⁵² da CAPES (1998-2009), órgão legítimo da avaliação da pós-graduação brasileira, foram cotejados com os livros citados nas teses em Ciência da Informação, defendidas no último triênio da avaliação da CAPES (2007-2009).

O método comparativo ganhou notoriedade com Edward Tylor (1832-1917), inspirado nos métodos da biologia evolucionista. Tylor, segundo Mair (1985), utilizava-se de uma “aritmética social”, em princípio, baseada em um evolucionismo cultural, para estudar como aspectos antropológicos determinavam funcionalmente as práticas religiosas. Os princípios desenvolvidos por Tylor foram fundamentais para o desenvolvimento da antropologia, mas, hoje, eles foram superados por outras abordagens que observam a realidade em sua concretude não-determinativa.

O método comparativo, como afirmam Marconi e Lakatos (2007, p. 107), estuda as “semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos”, aqui de um campo científico, em busca de identificar similitudes e diferenças na ação prática, pois este método está diretamente relacionado ao estudo do dado concreto. A palavra concreto, segundo Carneiro Leão (2003, p. 35), é um adjetivo que, por derivação, vem do verbo latino *con-crescere* (crescer junto com; condensar, coagular, coalhar, combinar). *Con-crescere* enuncia “o processo de crescer em conjunto, isto é, dentro, a totalidade do real, e de desenvolver-se integrado no universo das realizações”. A respeito da totalidade do real, Karel Kosik (2011, p. 44) afirma que “o concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos [...] o agrupamento de todos os

⁵² Segundo a CAPES (2012a), os Cadernos de Indicadores são “os relatórios utilizados no processo de avaliação” da pós-graduação brasileira. Esses relatórios são constituídos a partir das informações preenchidas pelos programas de pós-graduação, sendo organizados em 11 categorias.
Cf. < <http://conteudoweb.CAPES.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>>

aspectos [...] visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade.” Isto é, Kosik quer dizer que a ação do *con-crescere* é dialógica com o mundo, em seu universo indeterminado de possibilidades inesgotáveis. O mundo aqui entendido enquanto abertura.

A concretude das relações sociais, característica fundamental dos estudos das ciências humanas e sociais, inspirou a criação e a institucionalização do método comparativo enquanto originário dos estudos dessas ciências. Autores clássicos, como Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber, utilizaram-se, cada um com sua respectiva singularidade, de princípios comparativos para desenvolver suas interpretações a respeito da totalidade concreta do real. Especialmente Comte, Durkheim e Weber usaram a comparação, ou melhor, a analogia como procedimento metodológico de explicação e generalização⁵³. Conforme, Schneider e Schmitt (1998, p. 49), um “tipo de raciocínio comparativo” pode evidenciar “regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias”, identificar “continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças”, auxiliando na observação dos fenômenos sociais, objetivo almejado para esta pesquisa.

Mediante o espaço procedimental que possibilita o método comparativo, a pesquisa busca identificar uma analogia entre os artefatos intelectuais (livros), produzidos pela Ciência da Informação brasileira, e as citações, num âmbito geral, que as teses fazem aos livros e coletâneas, isto é, esquadriñar se há relação entre a produção documental dos PPGCI nacionais e o uso desses documentos como elementos de consolidação do saber. O que torna possível a aplicação do método comparativo, nesta pesquisa, é a unicidade do objeto de análise, os livros, abordados no contexto contrastivo apropriado do campo científico da Ciência da Informação.

Combinado ao método comparativo e visando a dar materialidade à aplicação do método, foi utilizada a técnica de pesquisa documental. Marina Marconi e Eva Lakatos (2007, p. 176) significam a pesquisa documental apenas para as fontes primárias, sendo as fontes secundárias objeto da pesquisa bibliográfica. Diferente desse modelo, Umberto Eco (2009) não faz tal distinção. Preservando o sentido amplo do conceito de documento, Eco direciona sua obra para “pesquisas documentais”, especialmente as “feitas sobre livros e utilizando exclusivamente livros.” (ECO, 2009, p. 78) Logo, em comunhão com o objeto análogo a essa dissertação, os livros, a posição de Umberto Eco é a adotada nesta pesquisa.

⁵³ Um aprofundamento da perspectiva do uso da comparação em Comte, Durkheim e Weber, conferir o artigo de Schneider e Schmitt (1998).

A pesquisa documental consistiu, primeiramente, no levantamento dos livros produzidos pelos PPGCIs e registrados nos Cadernos de Indicadores. O Caderno utilizado para realização desse levantamento foi o de Produção Bibliográfica. O período dessa coleta foi diferenciado: do ano do surgimento dos Cadernos até o ano limite da pesquisa, isto é, de 1998 até 2009⁵⁴. Esta coleta foi distinta, pois o levantamento desses artefatos tem como propósito basilar o cotejo dessa listagem (produzida através dos Cadernos) com a lista das citações realizada nas teses. Ou seja, comparar a produção dos livros dos PPGCIs com as citações aos livros nas teses defendidas no triênio de análise (2007-2009).

A coleta dos livros nos Cadernos de Produção Bibliográfica foi estabelecida de acordo com três critérios para a seleção desses artefatos. Eles foram classificados conforme: (a) definição da norma NBR 6029 (conter mais de 49 páginas e possuir ISBN); (b) o sentido do caderno de produção bibliográfica, distinto do caderno de produção técnica, onde estão traduções, dicionários, vocabulários etc. - apesar de alguns inseridos no Caderno de Produção Bibliográfica de fato são produções técnicas -; (c) a taxonomia do campo da Ciência da Informação proposta por Nanci Oddone e Yeda Gomes (2003). Os livros e coletâneas coletados foram cotejados com os catálogos *online* das bibliotecas dos PPGCIs, das grandes livrarias nacionais, além de alguns livros terem sido consultados presencialmente, pela posse pessoal da obra ou por existirem na biblioteca do PPGCI-UFBA. Tal procedimento foi executado para conferir a existência das obras, pois algumas foram registradas nos Cadernos de Produção Bibliográfica ainda no prelo e, por motivos desconhecidos, não foram publicadas.

Em paralelo à coleta dos livros e das coletâneas produzidos pelos PPGCIs foram levantados os dados dos docentes que participaram dos PPGCIs no período de análise da pesquisa. Três cadernos representam os docentes dos programas de pós-graduação: Docente Produção (DP), Docente Atuação (DA) e Corpo Docente, vínculo e formação (CD). Esses Cadernos passaram a existir a partir do ano de 2004. Logo, foram coletados os três Cadernos referentes aos docentes dos PPGCIs que possuíam teses defendidas no triênio de 2007-2009. O levantamento dos dados para formação do perfil dos docentes foi feito desde 2004, caso houvesse informações complementares para os anos subsequentes, já que os prazos para as defesas das teses são de quatro anos, optou-se pela coleta desses dados retroativos. Com o

⁵⁴ Apesar do déficit cronológico, por exemplo, em relação aos livros produzidos em 2009 e as citações das teses defendidas em 2007, optou-se pela execução da coleta desta mesma maneira, diante da difícil sistematização dos dados dessa natureza. O mesmo princípio dá sentido aos livros publicados dentro do triênio, pois há pouco tempo para o impacto da obra no campo. Mas, nada que invalide a pesquisa, devido ao grande espaço histórico anterior ao triênio analisado.

perfil dos docentes, foi possível cruzar os dados dos livros produzidos com os docentes dos programas com teses defendidas em 2007-2009, dados das orientações feitas pelos docentes, registradas nos Cadernos juntamente com um exemplar do próprio, no documento original das teses. Com esses cruzamentos, foi possível identificar alguns dados que os Cadernos dos Docentes não continham, talvez devido ao período da coleta de dados pelos PPGCIs ter sido anterior à defesa de algumas teses, o que tornou alguns destes Cadernos desatualizados.

A pesquisa documental também foi composta pelo levantamento das teses defendidas no triênio 2007-2009, através dos Cadernos de Indicadores disponibilizados no sítio da CAPES. Neste levantamento, foram utilizados os Cadernos de Teses e Dissertações da Ciência da Informação referentes ao período de 2007-2009. Foram identificados seis PPGCIs com teses defendidas neste período, totalizando 101 teses. Contudo, o programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não é específico do campo da Ciência da Informação. É um programa híbrido que se chama Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM)⁵⁵. O próprio acrônimo, PPGCOM, revela a força do viés do campo da Comunicação. A representação da Ciência da Informação neste programa está inscrita na linha de pesquisa um – Informação, redes sociais e tecnologias. Diante desse caso, optou-se por não contabilizar as teses deste programa, o que acarretou na redução de 10 teses do total de 101. Logo, o universo foi de 91 teses pesquisadas.

Após a identificação nos Cadernos de Indicadores, partiu-se em busca do acesso às teses. De antemão, a maioria das teses está armazenadas em meio digital. Especificamente, 90,11%, o que representa 82 teses. As nove teses não encontradas foram solicitadas via endereço eletrônico junto aos seus autores⁵⁶. Todos os pedidos foram atendidos e as teses disponibilizadas. Das teses encontradas em meio digital, duas características valem ser ressaltadas: as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações e os sítios dos programas. Os PPGCIs da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UNB) disponibilizaram suas teses através de BDTDs. Desses dois PPGCIs, cinco teses não estavam disponibilizadas no momento da coleta de dados. Os PPGCIs da Universidade de São Paulo (Usp) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp) disponibilizaram todas as suas teses em seus próprios sítios, não havendo nenhuma tese mencionada nos Cadernos de Indicadores que não constasse em seu respectivo sítio. As quatro teses não encontradas em meio digital pertenciam ao PPGCI-IBICT que no triênio de análise (2007-2009) estava em processo de

⁵⁵ Para conferir mais informações sobre este programa, cf. < <http://www.ppgcom.ufrgs.br/novosite/>>.

⁵⁶ Este trabalho agradece pela colaboração dos autores na disponibilização de suas teses via endereço eletrônico. Sem esta ação, não haveria este trabalho.

transição do convênio com a Universidade Federal Fluminense (UFF) para o convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Talvez, diante desse processo, a disponibilização das teses tenha estagnado. Das seis teses do PPGCI-IBICT encontradas, cinco estavam disponibilizadas no sistema de bibliotecas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e uma na BDTD da UFF.

Em posse das 91 teses, a pesquisa direcionou-se para a aplicação do método derivado da bibliometria, a análise de citações. A análise foi dividida em quatro tipologias: os livros, as coletâneas, os artigos de periódicos e outros. O foco dado pela pesquisa é para as duas primeiras tipologias. Os artigos de periódicos foram levantados visando a uma comparação entre os livros e coletâneas e os artigos, procurando identificar quais dessas tipologias foram mais citadas no corpo das teses. Na categoria “outros” estão incluídos citações que se referem às teses e dissertações, anais de eventos, sítios *web*, documentos jurídicos, dentre outras fontes que circundam o núcleo de análise da pesquisa. Ao total somaram-se 16.253 citações. Os livros e coletâneas representaram 38,86% das citações. Os artigos de periódicos 27,4% e a categoria “outros” representaram 33,74% das citações. Logo, os artefatos em análise nesta dissertação correspondem à maior parte das citações feitas nas teses, o que confere à pesquisa um foco-chave sobre os dados.

A análise das citações dos livros nas teses possibilitou estender espacial e temporalmente os limites problemáticos do primeiro quadro de dados referentes aos cadernos de indicadores. Pois, alguns livros e coletâneas que pertencem à cercania epistemológica da Ciência da Informação não são de pesquisadores vinculados aos PPGCIs brasileiros. Por exemplo, os pesquisadores Yves Le Coadic, Frederic Lancaster, Bernd Frohmann, dentre outros, não aparecem nos Cadernos de Indicadores, mas são citados por serem eminentes pesquisadores do campo. A análise direta das citações nas teses, por ser muito mais abrangente, possibilitou a inclusão de livros e coletâneas produzidos por docentes colaboradores dos PPGCIs, mas que publicaram os seus livros antes do ano de 1998, data inicial limítrofe da coleta de dados nos Cadernos de Indicadores da CAPES. Assim como foi possível incluir livros e coletâneas produzidos por pesquisadores que não são ou não eram colaboradores dos PPGCIs, o que inviabilizou a inscrição desses livros nos Cadernos de Indicadores. Portanto, o método de análise das citações foi utilizado para exceder os limites dos dados dos Cadernos de Indicadores. Abrangendo as possibilidades de análise, ele favoreceu o princípio comparativo que move esta pesquisa através de sua pergunta de partida.

Todas as coletas e levantamentos descritos neste texto metodológico, organizados, tratados e analisados na ferramenta Microsoft Excel, deram origem a uma matriz de dados

única para a alocação dos dados advindos da produção dos PPGCIs e das citações das teses. A unicidade da matriz auxiliou na comparação dos dados. Em relação aos dados referentes ao perfil dos docentes, foram construídas planilhas auxiliares que pudessem ajudar na visualização horizontal de cada docente, o que facilitou o cruzamento dos dados.

Heráclito

*O segundo crepúsculo.
A noite que mergulha no sono.
A purificação e o esquecimento.
O primeiro crepúsculo.
A manhã que foi a aurora.
O dia que foi a manhã.
O dia numeroso que será a tarde desgastada.
O segundo crepúsculo.
Esse outro hábito do tempo, a noite.
A purificação e o esquecimento.
O primeiro crepúsculo...
A aurora sigilosa e na aurora
a inquietude do grego.*

*Que trama é esta
do será, do é e do foi?
Que rio é este
Pelo qual flui o Ganges?
Que rio é este cuja fonte é inconcebível?
Que rio é este
que arrasta mitologias e espadas?
É inútil que durma.
Corre no sonho, no deserto, num porão.
O rio me arrebatou e sou esse rio.
De matéria perecível fui feito, de misterioso tempo.
Talvez o manancial esteja em mim.
Talvez de minha sombra,
fatais e ilusórios, surjam os dias.*

Jorge Luís Borges

7 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO LIVRO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo, o livro será exposto através das citações (*citare*), isto é, por meio destes signos icônicos que representam o movimento do saber. As citações são provenientes das teses defendidas na Ciência da Informação entre 2007 e 2009. Serão apresentados os livros produzidos pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação entre 1998 e 2009, registrados nos *Cadernos de Indicadores* da CAPES. Estes livros serão cruzados com as citações feitas pelas teses. Além dos livros produzidos pelos PPGCIs, também serão apresentados os livros, de um modo geral, citados nas teses, assim como seus respectivos autores. Diante da grande quantidade de citações foram estabelecidos intervalos de classes e analisados e interpretados os dados das zonas com maior concentração de citações. Também é exposto um cenário dos docentes da Ciência da Informação registrados nos PPGCIs analisados, sendo apresentada a área de doutoramento e a Instituição de Ensino Superior em que se doutoraram. Tais estratégias foram esboçadas com o intuito de expor a produção e a reprodução do livro na Ciência da Informação.

7.1 A PRODUÇÃO EDITORIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CAPES, 1998-2009

Nesta seção, serão tratados os livros produzidos pelos PPGCIs entre 1998 e 2009. Num primeiro momento, serão apresentados os dados da primeira coleta junto aos *Cadernos de Indicadores*. Estes dados serão chamadas de dados sem filtros. Num segundo momento, serão aplicados 10 critérios a esses dados sem filtros para que se atinja um conjunto de dados mais autênticos aos propósitos da pesquisa. Esses dados serão chamados de dados filtrados.

7.1.1 Dados sem filtros da primeira coleta junto aos cadernos de indicadores

Os Cadernos de Indicadores onde se inserem os dados concernentes à produção bibliográfica dos Programas de Pós-graduação (PPGs) surgiram no ano de 1998. Logo, a pesquisa parte desses registros documentais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) para identificar os livros⁵⁷ produzidos pelos docentes ou sujeitos envolvidos de alguma maneira como os PPGs. No período de 1998 até 2009, um PPG de

⁵⁷ Aqui abrangendo os livros monográficos e, também, as coletâneas.

Ciência da Informação (PPGCI) deixou de existir - Puc de Campinas (PucCamp) -; outro se ausentou por um período dos registros documentais da Ciência da Informação (CI) por motivos de não adequação aos critérios impostos pela CAPES para um PPG - UFPB; a USP em 2006 passou a ter um PPG voltado exclusivamente para a Ciência da Informação, ao invés de apenas uma linha de pesquisa no PPG de Comunicação (ECA-USP), fato que ainda perdura na UFRGS com a Ciência da Informação como linha de pesquisa; o PPGCI do IBICT, devido aos seus convênios com as universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fluminense (UFF), possui no período de análise, dados deslocados, ora na UFRJ, ora na UFF, sendo que no ano de 2009, quando o convênio saiu da UFF para a UFRJ, os registros nos cadernos de indicadores dessas duas IES (Instituições de Ensino Superior) são publicados, talvez pela transição ter ocorrido no meio do ano; por fim, nesse período de análise, que compreende 12 anos da história da Ciência da Informação dentro dos registros documentais institucionalizados da CAPES, nem todos os 14 PPGCIs analisados existiam por todo período, alguns foram sendo criados durante esses anos, o caso de sete PPGCIs (Ufba, Ufpe, UFF, UFSC, USP, Unesp, Uel). Deste modo, é normal que alguns PPGCIs não contem com tantos docentes credenciados no PPG, ou ainda, que a produção bibliográfica de alguns PPGCIs seja um tanto maior ou mais consolidada do que de outros, que até este momento se encontram em um estado incipiente de produção, como por exemplo, a UFF e a Ufpe, criados em 2009.

Abaixo segue o quadro com os dados sem filtros da primeira coleta dos livros monográficos junto aos Cadernos de Indicadores. Neste quadro, os dados ainda não haviam sido filtrados, conforme o propósito da dissertação de livros monográficos não constituídos, por exemplo, por anais de eventos acadêmicos do campo.

Quadro 1 – Dados sem filtros dos livros da Ciência da Informação, (CAPES, 1998-2009)

PPGCI	Livros												Total
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Ufba	-	-	-	1	0	2	0	0	1	3	1	2	10
PucCamp	1	0	0	1	1	1	0	1	1	-	-	-	6
UFRGS	4	4	5	5	1	1	3	1	1	3	2	0	30
UFPB	3	1	5	-	-	-	-	-	-	0	0	2	11
Ufpe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
UFF (Mstr.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
UFSC	-	-	-	-	-	1	1	1	1	2	3	3	12
USP	18	23	24	31	29	31	27	24	1	1	6	2	217
Unesp/Mar.	-	-	-	1	2	1	1	2	2	0	2	2	13
IBICT-UFRJ	1	0	0	0	2	0	-	-	-	-	-	2	5
UNB	4	2	2	5	1	1	4	5	1	5	0	1	31
UFMG	0	2	0	0	1	3	1	0	0	0	3	1	11
IBICT-UFF	-	-	-	-	-	-	0	1	3	0	0	1	5
Uel (Prof.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	5
Total	31	32	36	44	37	41	37	35	11	14	19	20	357

- **Preto:** Designa a existência dos PPGCIs nas respectivas datas;
- **Vermelho:** Designa a inexistência dos PPGCIs nas respectivas datas;
- **Azul:** Designa os PPGs híbridos durante as respectivas datas, sendo a CI uma linha de pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme referenciado no primeiro parágrafo e com o auxílio das cores da legenda do quadro 1, fica mais clara a visualização das épocas onde novos PPGCIs surgiram, quando a UFPB teve seu PPGCI descredenciado e posteriormente credenciado, assim como é possível ver o hibridismo dos PPGs da USP, até 2005, e da UFRGS, até o período limítrofe da pesquisa. O último ano de atividade do PPG da PucCamp foi em 2006, após 29 anos de existência (início em 1977)⁵⁸. Neste primeiro quadro também ficam nítidos os percursos transitórios dos convênios do IBICT com a UFRJ e com a UFF. Em 2009, a UFF lança o seu mestrado acadêmico e o IBICT retorna ao convênio com a UFRJ, sendo os dados de 2009 referentes ao convênio IBICT-UFF ainda publicados pela UFF.

Os dados sem filtros do quadro 1, mostram a forte produção bibliográfica dos dois PPGs híbridos: USP (até 2005) e UFRGS, que conta com 70% da produção bruta dos livros. Contudo, como será apresentado no decorrer das análises, a maioria, quase que a totalidade

⁵⁸ O PPG da PucCamp tinha seu foco na Biblioteconomia, tendo em seus primeiros anos, de 1977 a 1981, como área de concentração a “Metodologia do Ensino em Biblioteconomia”. A partir de 1982 seu enfoque muda para o “Planejamento e administração de Sistemas de Informação” (MARTINS; PICELLI; MOSTAFA, 1989, p. 112). Aproximando-se da Ciência da Informação, em 1998 quando criado os Cadernos de Indicadores da CAPES, a PucCamp anuncia o seu PPG como em “Biblioteconomia e Ciências da Informação”, a área de concentração permanece como “Planejamento e administração de Sistemas de Informação” até o ano de 2000. Em 2001 o PPG da PucCamp adiciona como área de concentração, ao lado da anterior, “Administração da Informação”, mas já em 2002 essa última se torna a área de concentração soberana e no ano seguinte, 2003, o PPG da PucCamp se torna PPGCI.

dessa produção editorial dos dois PPGs híbridos, tematicamente, diz respeito ao campo da Comunicação. Abaixo, na tabela 1 consta a representação tabular por percentagem dos dados sem filtros dos livros.

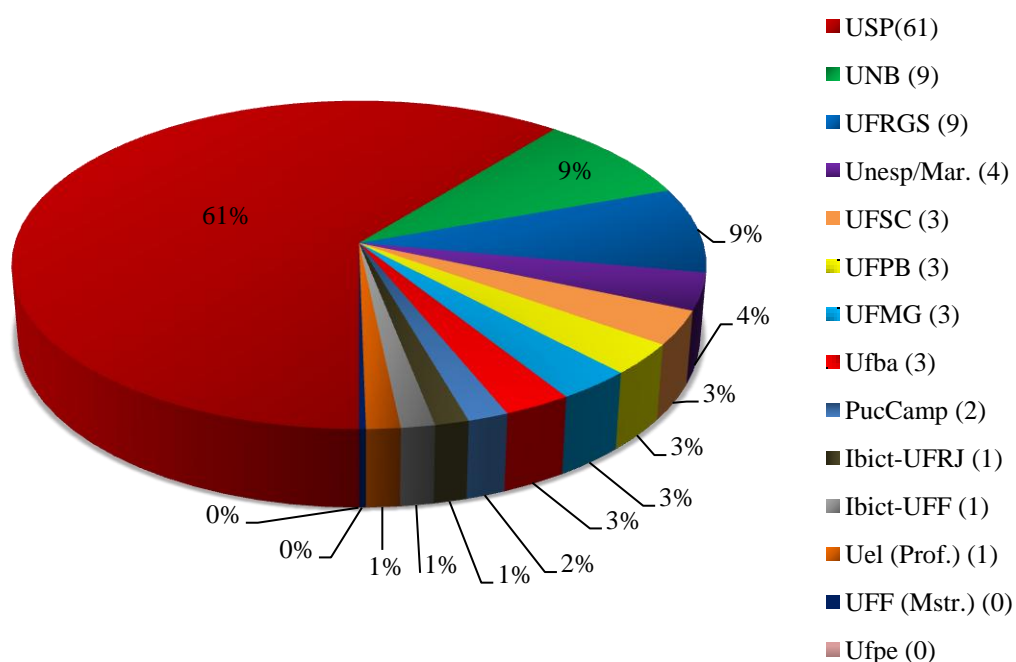
Tabela 1 – Percentagem bruta dos livros publicados pelos PPGCIs (1998-2009)

PPGCIs	%
USP	61
UFRGS	9
UNB	9
Unesp/Mar.	4
Ufba	3
UFPB	3
UFSC	3
UFMG	3
PucCamp	2
UFRJ-IBICT	1
UFF-IBICT	1
Uel (Prof.)	1
Ufpe	0
UFF (Mstr.)	0
Total	100

Fonte: Elaboração própria.

Dos 61% dos livros produzidos pela USP, 58% se refere ao período em que o PPG era híbrido (1998-2005). Em valores absolutos, os 61% da produção simbolizam 217 livros, sendo os 58% referentes a 207 livros, isto é, apenas 10 livros, nessa primeira coleta bruta, foram produzidos desde que a USP inaugurou o PPGCI em 2006. Os outros 9%, que, ao lado dos 61% da USP, completam 70% da produção dos PPGs, referem-se aos livros publicados pela UFRGS. Em dados absolutos, os 9% representam 30 livros. O PPG da UFRGS foi o terceiro maior produtor de livros, ficando apenas atrás do PPGCI da UnB, que também tem uma frequência relativa de 9%, mas que, em valores absolutos, é de 31 livros, um a mais que UFRGS. Juntos, a USP (até 2005) mais a UFRGS somam 237 livros, de um total bruto de 357. A seguir, o gráfico 1 apresenta, numa perspectiva distribuída, a frequência absoluta dos 14 PPGCIs analisados.

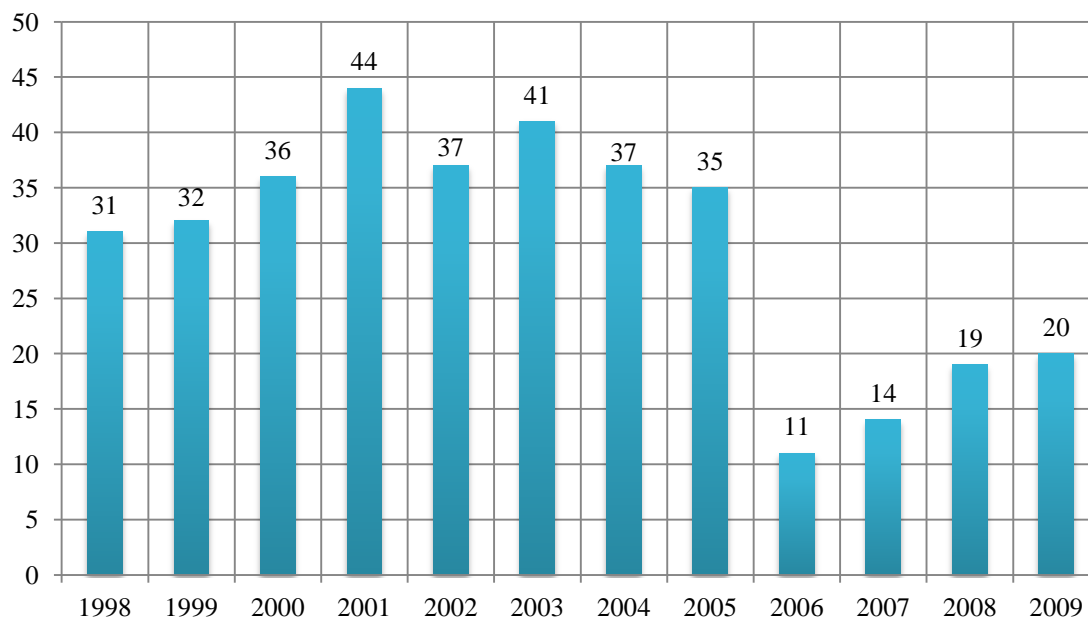
Gráfico 1 – Frequência absoluta dos dados sem filtros dos livros publicados pelos PPGCIs entre 1998 e 2009



Fonte: Elaboração própria.

Dos 357 livros encontrados, 293 foram produzidos durante os oito primeiros anos de análise (1998-2005), período em que especialmente a USP mostra uma larga produção devido à união da produção de suas linhas de pesquisa. Por exemplo, em 1998, a USP ostentava cinco linhas de pesquisa: “Ciência da Informação e Documentação”, “Cinema, rádio e televisão”, “Comunicação”, “Jornalismo”, “Relações Públicas, Propaganda e Turismo”, simbolizando campos com determinada autonomia relativa e, respectivamente, com produção legítima em seus *tópos*. Nestes primeiros oito anos, a UFRGS produziu 24 dos seus 30 livros, auxiliando na extensão do volume dos artefatos gerados. Durante esse tempo, 1998-2005, a média de produção da USP era de 36,6 livros por ano; em 2006, quando a linha de pesquisa “Ciência da Informação e Documentação” se emancipa e constitui o PPGCI-USP, a média cai para 16 livros por ano. Logo, há uma forte dispersão nessa produção, tendo um desvio padrão de 10,9. Adiante no gráfico 2, seguem os dados sem filtros dos livros produzidos por ano. Nele a visualização do volume e da dispersão dos dados se torna um pouco mais límpida.

Gráfico 2 – Frequência absoluta dos dados sem filtros dos livros publicados pelos PPGCIs por ano



Fonte: Elaboração própria.

Similarmente ao quadro 1, o quadro 2 que virá a seguir, traz consigo os dados sem filtros das coletâneas registradas entre 1998 e 2009 nos Cadernos de Produção Bibliográfica dos PPGCIs. A produção das coletâneas pelos programas conta com uma maior regularidade durante os 12 anos de análise. O movimento dispersivo dos livros proporcionado pelos programas híbridos não é tão forte na produção das coletâneas. Ao invés do cenário de forte acumulação em um determinado período e um enfraquecimento em outro, a produção das coletâneas se manteve regular, tendo inclusive, ao contrário dos livros, no ano de 2009, o seu maior índice de produção editorial. Este fato em contraste com os livros não aconteceria, devido à forte produção livresca dos programas híbridos, especialmente da USP, até 2005, e de um período descendente a partir de 2006 com a institucionalização do PPGCI-USP. Logo, numa primeira instância, a produção desses artefatos intelectuais (coletâneas) pela área da Ciência da Informação é mais presente nos últimos quatro anos de análise do que durante os oito anos iniciais. Por exemplo, durante os primeiros oito anos, 1998-2005, a média da produção de coletâneas é de 12,1 num total de 97 coletâneas; nos últimos quatro anos, essa média sobe para 17,7, com um total de 69 coletâneas, entre 2006 e 2009. Segue o quadro 2.

Quadro 2 – Dados sem filtros das coletâneas da Ciência da Informação, (CAPES, 1998-2009)

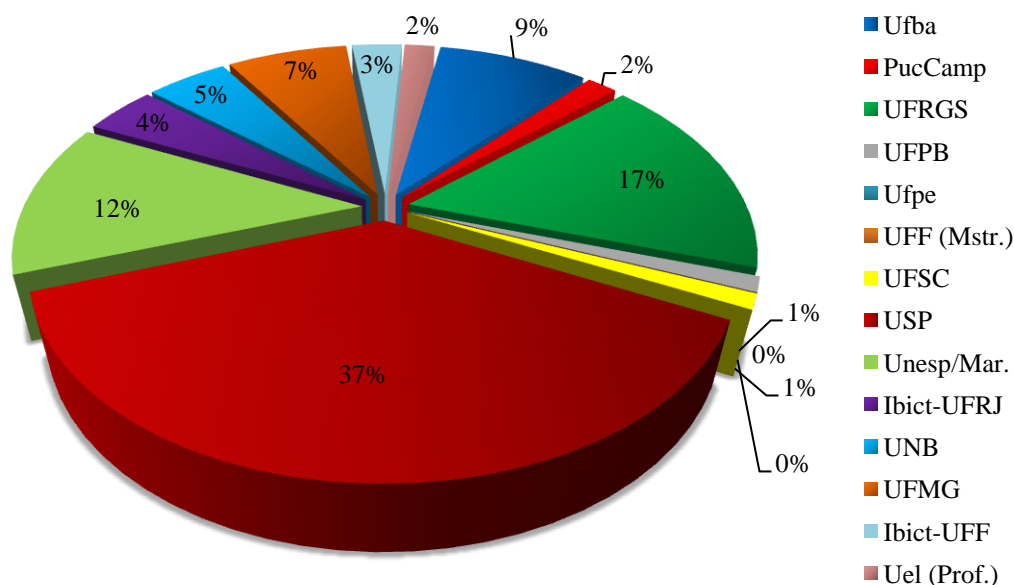
PPGCI	Coletâneas												Total
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Ufba	-	-	-	0	1	0	2	2	1	2	0	7	15
PucCamp	0	0	0	0	0	0	0	3	0	-	-	-	3
UFRGS	5	2	2	0	3	0	0	1	3	2	3	7	28
UFPB	0	0	1	-	-	-	-	-	-	0	0	1	2
Ufpe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
UFF (Mstr.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
UFSC	-	-	-	-	-	0	0	0	1	0	0	1	2
USP	5	4	6	6	11	4	6	9	0	8	3	1	63
Unesp/Mar.	-	-	-	0	0	2	1	2	2	1	5	7	20
IBICT-UFRJ	1	3	0	0	1	0	-	-	-	-	-	2	7
UNB	1	0	0	0	0	2	1	3	0	1	0	0	8
UFMG	0	1	1	0	0	2	1	1	0	3	3	0	12
IBICT-UFF	-	-	-	-	-	-	0	1	3	0	0	1	5
Uel (Prof.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0	3
Total	12	10	10	6	16	10	11	22	10	17	17	27	168

- **Preto:** Designa a existência dos PPGCIs nas respectivas datas;
- **Vermelho:** Designa a inexistência dos PPGCIs nas respectivas datas;
- **Azul:** Designa os PPGs híbridos durante as respectivas datas, sendo a CI uma linha de pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

Numa lógica similar à dos livros, a frequência absoluta das coletâneas produzidas nos 12 anos de análise é de 168 artefatos. Dessa totalidade, 91 coletâneas foram produzidas pela USP e pela UFRGS, enquanto programas híbridos. A USP até 2005 como programa híbrido (pois que em 2006 constitui seu PPGCI), fabrica de coletâneas das duas IES, totalizando 79 coletâneas, em valores sem filtros. Isto significa 47% do total das coletâneas produzidas pelos PPGCIs, dados muito distintos da produção dos livros. Nestes primeiros dados sem filtros, quatro IES da Ciência da Informação possuem mais de uma dezena de coletâneas registradas nos Cadernos de Indicadores: Unesp (20), UFBA (15), USP (12) e UFMG (12), ou seja, 35,1% das coletâneas anunciadas. Em contraposição aos livros oriundos somente dos dois programas híbridos - 67% da produção -, as coletâneas anunciadas nos Cadernos de Indicadores apresentaram dados onde a produção singular dos programas específicos em Ciência da Informação foi maior (53%), em contrapartida à produção híbrida (47%) dos programas de Ciências da Comunicação (USP) e Comunicação e Informação (UFRGS). O gráfico 3 representa a percentagem bruta dos dados da produção em coletâneas dos PPGCIs durante os 12 anos analisados.

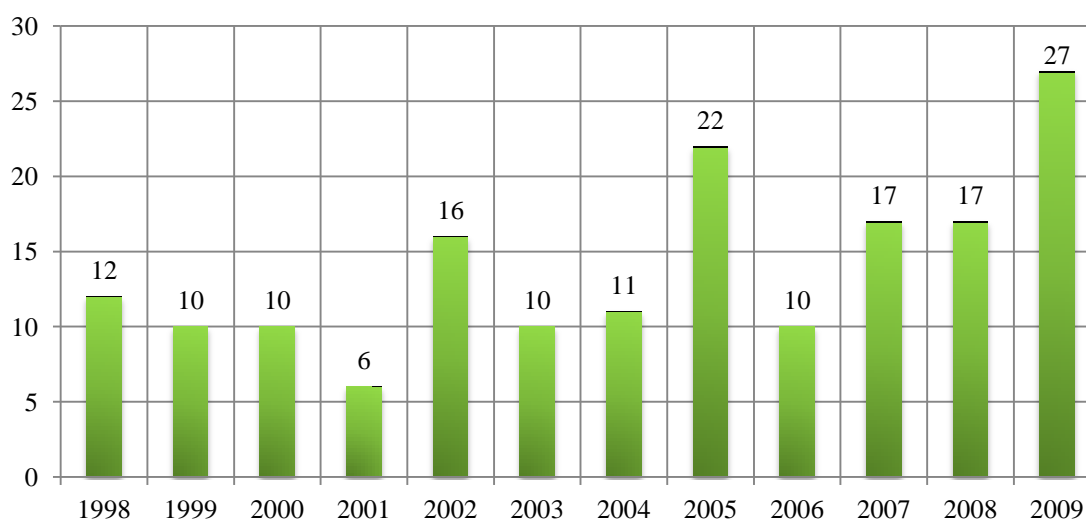
Gráfico 3 – Frequência relativa dos dados sem filtros das coletâneas publicadas pelos PPGCIs entre 1998 e 2009



Fonte: Elaboração própria.

Os dados das coletâneas ainda demonstram uma concentração da produção em alguns programas, mas não tão acentuada quanto à dos livros. Além de uma maior produção, mais de duas vezes o valor das coletâneas, os dados sem filtros dos livros mostram uma extrema concentração da produção em um único programa (USP, 1998-2005). Nas coletâneas, ainda existe essa concentração, porém os registros permanecem na casa das dezenas de coletâneas, ao contrário dos livros, onde os dados da USP alcançam centenas (207) e os demais, o máximo que conseguem chegar é aos 31 livros (UnB). Assim, a dispersão dos dados sem filtros dos livros é muito maior do que a dispersão dos dados das coletâneas. As coletâneas mantêm um estado produtivo mais regular, dentro da classe 10-20, tendo dois picos, em 2005 (22 coletâneas) e 2009 (27 coletâneas). Os livros, como apresentado no gráfico 2, apresentam uma grande produção nos primeiros oito anos e depois da institucionalização do PPGCI da USP, quando há um choque na realidade produtiva real daquela antiga linha de pesquisa Ciência da Informação e Documentação, que se tornou PPGCI. Logo, esse choque também ocorre nos dados dos Cadernos de Indicadores, especialmente no ano de 2006, quando a produção livresca cai de 35 para 11 livros. Ao contrário, as coletâneas anunciadas nos Cadernos de Indicadores permanecem com uma produção relativamente constante durante os 12 anos de análise, tendo o ano de 2009 ostentado maior índice produtivo. A seguir o gráfico 4 apresenta anualmente a regularidade da produção de coletâneas.

Gráfico 4 – Frequência absoluta dos dados sem filtros das coletâneas publicadas pelos PPGCIs por ano



Fonte: Elaboração própria.

Enfim, os dados anunciados nos Cadernos de Indicadores que estão expressos nesta coleta bruta, representada até agora, mostra-se com algumas incongruências, como por exemplo, traduções nos Cadernos de Produção Bibliográfica ao invés de nos Cadernos de Produção Técnica, ou ainda, coletâneas inseridas como livros nos Cadernos de Produção Bibliográfica. Outro exemplo recorrente são os livros que pertencem a outros campos que não a Ciência da Informação, especialmente nos programas híbridos da USP (1998-2005) e da UFRGS. Tais dados distorcem a realidade do cenário produtivo editorial da Ciência da Informação. Logo, para uma aproximação mais fidedigna da realidade produtiva em livros e coletâneas da Ciência da Informação, fez-se necessária a adoção de critérios que pudessem qualificar os dados e estabelecer relações mais transparentes com a perspectiva teórica adotada, especialmente com os instrumentos de estabilização dos enunciados discursivos de um campo, isto é, os manuais. Por fim, o texto dissertativo declara esta qualificação dos dados por “dados filtrados”, diante da consideração dos critérios, enquanto filtros utilizados para avizinhar-se de um estado um pouco mais autêntico do que é a produção editorial da Ciência da Informação.

7.1.2 Dados filtrados

A qualificação dos dados se deu a partir do estabelecimento de 10 critérios para a identificação dos livros e coletâneas na especificidade do campo científico da Ciência da

Informação. Os critérios estão, em sua maioria, direcionados para a negação de determinados dados que, dentro da perspectiva adotada, tornaram-se incoerentes para o significado do livro-manual e do próprio significado dos Cadernos de Produção Bibliográfica. Além disso, alguns critérios, de âmbito mais metodológico, como a duplicidade de dados, foram adotados na filtragem. Diante desses critérios, os livros e coletâneas foram classificados. Logo, o estabelecimento desses critérios auxiliou na construção de uma interface de dados mais coerente em seus propósitos enunciados pela CAPES, mas que confusos e incoerentes em sua apresentação. Por conseguinte, o quadro 3 expõe os critérios adotados.

Quadro 3 – Critérios de classificação dos livros e coletâneas da Ciência da Informação (CAPES, 1998-2009)

N	Critérios
1	Temático. Utilizado para classificação dos livros e coletâneas pertencentes ao campo da Ciência da Informação, qualificando os dados anunciados nos cadernos de indicadores.
2	Traduções. Não foram analisados os livros pertencentes a essa categoria, que por sua vez possuem seus cadernos próprios na CAPES, Cadernos de Produção Técnica.
3	Obras de referências. Não foram analisadas essas obras, devido fugirem ao propósito da dissertação. (Ex.: manuais de normalização; vocabulários; glossários; catálogos; bibliografias; etc.)
4	Anais. Não foram analisadas as obras que se constituíram a partir de anais de eventos.
5	Material didático. Essa forma-conteúdo não foi analisada. (ex.: apostilas)
6	Livros e coletâneas repetidos. Os dados foram analisados em sua unicidade. A duplicidade dos dados devido aos organizadores das obras pertencerem a PPGCIs distintos ou dos pesquisadores credenciados serem de mais de um PPGCI foi eliminada, considerando o primeiro autor, as obras foram classificadas no PPGCI sede do pesquisador.
7	Segunda edição e reimpressão. Não considerada devido à conservação da unicidade dos títulos.
8	Conceito técnico de livro. Os livros e coletâneas considerados têm mais de 49 páginas.
9	Livros de metodologia. Foram considerados os livros de metodologias em que o docente-autor participe do PPGCI ou, nos casos recorrentes dos PPGs híbridos, que o pesquisador participe da linha de pesquisa concernente à Ciência da Informação, identificados através dos cadernos específicos de docentes.
10	Outros dados. Não foram considerados dados como, por exemplo, capítulos inseridos como coletâneas; projeto como livro; coletânea como livro e vice-versa; consultoria como livro; livro de poesias; reunião de linha de pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere aos critérios adotados, o primeiro (classificação temática) é o mais complexo. Para torná-lo viável, aplicou-se a taxonomia proposta por Oddone e Gomes (2003). Essa tabela de classificação de assuntos da Ciência da Informação possibilitou a identificação dos livros e coletâneas pertencentes ao campo. Em consequência dos PPGs híbridos, da face interdisciplinar – que por vezes escapa aos limites do dialógico necessário à interdisciplinaridade e permanece na esfera lógica de uma disciplina, e de outros fatores –

tornou-se inevitável a classificação dos títulos conforme categorias temáticas publicizadas por uma taxonomia do campo científico da Ciência da Informação. Desta maneira, as categorias temáticas estabelecidas pela taxonomia adotada são 10, de acordo com o quadro 4.

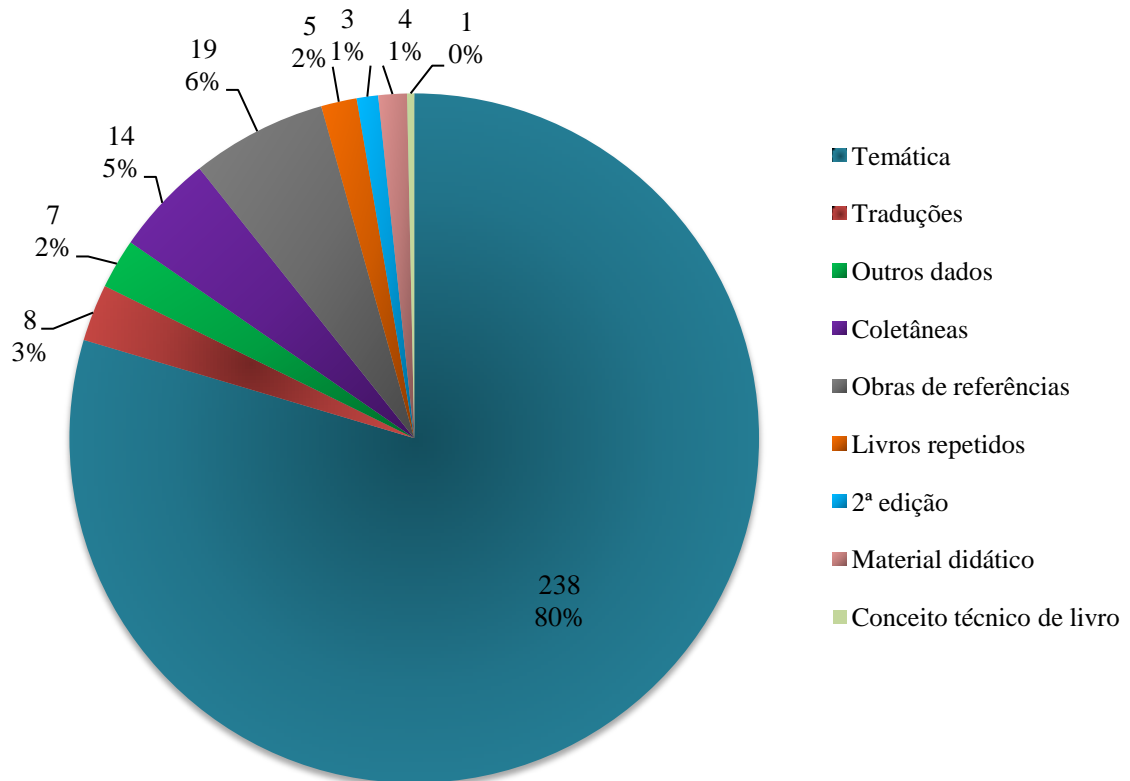
Quadro 4 – Taxonomia da Ciência da Informação

N	Categorias temáticas
1	Aspectos teóricos e gerais da Ciência da Informação
2	Formação profissional e mercado de trabalho
3	Gerência de serviços e unidades de informação
4	Estudos de usuário, demanda e uso da informação e de unidades de informação
5	Comunicação, divulgação e produção editorial
6	Informação, cultura e sociedade
7	Legislação, políticas públicas de informação e de cultura
8	Tecnologias da informação
9	Processamento, recuperação e disseminação da informação
10	Assuntos correlatos e outros

Fonte: Oddone e Gomes (2003)

A partir da aplicação dos critérios aos dados sem filtros dos livros e coletâneas coletados junto aos Cadernos de Indicadores da CAPES, os índices mencionados, especialmente nos quadros 1 e 2, caíram de forma brusca. Na categoria dos livros, o valor inaugural encontrado de 357 livros após a filtragem decaiu para 58 livros, uma queda de 299 livros, ou seja, 83,75%. A importância do primeiro critério ascende a partir do momento em que dos 299 livros não incluídos no espectro da pesquisa, 238 (80%) compreendem àqueles que não se enquadram nas categorias temáticas referidas na taxonomia adotada (quadro 4). Dos 238 livros retirados por motivos temáticos, 226 pertencem aos programas híbridos da USP (1998-2005) e UFRGS, compreendendo 95% dos livros considerados alheios ao espaço classificatório acatado. Os 60 livros correspondentes ao restante estão dispersos pelos outros nove critérios, não apresentando valores tão representativos diante da centralidade do critério temático. São mencionáveis os registros de algumas obras de referências (19), coletâneas na seção de livros (14) e traduções (8) também estão presentes. O gráfico 5 apresenta as frequências absolutas e relativas dos livros retirados por meio da aplicação dos critérios.

Gráfico 5 – Frequências absolutas e relativas dos livros retirados do corpo de análise da pesquisa a partir dos critérios adotados



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, mediante os filtros expostos aos dados sem filtro, o quadro 1 é atualizado pelo quadro 5 (a seguir) que apresenta a estrutura similar à do primeiro, mas com dados qualificados para os propósitos teórico-metodológicos desta pesquisa. Logo, o quadro 5 caracterizará os dados que a dissertação tomará como base para a interrelação com as citações dos livros nas teses.

Quadro 5 – Dados filtrados dos livros da Ciência da Informação, (CAPES, 1998-2009)

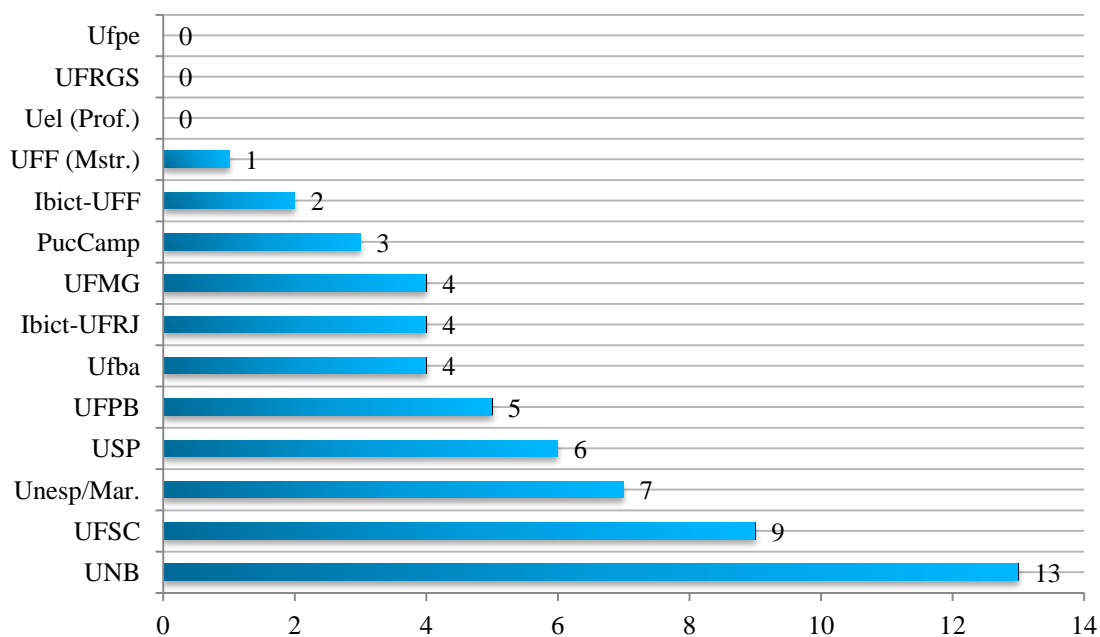
PPGCI	Livros												Total
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Ufba	-	-	-	0	0	0	0	0	1	2	1	0	4
PucCamp	0	0	0	1	1	1	0	0	0	-	-	-	3
UFRGS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UFPB	1	1	2	-	-	-	-	-	-	0	0	1	5
Ufpe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
UFF (Mstr.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
UFSC	-	-	-	-	-	1	0	0	1	2	2	3	9
USP	0	1	0	0	1	0	0	2	0	1	0	1	6
Unesp/Mar.	-	-	-	0	0	1	0	1	1	0	2	2	7
UFRJ-IBICT	1	0	0	0	2	0	-	-	-	-	-	1	4
UNB	2	0	1	2	1	1	2	3	0	1	0	0	13
UFMG	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	4
UFF-IBICT	-	-	-	-	-	-	0	1	1	0	0	0	2
Uel (Prof.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0
Total	4	2	3	3	5	5	2	7	4	6	7	9	58

- **Preto:** Designa a existência dos PPGCIs nas respectivas datas;
- **Vermelho:** Designa a inexistência dos PPGCIs nas respectivas datas;
- **Azul:** Designa os PPGs híbridos durante as respectivas datas, sendo a CI uma linha de pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

A diminuição dos dados ocorreu conforme os critérios mencionados, especialmente ao que condiz com a temática da produção dos programas. A redução de 83,75%, com referência aos dados sem filtros, levou a média da produção por ano a 4,9 e a média por programa para 4,2 livros. A menor extensão dos dados conduziu à representação da produção editorial para uma estabilidade, onde somente a UnB fabricou mais de 10 livros; todos os outros PPGCIs produziram, ao longo dos 12 anos de análise, abaixo de uma dezena de livros. Apenas o PPGCI da UFPE e o PPG híbrido da UFRGS não produziram nenhum livro, dentro dos critérios adotados,; o primeiro, por ser recém-criado (UFPE, 2009); e o segundo, por sua produção ser basicamente de outros campos. A seguir, o gráfico 6 mostrará que a frequência absoluta da produção em livros dos programas não destoou tanto quanto a dos dados sem filtros; em seguida, a tabela 2 demonstrará os valores da produção em percentagem, corroborando os dados apresentados no quadro 5 e no gráfico 6.

Gráfico 6 – Frequência absoluta dos dados filtrados dos livros publicados pelos PPGCIs entre 1998 e 2009



Fonte: Elaboração própria.

Em valores absolutos, a UnB, a UFSC e UNESP apresnetam um maior índice, mas nada de tão significativo em comparação à maioria dos outros programas. A tabela 2 apresenta os valores visualizados no gráfico 6 em porcentagem.

Tabela 2 – Porcentagem a partir do filtro dos livros publicados pelos PPGCIs (1998-2009)

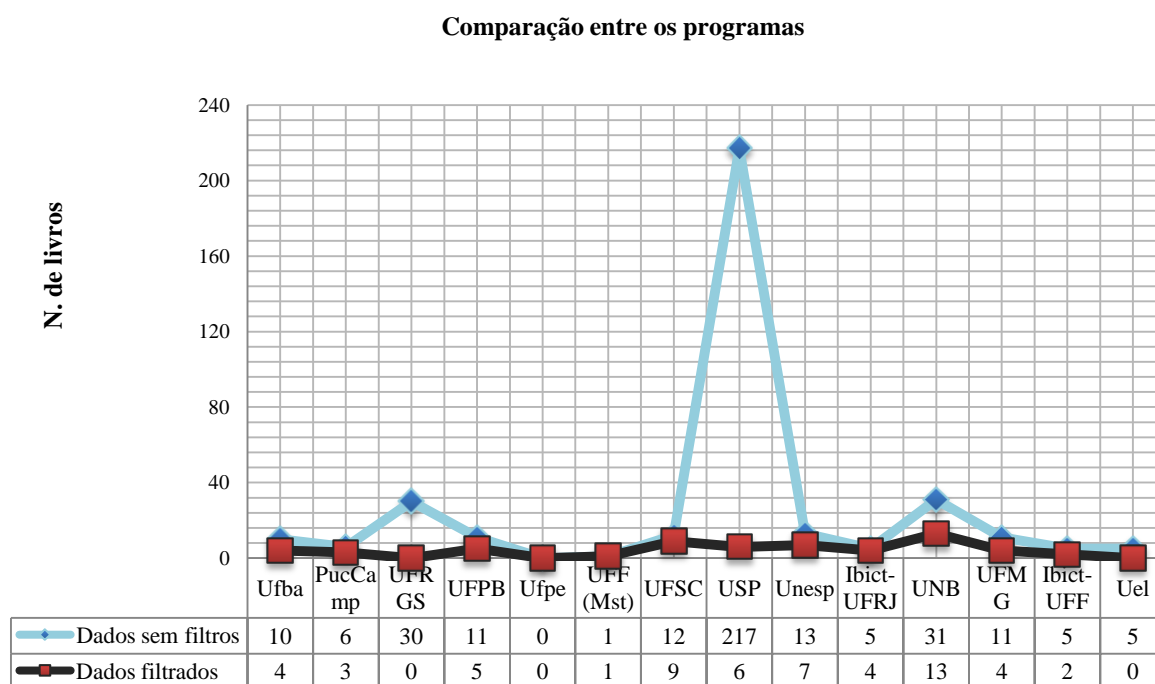
PPGCIs	%
UNB	23
UFSC	16
Unesp	12
USP	10
UFPB	8
Ufba	7
UFMG	7
IBICT-UFRJ	7
PucCamp	5
IBICT-UFF	3
UFF (Mstr.)	2
Uel (Prof.)	0
UFRGS	0
Ufpe	0
Total	100

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, os critérios aplicados conduziram para a diminuição de 83,75% dos dados sem filtros para os dados filtrados e a descentralização da produção dos livros, especialmente

causada pela redução dos livros a níveis rasos entre todos os programas. Os gráficos 7 e 8 apresentam essa redução relacional – dados sem filtros *versus* dados filtrados – em estado comparado, o primeiro (gráfico 7) entre os programas e o segundo (gráfico 8) por ano.

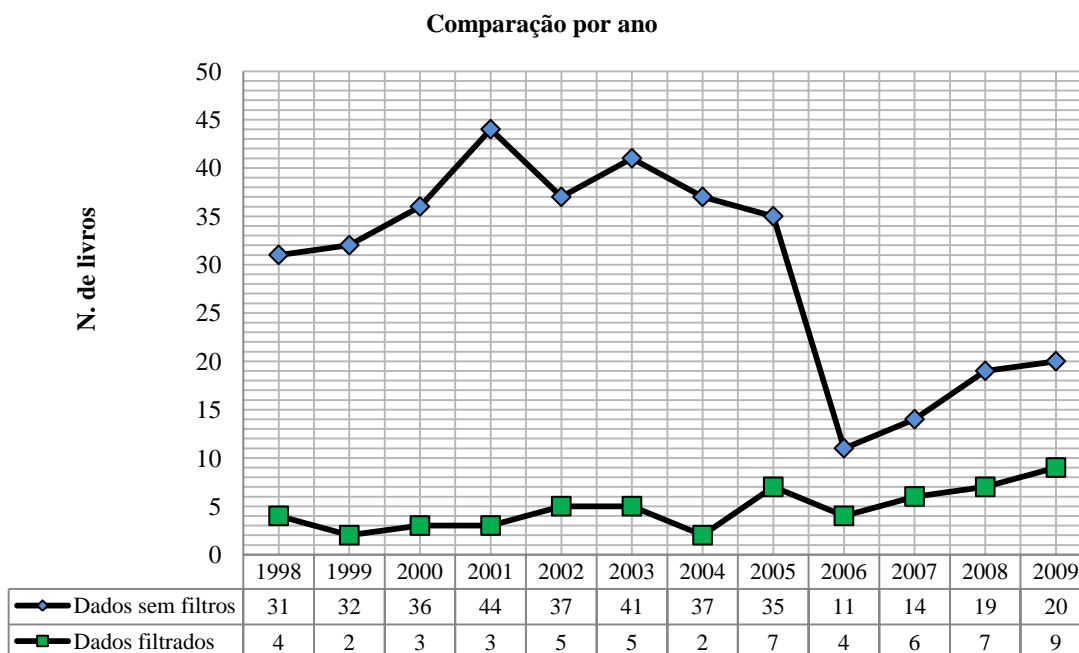
Gráfico 7 – Valores dos livros por programa (1998-2009): dados sem filtros comparados com dados filtrados



Fonte: Elaboração própria.

Neste gráfico, é perceptível a concentração dos livros em somente um programa, na coleta bruta. Outros dois programas, a UFRGS e a UnB, tiveram picos que destoam dos dados filtrados. A UFPB e a UFMG também têm valores sem filtros que destoam dos valores filtrados, mas não como a UFRGS, a UnB e, principalmente, a USP. Observa-se, no que se refere aos dados filtrados, uma produção estável em livros, como já mencionado e apresentado no gráfico 6. A seguir, o gráfico 8, talvez numa perspectiva mais clara, mostra a forte redução dos dados a tal ponto, que os valores dos livros por ano nem sequer se tocam no contraste entre os dados sem filtros e filtrados.

Gráfico 8 – Valores dos livros por ano (1998-2009): dados sem filtros comparados com dados filtrados



Fonte: Elaboração própria.

Os oito primeiros anos (1998-2005) são vitais para a maximização dos dados sem filtros. Há um fosso entre a primeira coleta e a filtragem posterior dos dados. No período até 2005, a média de diferença entre os dados sem filtros e filtrados é de 32,75 livros, o que fica nítido com a visualização proporcionada pelo gráfico 8, diante da longa extensão das medidas das duas categorias – dados sem filtros e filtrados. De 2006 até 2009, as distâncias se reduzem, mas os índices ainda não se tocam no gráfico. Neste período, o campo de produtividade da Ciência da Informação, espelhado nos Cadernos de Produção Bibliográfica, endureceu o seu núcleo de pesquisa com o estabelecimento político-acadêmico do PPGCI-USP. Tal fato provocou uma maior singularidade na produção da Ciência da Informação, acarretando um menor índice de produtividade, em comparação com a abrangência da produção anterior, cujos motivos foram exemplificados no parágrafo posterior ao gráfico 1.

Em detrimento das temáticas tratadas pelos livros, o quadro 6, com base nos dados filtrados e com a referência da taxonomia de Oddone e Gomes (2003), exhibe a classificação temática dos 58 livros que constituem a totalidade deste tópico nesta seção. Os livros estão distribuídos pelas 10 categorias sugeridas pela taxonomia adotada. Essas categorias, no quadro 6, estão abreviadas devido ao *déficit* de espaço de exibição do quadro, mas para a conferência das categorias por extenso basta retornar e consultar o quadro 4.

Quadro 6 – Taxonomia da Ciência da Informação aplicada aos conteúdos temáticos dos livros publicados entre 1998 e 2009

Taxonomia	Ufba	PucCamp	UFPB	UFF (M)	UFSC	IBICT-UFRJ	UFMG	IBICT-UFF	UNB	Unesp	USP	Total
1. ATGCI	2	0	0	0	0	0	0	1	4	0	0	7
2. FPMT	0	0	0	0	2	0	0	1	0	1	0	4
3. GSUI	0	0	0	0	0	1	1	0	4	1	4	11
4. EUDUUI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5. CDPE	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
6. ICS	1	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	5
7. LPPIC	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3
8. TI	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	3
9. PRDI	0	2	0	0	0	0	0	0	2	3	1	8
10. ACO	1	0	4	0	4	2	0	0	2	2	1	16
Total	4	3	5	1	9	4	4	2	13	7	6	58

Fonte: Elaboração própria.

Dois categorias temáticas alcançaram dois dígitos, a de número 10 - Assuntos correlatos e outros -, e a de número três - Gerência de serviços e unidades de informação. No que concerne à primeira, dos 16 livros classificados nesta categoria, 8 são relacionados a assuntos biblioteconômicos, isto é, 50% desses livros se referem especificamente à Biblioteconomia, o que corrobora diversos discursos que defendem a herança biblioteconômica da Ciência da Informação no Brasil, como por exemplo, a tese de Nanci Oddone (2004) e a coletânea organizada por Marlene Oliveira (2005) sobre essa temática. Além desses 50%, que se referem aos 16 livros da categoria 10, outros livros que tinham por temática indireta a Biblioteconomia, mas que compartilhavam de temáticas presentes na taxonomia da Ciência da Informação, foram classificados em outras categorias, de acordo com a entrada temática; por exemplo, uma biblioteca ou um arquivo são unidades de informação que, a depender dos assuntos com que se relacionam, podem ser incluídos tematicamente na categoria três ou quatro da taxonomia. No que se refere à segunda categoria que alcançou os dois dígitos - Gerência de serviços e unidades de informação -, esta possui uma forte presença entre os PPGCIs, inclusive, como está desenvolvido na seção posterior, a linha de gestão dos materiais de informação é uma das que mais produziram teses na Ciência da Informação no triênio 2007-2009. Juntas, as categorias 10 e 3 representam 46,5% dos livros publicados pela Ciência da Informação durante 1998 e 2009, conforme os critérios da pesquisa.

Ressaltam-se outras duas categorias, a 9 - Processamento, recuperação e disseminação da informação - e a 1 - Aspectos teóricos e gerais da Ciência da Informação. A categoria 9 foi a que teve maior concentração de teses defendidas entre 2007-2009 e é considerada,

tacitamente entre os pares-concorrentes do campo, uma das temáticas que configuram o núcleo duro da Ciência da Informação. A categoria um, por representar os aspectos gerais e os problemas epistemológicos do campo, muito discutidos globalmente, simboliza um forte nicho de debate, não sendo diferente no Brasil.

Desta maneira, os 58 livros publicados pela Ciência da Informação no período da pesquisa tiveram como autores: 40 docentes, sendo que 8 destes publicaram 2 livros; 12 discentes; 9 participantes externos; um destes publicou 2 livros e 2s “outros participantes”, num total de 63 agentes. Destas categorias adotadas pela CAPES, docentes, discentes, participantes externos, outros participantes, apenas a de docentes possibilita ter uma noção de quantos são. Contudo, não no período de análise dos livros 1998-2009, pois os Cadernos de Indicadores que se referem aos docentes foram desenvolvidos a partir de 2004, são eles: Docente Atuação – DA; Corpo Docente, Vínculo Formação – CD; e Docente Produção – DP. Assim, apenas para ter uma referência⁵⁹, de 2004 até 2009, foram credenciados nos PPGCIs, entre permanentes, colaboradores e visitantes, 218 docentes⁶⁰ entre os 14 PPGCIs analisados, o que representa uma média de quase 16 docentes por programa. Todavia, esse número de 218 docentes foi evocado para estabelecer relação com os 40 docentes que publicaram livros. Deste modo, estes 40 docentes representam apenas 18% da população de docentes da Ciência da Informação brasileira, tendo em conta as colaborações internacionais de alguns docentes visitantes que têm as suas produções registradas nos Cadernos de Indicadores da CAPES.

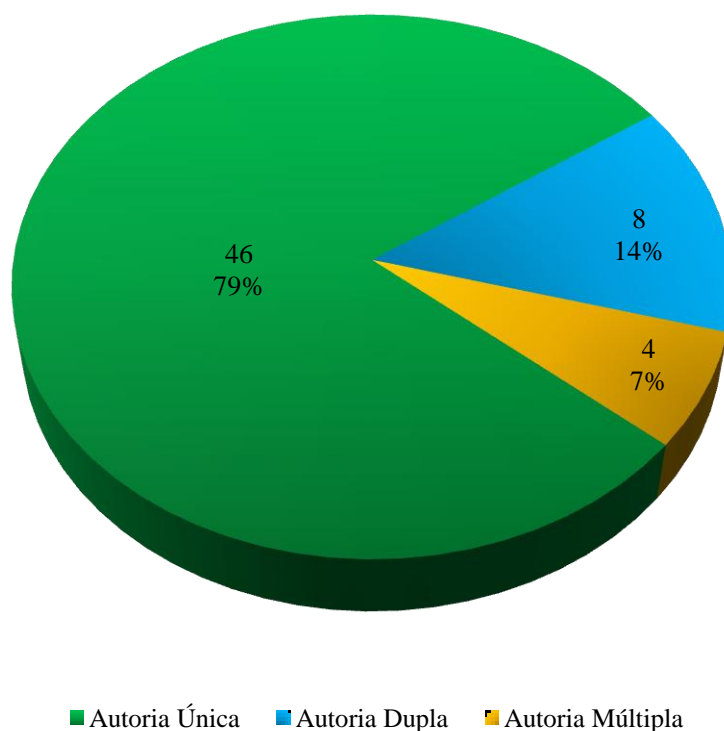
Logo, somente 18% dos docentes dedicam suas publicações aos livros. Em um campo onde, por exemplo, como será demonstrado mais a seguir, as teses citam mais livros do que artigos. Esta é uma representação baixa, mas que corrobora a Lei de Lotka, pormenorizada na tese de Alvarado (2007), e Lei do Elitismo de Solla Price (1963), que tratam da concentração da produção dos textos acadêmico-científicos, especialmente os artigos, num pequeno número de produtores. Ainda que não seja uma grande produção (58 livros), diante de sua existência em relação ao campo de agentes, identifica-se uma concentração da produção em poucos docentes.

⁵⁹ Ainda que seja apenas para ter uma referência, boa parte desses dados condiz com a realidade numérica presente nos docentes dos PPGCIs, pois grande parte dos docentes credenciados possui longa carreira acadêmica e faz parte da base que compõe os quadros dos PPGCIs por um longo tempo. Os docentes que estão credenciados em mais de um PPGCI foram contabilizados apenas uma vez.

⁶⁰ O catálogo dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (1982), produzido pelo IBICT, relatava que os 5 programas de pós-graduação, 4 em Biblioteconomia e 1 em Ciência da Informação, contavam, no ano de 1982, com 115 docentes, contabilizando apenas uma vez os docentes que eram credenciados em mais de um PPG.

Neste cenário, o gráfico 9 apresenta a tipologia da autoria dos 58 livros produzidos e distribuídos entre os 63 agentes. Quase 80% dessa produção são de autoria única: em valores absolutos, 46 dos 58 livros foram publicados como livros autorais. Do restante, 8 livros foram em autoria dupla e quatro em autoria múltipla.

Gráfico 9 – Tipologia da autoria dos livros publicados pela Ciência da Informação entre 1998 e 2009



Fonte: Elaboração própria.

No que se refere às coletâneas, foram aplicados os mesmos critérios expostos no quadro 3. O critério que diz respeito às traduções não se aplicou com as coletâneas, devido à raridade de tal obra ser traduzida e por não haver dentre as coletâneas uma que tenha sido traduzida. A seguir, o quadro 7 com os dados filtrados atualizará o quadro 2 dos dados sem filtros.

Quadro 7 – Dados filtrados das coletâneas da Ciência da Informação (CAPES, 1998-2009)

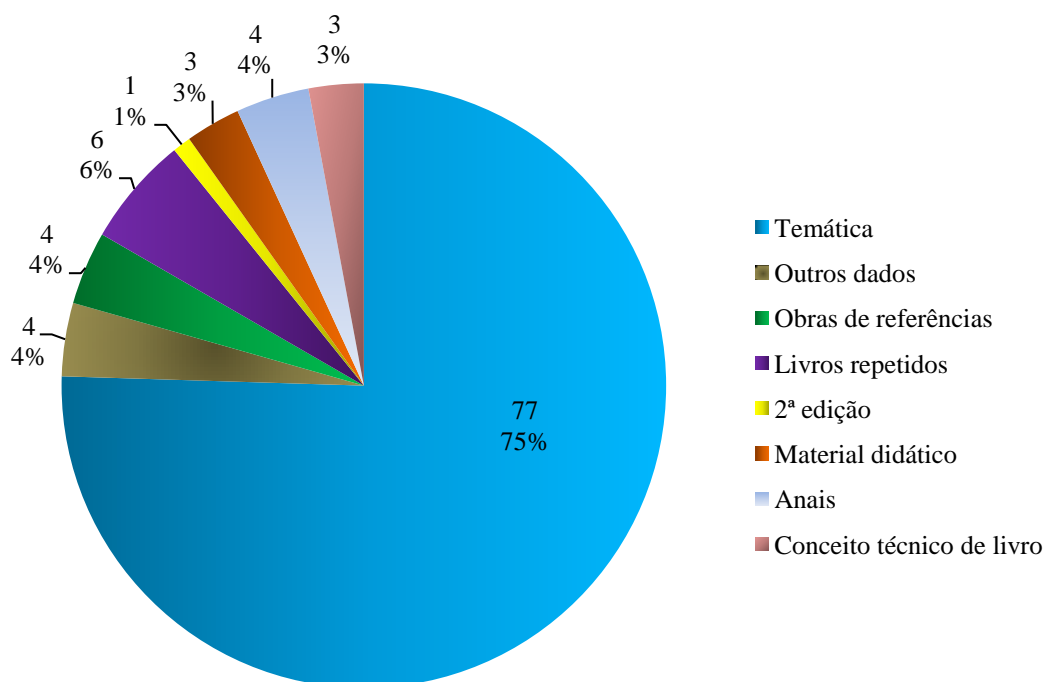
PPGCI	Coletâneas												Total
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Ufba	-	-	-	0	1	0	2	2	1	2	0	3	11
PucCamp	1	0	0	0	0	0	0	2	0	-	-	-	3
UFRGS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
UFPB	0	0	2	-	-	-	-	-	-	0	0	2	4
Ufpe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
UFF (M)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
UFSC	-	-	-	-	-	0	0	0	1	0	0	1	2
USP	0	0	0	0	0	0	1	0	0	5	2	1	9
Unesp	-	-	-	0	0	1	1	2	1	0	4	2	11
IBICT-UFRJ	1	3	0	0	1	0	-	-	-	-	-	2	7
UNB	0	0	1	0	0	2	1	2	0	2	0	0	8
UFMG	0	1	1	0	0	2	1	1	0	3	0	0	9
IBICT-UFF	-	-	-	-	-	-	0	0	2	0	0	0	2
Uel (Prof.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0	3
Total	2	4	4	0	2	5	6	9	5	12	9	11	69

- **Preto:** Designa a existência dos PPGCIs nas respectivas datas;
- **Vermelho:** Designa a inexistência dos PPGCIs nas respectivas datas;
- **Azul:** Designa os PPGs híbridos durante as respectivas datas, sendo a CI uma linha de pesquisa.

Fonte: Elaboração própria.

Em comparação com o quadro 2, o quadro atual apresenta uma queda dos seus valores absolutos. Entre os dados sem filtros, a coleta identificou 168 coletâneas. Após a filtragem dos dados, conforme o estabelecido pelos critérios para sua análise, o número de coletâneas foi reduzido a 69. Em percentagem, esse foi um declive de 58,93%; ainda que um alto declive, são valores proporcionais relativos bem menores do que o dos dados filtrados dos livros. Em valores absolutos, foi uma diminuição de 99 coletâneas. A média das coletâneas sem filtragem era de 14 coletâneas por ano e 12 por programa. Com o decréscimo dos dados após a filtragem, essa média cai para quase 6 coletâneas por ano e 5 por programa. Todavia, apesar dos 58,93% de defasagem, um dos programas aumentou a sua produção em coletâneas após a aplicação dos filtros, a UFPB; algumas coletâneas estavam registradas como livros nos Cadernos de Produção Bibliográfica, assim a UFPB, na primeira coleta, tinha duas coletâneas registradas e, com a filtragem, foram adicionadas mais duas, somando-se quatro coletâneas. A seguir, o gráfico 10 demonstrará as frequências absoluta e relativa das coletâneas que foram retiradas após a aplicação dos filtros.

Gráfico 10 – Frequências absoluta e relativa das coletâneas retiradas do corpo de análise da pesquisa a partir dos critérios adotados



Fonte: Elaboração própria.

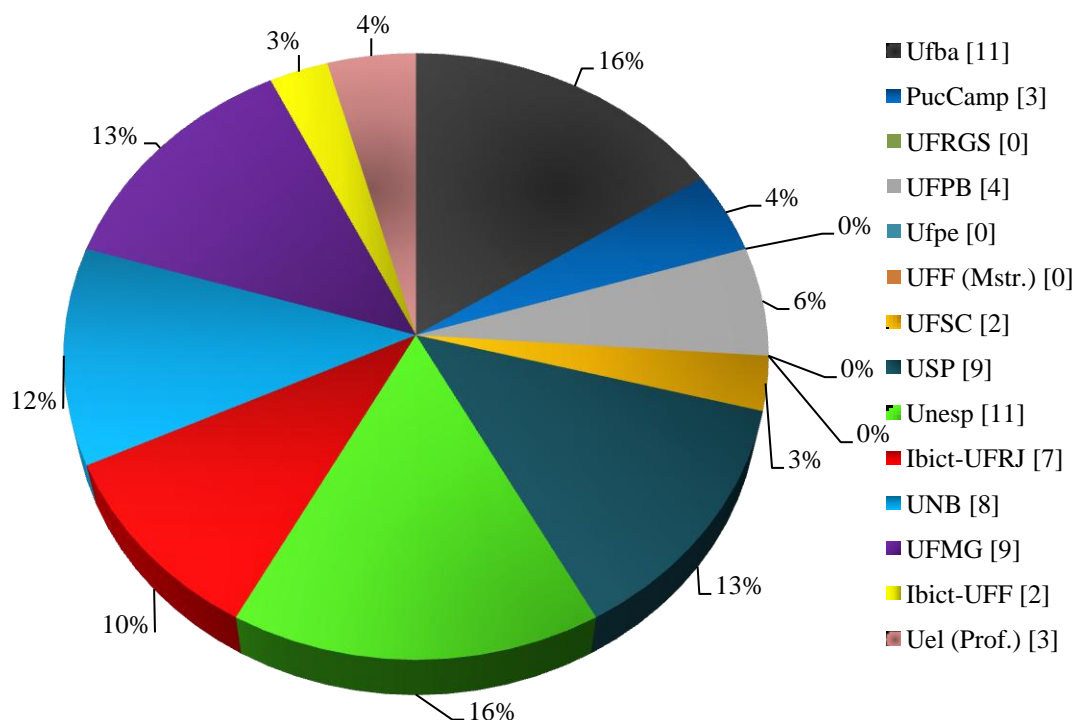
Em conformidade com a característica de similitude dos gráficos, tabelas e quadros, que visa a conferir um padrão de apresentação e assim conceber uma maior facilidade de entendimento do que está sendo mostrado, o gráfico 10 traz uma demonstração dos valores absolutos e relativos (percentagem) das coletâneas retiradas, numa frequência total absoluta de 102. As 77 coletâneas retiradas conforme os critérios temáticos significam em números relativos 75% dos dados retirados.

Contudo, surge a dúvida que se localiza no parágrafo anterior ao gráfico 10, onde se afirma que a redução em valores absolutos foi de 99 coletâneas e aqui é dito que foi de 102 coletâneas. Enfim, não há um erro nesta afirmação, o que ocorre é que houve um decréscimo de 99 coletâneas após a aplicação dos critérios, mas também houve uma adição de 3 coletâneas – 2 da UFPB e 1 da UNB ($-102 + 3 = -99$). Assim, logo após a retirada das 102 coletâneas do total sem filtro de 168 ficaram 66, mas com a soma de mais 3 coletâneas, foi-se a 69 coletâneas, conforme apresentado no quadro 7.

O gráfico 11 apresenta os dados das coletâneas após os filtros. Esse gráfico é um espelho do quadro 7, porém em números relativos. Para facilitar a visualização do gráfico

pelo leitor, ao lado das legendas estão os valores absolutos que representam os valores relativos que estão no corpo do gráfico.

Gráfico 11 – Frequência relativa dos dados filtrados das coletâneas publicadas pelos PPGCIs entre 1998 e 2009

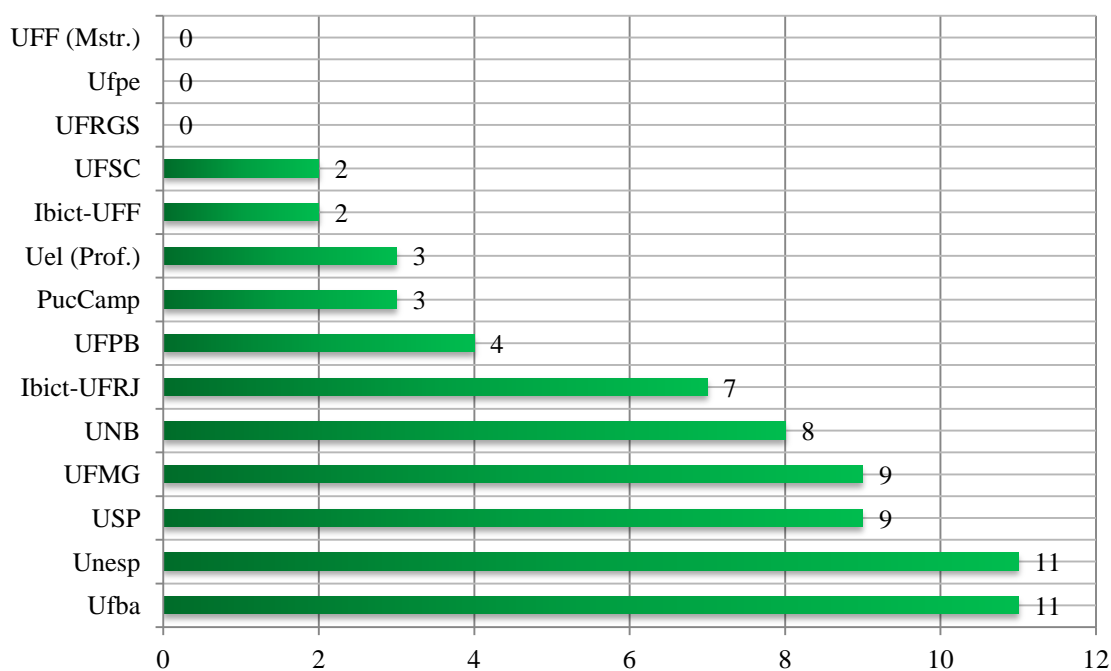


Fonte: Elaboração própria.

Em comparação com o gráfico 3, que apresenta a frequência relativa dos dados sem filtros das coletâneas, o gráfico 11 mostra um abrandamento de concentração da produção em coletâneas pelos PPGCIs. Apesar das coletâneas, em seus dados da primeira coleta, não mostrarem uma forte concentração tanto quanto os livros, essa concentração ainda existe, apesar da aparente distribuição que apresenta o gráfico 11. Após a filtragem dos dados, fica perceptível que a produção das coletâneas é mais distribuída entre os programas do que a aparência mostrava nos dados sem filtros que exibiam um estado mais concentrado dessa produção. O gráfico 11 exibe seis PPGCIs com uma representação de 10% ou mais, sendo eles juntos representantes de 80% da produção. Apesar de este número ser representativo, o corpo de dados é raso, não ultrapassando 11 coletâneas por programa. Por exemplo, a distância entre as 11 coletâneas da UFBA e da UNESP para as 2 da UFSC e da UFF-IBICT, que têm a menor quantidade em relação aos que produziram conforme a adoção dos critérios, é de 9 coletâneas, numa perspectiva de análise que compreende 12 anos. Assim, apesar de

haver uma leve concentração, esta não é tão significativa devido à baixa frequência dos dados. O gráfico 12 mostrará em ordem crescente as frequências absolutas das coletâneas por programa, após a filtragem dos dados.

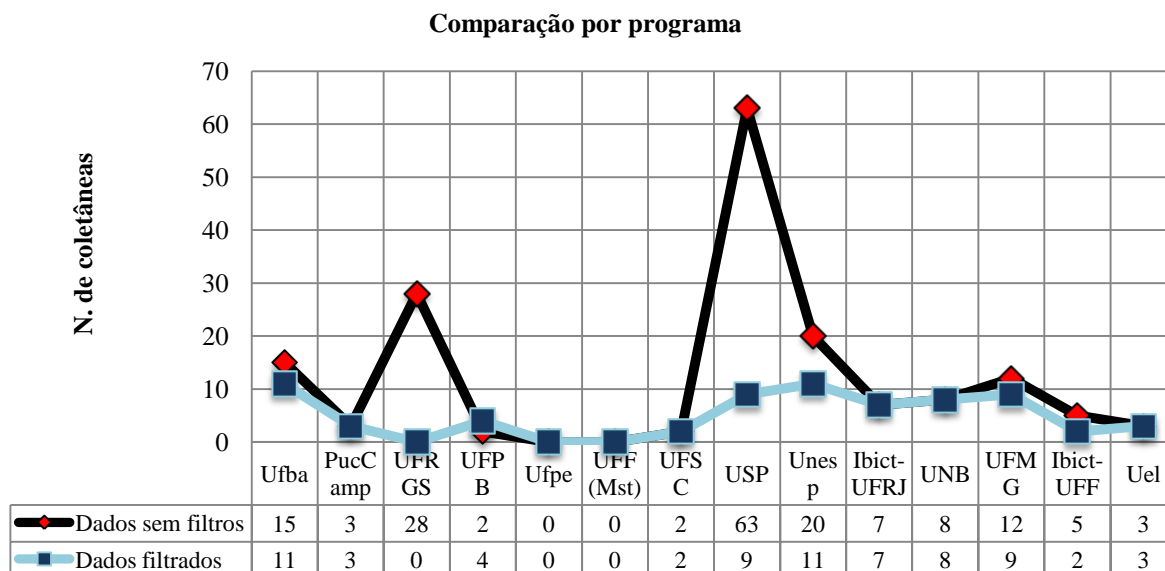
Gráfico 12 – Frequência absoluta dos dados filtrados das coletâneas publicadas pelos PPGCIs entre 1998 e 2009



Fonte: Elaboração própria.

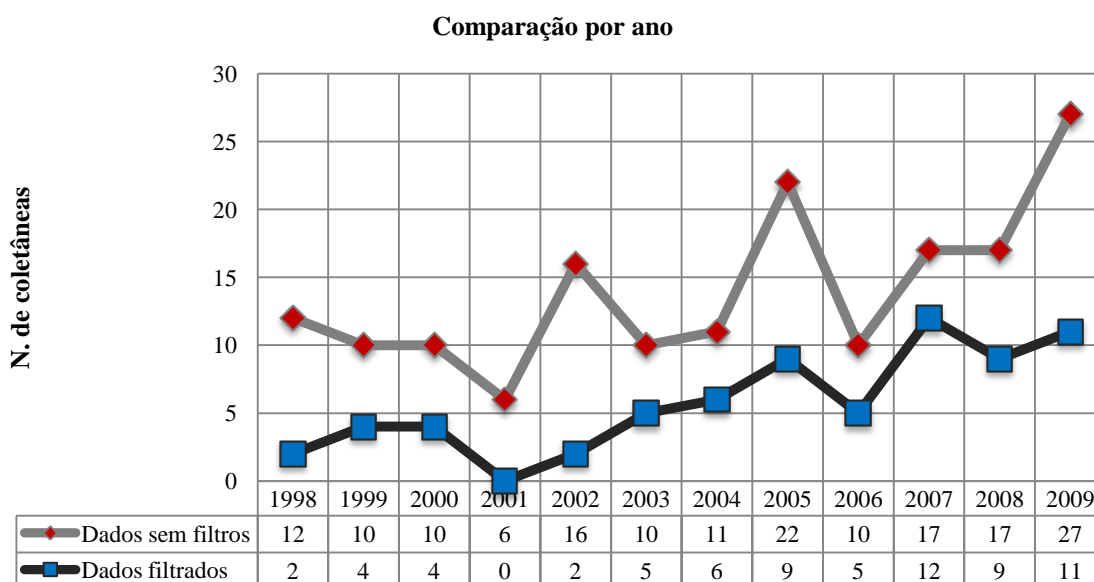
Em perspectiva ao gráfico 12 está o gráfico 13, este último apresentando uma imagem dos dados das coletâneas sem filtros e outra dos dados após os filtros. Este gráfico fabrica uma representação similar à do gráfico 7, sendo este referente aos dados dos livros. No gráfico 13, é possível observar que existem picos particulares entre os dados brutos, especialmente dos programas da USP e da UFRGS, devido ao estatuto híbrido desses programas. A UNESP também destoa, possuindo um pico de 20 coletâneas em seus dados sem filtros, mas, que por conseguinte, após a aplicação dos critérios, cai para as 11 coletâneas já apresentadas no quadro 7. Contudo, após a filtragem, fica mais perceptível que a produção das coletâneas pelos PPGCIs permanece nas fronteiras da classe 10, algo similar ao que os economistas que operam na bolsa por análise técnica costumam chamar de linha de resistência horizontal.

Gráfico 13 – Valores das coletâneas por programa (1998-2009): dados sem filtros comparados com dados filtrados



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 14 – Valores das coletâneas por ano (1998-2009): dados sem filtros comparados com dados filtrados



Fonte: Elaboração própria.

Em sequência ao gráfico 13, o gráfico 14, similar em sua forma com o gráfico 8, apresenta um cenário que difere fortemente, até certo ponto, deste que lhe serve de modelo. Este último apresenta uma comparação dos dados dos livros sem filtros e os filtrados, demonstrando a distância abissal que se justifica a partir da queda de 83,75%, entre essas duas

categorias de comparação. O gráfico 14, referente às coletâneas, exibe um cenário menos desigual, ainda que as distâncias estejam preservadas e delineadas em proporções menores.

As 69 coletâneas foram classificadas tematicamente segundo a taxonomia de Oddone e Gomes (2003). O quadro 8, que virá, segue o modelo do quadro 6, porém tratando dos dados filtrados das coletâneas. Na coluna designada taxonomia, no quadro 8, as categorias estão abreviadas pelos mesmos motivos do quadro 6, tendo sido referida a sua descrição por extenso no quadro 4.

Quadro 8 – Taxonomia da Ciência da Informação aplicada aos conteúdos temáticos das coletâneas publicadas entre 1998 e 2009

Taxonomia	Ufba	PucCamp	UFPB	Uel (prof.)	UFSC	IBICT- UFRJ	UFMG	IBICT- UFF	UNB	Unesp	USP	Total
1. ATGCI	2	0	0	1	1	3	1	0	3	5	1	17
2. FPMT	1	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	5
3. GSUI	1	0	0	0	0	0	1	0	2	1	1	6
4. EUDUI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
5. CDPE	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	2	5
6. ICS	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	6
7. LPPIC	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	4
8. TI	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	6
9. PRDI	1	0	0	1	0	0	2	0	0	1	0	5
10. ACO	1	0	1	1	1	0	3	1	1	1	3	13
Total	11	3	4	3	2	7	9	2	8	11	9	69

Fonte: Elaboração própria

Duas categorias temáticas se destacaram entre as coletâneas: a primeira, Aspectos teóricos e gerais da Ciência da Informação, com 17 coletâneas, e a décima, Assuntos correlatos e outros, com 13 coletâneas publicadas durante os 12 anos da pesquisa. Ambas somam 43,5% das temáticas tratadas pelas 69 coletâneas. No que diz respeito à primeira categoria, os assuntos que tratam dos fundamentos teóricos e epistemológicos da Ciência da Informação ensejam longos debates, sendo discutido se o campo possui paradigma (CAPURRO, 2003) ou não (LENZI; BRAMBILA, 2006; EUGÊNIO; FRANÇA; PEREZ, 1996; NEHMY et al., 1996), ou ainda possíveis aspectos interdisciplinares do campo (PINHEIRO, 1999; SARACEVIC, 1996); ou se a Ciência da Informação é uma ciência social (AZEVEDO NETTO, 1999; SILVA, 1999) ou um saber humano (QUEIRÓS, 1999, p. 48). Enfim, entre os textos onde esses discursos se encontram expressos estão os livros e as coletâneas, representados tematicamente nos quadros 6 e 8. No que se refere à décima categoria – a segunda –, as 13 coletâneas classificadas estão dispersas entre as temáticas

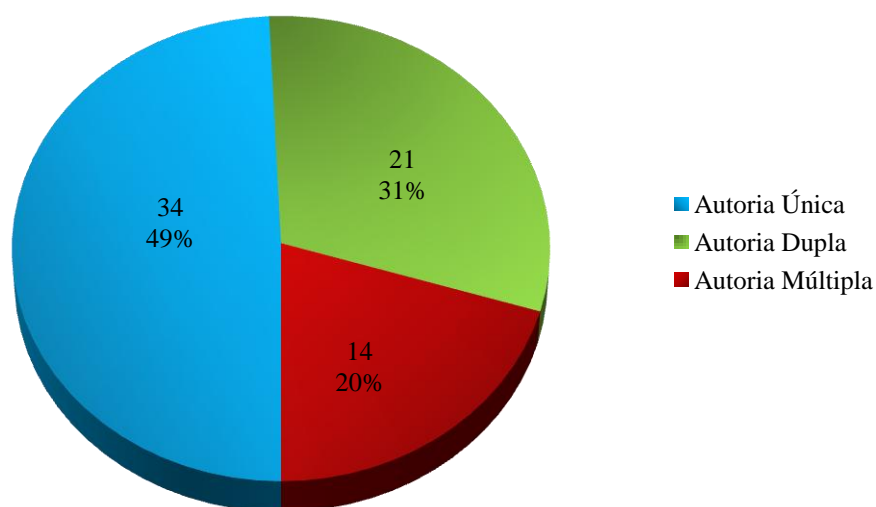
relacionais da Ciência da Informação com a Comunicação, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Semiótica e a Educação.

As outras oito categorias possuem números próximos de coletâneas, uma média de 5 coletâneas, com exceção da categoria 4 – Estudos de usuário, demanda e uso da informação e de unidades de informação –, que possui apenas duas coletâneas classificadas no quadro 8 e que no quadro 6 foi a única categoria a não ter nenhum livro classificado, o que evidencia que este não é um tema muito tratado pelos PPGCIs em seus produtos intelectuais, ao menos, os aqui analisados, livros e teses.

As 69 coletâneas foram produzidas por 61 docentes, 7 discentes, 26 participantes externos e 6 outros participantes. Dentre os docentes, 5 publicaram 2 coletâneas, outros 5 publicaram 3 coletâneas, 1 docente publicou 4 coletâneas e, por fim, somente 1 docente produziu 5 coletâneas. Apesar de 218 docentes terem sido credenciados durante o período de 2004 até 2009 - período distinto de coleta pelo fato de os Cadernos de Docentes terem surgido apenas em 2004 – esta é uma referência para a comparação, pois os 61 docentes que publicaram coletâneas representam 28% da coletividade dos docentes credenciados. Esse percentual é maior do que o de livros, porém os 28% não deixam de representar uma centralidade produtiva, um pequeno grupo dentro da coletividade dos 218 docentes.

O gráfico 15, a seguir, apresenta a organização das coletâneas em relação à tipologia da autoria. Assim como o gráfico 9, que dispõe sobre o tipo de autoria entre os livros, o gráfico 15 exhibe uma maior incidência de coletâneas realizadas por um único autor: 49% ou 34 coletâneas, um valor proporcionalmente grande, porém em comparação com os livros é inferior aos 79% das autorias únicas desse artefato, algo comum entre as ciências humanas e sociais e essa forma-conteúdo, livro. Se tomássemos como delimitação para inferir a colaboração entre os agentes do campo, o fator da autoria dupla e múltipla juntas, 51% das coletâneas simbolizariam uma produção colaborativa direta entre os agentes; o que seria inviável em relação aos livros que, em sua contingência documental monográfica, insinuam algo mais singular e íntimo, o que, por exemplo, é empiricamente visível no caso da Ciência da Informação.

Gráfico 15 – Tipologia da autoria das coletâneas publicadas pela Ciência da Informação entre 1998 e 2009



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, aproveitando o ensejo da interrelação entre os livros e as coletâneas, que ao final das contas são um duplo único, isto é, livros agora não mais tratados na perspectiva microscópica dos dados sem filtros e filtrados, mas num panorama macroscópico que envolve os livros e as coletâneas de maneira geral. Assim, após a aplicação dos critérios da pesquisa, os livros tiveram uma queda nos registros de 83,75%, em contraposição às coletâneas, que também tiveram uma diminuição, não tão grande quanto à dos livros, mas significativa: 58,93%. Os livros decaíram de 357 para 58 e as coletâneas de 168 para 69. Pondo ambos em comparação diante de suas respectivas quedas, as coletâneas passaram a contar uma maior quantidade de registros – 69 coletâneas; já os livros ficaram com 58 registros. Portanto, é com essa decifração do cenário dos livros e coletâneas produzidos pela Ciência da Informação brasileira, que o primeiro corpo de dados toma forma. Em seguida, serão analisados os livros e coletâneas citados nas teses da Ciência da Informação defendidas no último triênio (2007-2009) para a construção dos seus enunciados discursivos. A partir de então, na análise e discussão dos resultados, ambos cenários, livros da Ciência da Informação nacional e citações de livros nas teses da Ciência da Informação nacional (2007-2009), serão cotejados em busca do elo material (livro) que legitima a identidade do campo científico da Ciência da Informação.

7.2 LIVROS CITADOS NAS TESES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (2007-2009)

Nesta seção, serão apresentados os PPGCIs que possuem teses defendidas entre 2007 e 2009. Além das teses, serão apresentados os docentes orientadores das respectivas teses, num âmbito restrito, e os docentes da Ciência da Informação, num âmbito geral, todos credenciados nos PPGCIs. Em relação aos docentes também serão apresentados os campos de doutoramento e as respectivas IES de formação. Por fim, demonstram-se, na seção 7.2.2, os cruzamentos dos dados trabalhados em todo o capítulo 7. As citações serão apresentadas a partir das zonas em que mais se concentram, sendo expostas por meio de seus títulos e seus autores. Nesta seção, ainda são expostas as linhas temáticas da produção e da reprodução do saber da Ciência da Informação.

7.2.1 Os PPGCIs em suas teses e seus docentes

A reprodução dos livros da Ciência da Informação nas teses do campo é o tema desta seção. Como já antecipado em outros espaços da dissertação, o livro é uma “fonte de autoridade”, conforme Thomas Kuhn, que carrega em si os enunciados discursivos, quase sempre estabilizados, de um campo científico. Desta maneira, este espaço da dissertação se detém a analisar a presença pragmática, isto é, o uso dos livros produzidos pelo campo da Ciência da Informação em um tipo documental de grande tradição dentro da universidade, as teses.

Tese vem do termo grego *thésis* (*θέσις*), que significa “posição”; Pode ser também entendida como uma “ação de dispor em algum lugar” ou “conclusão por raciocínio”. Contudo, a tese fortalece o seu sentido na lógica, não sendo apenas uma “posição”, mas uma “proposição”, quase sempre dialética. Enquanto proposição no aristotelismo e na escolástica, sistemas de pensamento detentores de grande poder intelectual na época do nascimento da universidade (século XII), a tese era concebida como um princípio teórico de fundamento demonstrativo, que se materializava por meio da forma geométrica de documentação, a tese-documento. Logo, a tese é uma posição que se dá através da proposição, ou seja, uma ação de dispor em algum lugar (*tópos*) uma conclusão por raciocínio. Não mais concebida de modo escolástico, esta posição-proposição acontece em sua materialidade, isto é, no documento tese. O sentido de que uma tese deveria ser provada empiricamente nasce no século XVI com a ciência moderna e a verificabilidade dos fatos “naturais” através da lógica matemática. Mas é no século seguinte, XVII, que a tese enquanto documento escrito passa a ser critério para a

concessão de diploma universitário. Sendo assim, a tese-documento se inclui no que Frohmann (2009, p. 232) chama para esta época de “forma geométrica de documentação”.

A tese-documento é uma face de informação que prefigura o perfil (*eidós*) de um campo científico. Tomando o conceito de informação em seu modo originário, *informatio* (ação de dar forma), todavia não de maneira mentalista, como algo que está presente na mente, mas como algo prático e material em seus aspectos públicos e sociais, isto é, como um “documento que nomeia a materialidade da informação” (FROHMANN, 2008, p. 21). Partir da tese enquanto documento e do documento enquanto materialidade da informação é caminhar pelas vias epistemológicas da documentação, em específico pela vereda da “estabilização da informação científica.” (FROHMANN, 2008, p. 27)

Inicialmente, para chegar às teses, ter acesso aos documentos, foi necessário descobrir os PPGCIs que dispunham com teses defendidas no período de análise da pesquisa, o triênio de 2007 a 2009. Portanto, os programas necessitavam de um tempo de pelo menos quatro anos de criação antes da avaliação trienal da CAPES, que serve de base para os dados da pesquisa. Atualmente, a Ciência da Informação conta com oito cursos de doutorado (CAPES, 2012), porém, deste total, três foram criados nos últimos dois anos (UFBA, UFPB e UFSC), o que os torna, por motivos temporais, programas que ainda não possuem teses. Desta maneira, no triênio de 2007-2009, existiam cinco programas com cursos de doutorado em Ciência da Informação. O quadro abaixo delinea os PPGCIs que têm cursos de doutorado em seus respectivos períodos de criação.

Quadro 9 – Cursos de doutorado em CI por ano de criação

Doutorado por PPGCI	Ano de início
IBICT	1992
UNB	1992
UFMG	1997
Unesp	2005
USP	2006
Ufba	2011
UFPB	2012
UFSC	2012

Fonte: CAPES (2012b)

Dois aspectos precisam ser comentados: primeiro, o doutorado da USP consta como criado em 2006, o que implicaria na não-produção de defesas de teses durante o triênio de 2007-2009, devido aos quatro anos necessários para a construção da tese, conforme as normas nacionais. Diante desse aspecto, é válido ressaltar que o programa referido surge em 2006,

porém, anteriormente, a Ciência da Informação era uma linha de pesquisa no programa de Ciências da Comunicação da ECA-USP. Ocorreu que os projetos dos doutorandos da linha de pesquisa em Ciência da Informação, selecionados durante o período de transição e constituição do PPGCI, foram transferidos para o novo programa e as teses defendidas identificadas com o programa. Deste modo, a USP no período da pesquisa (2007-2009) já contava com teses defendidas. O outro aspecto diz respeito ao programa da UFRGS. Como híbrido, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM-UFRGS) não consta na lista dos programas em Ciência da Informação da CAPES, logo, em conformidade com o critério CAPES, ele não foi incluído nessa matriz de dados.

Portanto, ao final, cinco PPGCIs, com curso de doutorado, contavam com teses defendidas durante o triênio analisado. Foram coletadas as teses do IBICT-UFF, da UnB, da UFMG, da Unesp e da USP, num total de 91 teses defendidas entre 2007 e 2009. A tabela 3 apresenta a distribuição das teses por programa.

Tabela 3 – Frequências absoluta e relativa das teses defendidas entre 2007 e 2009 e seus respectivos PPGCIs

PPGCI	N	%
IBICT-UFF	10	11
UFMG	25	27,5
UNB	24	26,3
Unesp	15	16,5
USP	17	18,7
Total	91	100

Fonte: Elaboração própria.

Dos cinco PPGCIs com teses defendidas entre 2007 e 2009, o IBICT-UFF é o que tem a menor representação em quantidade. A UNESP e a USP contam com números similares. Porém, 53,8% das teses defendidas no triênio analisado pertencem aos programas da UFMG e da UnB. Em referência ao IBICT-UFF, talvez tenha ocorrido que durante o processo de cisão do convênio com a UFRJ e o acordo com a UFF, as seleções para doutorado, provavelmente entre 2002 e 2003, não tenham ocorrido ou as defesas foram antecipadas ou prorrogadas, pois entre 2006 e 2007 não foi defendida nenhuma tese nesse programa. Em contraposição, os anos anteriores a 2006 ostentaram forte produção de teses: entre 2004 e 2005, foram defendidas 23 teses. Desta maneira, a baixa frequência de teses defendidas pelo IBICT-UFF justifica-se por conta de fatores de ordem político-administrativo do programa. Provavelmente, se não houvesse esse problema, o IBICT-UFF seria um dos maiores produtores devido ao tempo de criação do programa, 1992. Isto é perceptível, por exemplo,

nos dois maiores produtores de documentos-teses, a UnB criada também em 1992 e a UFMG, criada em 1997. A seguir, o quadro 10 apresenta a frequência das teses defendidas por ano.

Quadro 10 – Teses defendidas por ano de análise

PPGCI	2007	2008	2009	Total
IBICT-UFF	0	4	6	10
UFMG	7	10	8	25
UNB	4	10	10	24
Unesp	1	4	10	15
USP	8	6	3	17
Total	20	34	37	91

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 10, observa-se uma linha ascendente da produção de teses. Até o ano de 2009, eram cinco PPGCIs que contavam com teses defendidas, porém nos dois últimos anos, 2011 e 2012, foram criados mais três cursos de doutorado em programas que só possuíam cursos de mestrado, conforme referido no quadro 9. Assim, a tendência é que a produção de teses cresça nos próximos anos com esses três novos cursos de doutorado e que pesquisas como a desta dissertação possam vir a ter um corpo empírico cada vez mais extenso e representativo do campo.

Todavia, através dos registros das 91 teses nos Cadernos de Teses e Dissertações da Ciência da Informação na CAPES durante os anos de 2007-2009, a pesquisa se direcionou para a busca desses documentos, tão logo se desenvolveram estratégias de busca para o acesso às teses, caso elas estivessem em formato digital. Instrumentos institucionais, como repositórios, bibliotecas digitais de teses e dissertações e os próprios sítios dos programas, além da busca Google, auxiliaram na captura das teses no meio digital. O único programa em que as teses não estavam de alguma maneira vinculada com esses instrumentos institucionais foi o IBICT-UFF. Talvez esse problema tenha se constituído devido ao processo de transição do convênio IBICT-UFF para o IBICT-UFRJ, o que pode vir a ter conturbado a transferência desses documentos. Deste modo, das 91 teses registradas no período da pesquisa, apenas 10 não foram encontradas pelas vias anunciadas acima. Diante desse contratempo, os nomes dos autores das teses não encontradas foram identificados e, juntamente ao Currículo Lattes, os seus respectivos emails. Desta maneira, os contatos com os autores foram feitos por meio de mensagem eletrônica padrão, explicando a situação e o propósito da pesquisa e, enfim, foi solicitada uma cópia impressa ou digital da tese de cada um⁶¹. De posse das 91 teses, foram

⁶¹ Vale reiterar o agradecimento a todos os autores, pela contribuição e envio de suas respectivas teses, proporcionando o acontecer da pesquisa.

delimitadas as incidências temáticas das linhas de pesquisa dos PPGCIs e dos conteúdos temáticos das teses.

No período da pesquisa, foram encontradas 14 linhas de pesquisa onde as teses se enquadraram no contexto dos cinco programas analisados. A atualidade das linhas de pesquisa dos programas tem, por exemplo, com a UNESP, um novo cenário; há uma nova linha que não aparece na pesquisa, pois não há teses nela defendidas no período de 2007-2009, devido ao estado recente de criação da linha Gestão, mediação e uso da informação. A UNESP se distingue também por ter mudado a nomenclatura de uma das linhas de pesquisa durante o triênio de pesquisa: a linha Organização da informação, com quatro teses defendidas, mudou para Produção e organização da informação, que obteve sete defesas de teses durante o triênio (2007-2009). Outro procedimento adotado foi em relação à tese da professora Bernadete Santos Campello, que não contou com orientador, “doutorado por defesa direta de tese”, devido à sua eminência na área de atuação; com isto, sua tese não teve vinculação a uma linha de pesquisa e não consta dos Cadernos e Teses e Dissertações. Assim, em busca desses dados indispensáveis para o contexto da pesquisa, utilizou-se o recurso acadêmico desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nomeado Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP). Neste diretório, a partir da busca nominal por Bernadete Santos Campello, identificou-se na categoria “linhas de pesquisa em que atua” a linha de atuação da referida pesquisadora: Informação, Cultura e Sociedade.

Diante dos procedimentos relatados foi observado que especialmente duas linhas de pesquisa dos cursos de doutorado em Ciência da Informação eram recorrentes em seu nomear, porém em programas diversos. A linha de pesquisa do IBICT-UFF “Informação, conhecimento e sociedade” está muito próxima à linha de pesquisa da UFMG “Informação, cultura e sociedade”, ambas juntas somam 13 teses defendidas durante o triênio de análise. A outra linha recorrente, e que por sinal possui a mesma nomenclatura nos dois programas em que se enuncia, UFMG e UNB, é a “Gestão da Informação e do conhecimento”. Essas duas linhas de nomes similares somam 23 teses defendidas entre 2007 e 2009. Existem outras linhas próximas em significação, como por exemplo, “Organização e uso da informação” da UFMG e “Produção e organização da informação” da Unesp. Essas características, no âmbito epistemológico e disciplinar, são sinais⁶² que caracterizam um programa de pesquisa da Ciência da Informação. A seguir, o quadro 11 apresentará as 14 linhas de pesquisa dos cinco PPGCIs analisados e a quantidade respectiva das teses defendidas por linha de pesquisa.

⁶² No sentido dado por Carlo Ginzburg (1989).

Quadro 11 – As teses defendidas em suas respectivas linhas de pesquisa e PPGCIs

PPGCI	Linhas de Pesquisa	Teses Defendidas	Total
IBICT-UFF	1. Representação, gestão e tecnologia da informação;	4	10
	2. Teoria, epistemologia, interdisciplinaridade e Ciência da Informação;	3	
	3. Informação, conhecimento e sociedade.	3	
UNB	1. Gestão da informação e do conhecimento;	17	24
	2. Comunicação da informação;	5	
	3. Arquitetura da informação.	2	
UFMG	1. Organização e uso da informação;	9	25
	2. Informação, cultura e sociedade;	10	
	3. Gestão da informação e do conhecimento.	6	
USP	1. Acesso à Informação;	13	17
	2. Mediação e Ação Cultural.	4	
Unesp	1. Produção e organização da informação;	7	15
	2. Organização da Informação;	4	
	3. Informação e tecnologia.	4	

Fonte: Elaboração própria.

O conteúdo significativo das linhas de pesquisa é demasiado extenso, pois essas linhas têm como um dos seus propósitos agregar os mais variados temas de projetos de doutorado e mestrado dos discentes, sem esquecer-se das matrizes de atuação temática dos respectivos docentes dos programas no campo da Ciência da Informação. Desta maneira, classificar qual ressonância temática é mais forte entre os PPGCIs pela via das linhas de pesquisa seria um exercício simplista e fadado ao fracasso, pois as linhas se constituem para abarcar o maior leque de, como diriam os filósofos medievais, “intelecções possíveis” acerca da temática de campo científico singular, aqui o da Ciência da Informação. Por exemplo, no que diz respeito à linha de pesquisa Representação, Gestão e Tecnologia da Informação do IBICT-UFF, como saber quais as temáticas das quatro teses defendidas nessa linha, ante três polos temáticos abrangentes e com força de sentido própria?

Perante esse quadro e com o propósito de ser mais exaustivo no que concerne à temática das teses, a taxonomia de Oddone e Gomes (2003) foi aplicada diretamente aos documentos-teses em seus conteúdos inscritos nos títulos, resumos e palavras-chave. Na conjuntura temática das teses é possível perceber as faces do saber-fazer epistemológico do campo, os domínios de assunto incorporados pelos agentes do *tópos*, isto é, de alguma maneira, o *habitus* do campo. Este *habitus* traz consigo, especialmente na figura da tese (*thésis*), uma carga de reprodução do corpo (posição e disposição) conceitual. Os sinais do *habitus*, que não deixam de ser sinais dos paradigmas ou dos estilos de pensamento,

apresentam-se de diversas maneiras, sendo a temática (conteúdo), a forma (livros e teses) e as citações (mimese do saber) apenas os modos de abordagem escolhidos nesta pesquisa, havendo outros. Portanto, o quadro 12 exprime a organização temática das teses, a partir da classificação de Oddone e Gomes (2003).

Quadro 12 – Taxonomia da CI aplicada aos conteúdos temáticos das teses defendidas no triênio 2007-2009

Taxonomia	IBICT	UFMG	UNB	Unesp	USP	Total
1. Aspectos teóricos e gerais da Ciência da Informação	2	5	1	3	2	13
2. Formação profissional e mercado de trabalho	1	3	2	1	0	7
3. Gerência de serviços e unidades de informação	1	2	8	0	4	15
4. Estudos de usuário, demanda e uso da informação e de unidades de informação	0	1	4	0	2	7
5. Comunicação, divulgação e produção editorial	1	3	3	0	0	7
6. Informação, cultura e sociedade	1	0	0	0	3	4
7. Legislação, políticas públicas de informação e de cultura	2	3	1	0	3	9
8. Tecnologias da informação	0	2	3	4	1	10
9. Processamento, recuperação e disseminação da informação	2	6	2	7	2	19
10. Assuntos correlatos e outros	0	0	0	0	0	0
Total	10	25	24	15	17	91

Fonte: Elaboração própria.

Quatro categorias temáticas da taxonomia chegaram a dois dígitos; juntas elas representam 62,6% das teses defendidas. Assuntos, como organização da informação, gestão da informação e do conhecimento, epistemologia e assuntos que tratam do constituir científico-acadêmico da Ciência da Informação, assim como temáticas sobre tecnologia da informação, constituíram o foco temático onde as teses se concentraram em maior número. Numa faixa média de 7,5 teses, ficaram outras quatro categorias. Somente uma categoria não teve nenhuma tese classificada, “assuntos correlatos e outros”. A categoria Informação, Cultura e Sociedade chamou a atenção pela similitude de sua nomenclatura à das linhas de pesquisa da UFMG e do IBICT-UFF, mas conta com poucas teses classificadas em suas cercanias temáticas; o que fica claro, como já argumentado, pelo fato de as linhas de pesquisa serem grandes agregadoras temáticas, com um caráter generalizante, capaz de incluir todos os agentes científicos do campo envolvidos no PPGCI.

Ainda com referência ao quadro 12, percebe-se que alguns PPGCIs concentram as suas teses em determinadas temáticas, quase como uma especialidade do programa, não distribuindo os assuntos das teses pelas variadas cercanias temáticas que compõem a Ciência da Informação, aqui tomando por referência a taxonomia de Oddone e Gomes (2003). Por exemplo, a UFMG tem quase metade das suas teses (44%) concentradas entre o

Processamento, Recuperação e Disseminação da Informação e os Aspectos Teóricos e Gerais da Ciência da Informação; as teses da UnB circulam por várias linhas temáticas, mas há uma forte predominância em Gerência de Serviços e Unidades de Informação”; por fim, a UNESP concentra-se fortemente na temática Processamento, Recuperação e Disseminação da Informação”, não há grande distribuição entre as temáticas da Ciência da Informação, todas as teses do triênio 2007-2009 estão distribuídas em quatro categorias temáticas, sendo que três destas concentram 14 das 15 teses defendidas (93%), neste período. No que diz respeito ao IBICT-UFF e a USP, esses são os programas com maior diversidade temática em suas teses.

No ambiente de construção das teses, estão envolvidos alguns agentes, diretamente os discentes, os docentes e as instituições. Destes três agentes, as instituições já foram reveladas em suas linhas de pesquisa e seus dados de criação, os discentes em suas teses e respectivas temáticas, porém os docentes foram apenas comentados em outro contexto, o da produção editorial na seção anterior. Logo, das 91 teses defendidas entre os cinco PPGCIs, a pesquisa identificou 45 docentes orientadores e 8 docentes co-orientadores. Os co-orientadores não serão considerados nesta pesquisa, a atenção está voltada para os docentes orientadores.

No contexto das orientações, os Cadernos de Indicadores da CAPES destinados aos dados dos docentes representam o período temporal preciso para a concepção das teses no triênio de análise da pesquisa. Ou seja, os Cadernos dos Docentes na CAPES foram criados em 2004 e esta pesquisa trata das teses defendidas no triênio de 2007-2009: entre o período de criação dos Cadernos e as primeiras teses defendidas, compreendem-se quatro anos, tempo médio da entrada do discente doutorando no PPGCI até a defesa da tese. Logo, dos 218 docentes credenciados nos PPGCIs de 2004-2009, 45 docentes estão envolvidos diretamente com a concepção das 91 teses, a partir das respectivas orientações. Porém, os 218 docentes representam os 14 PPGCIs credenciados na CAPES de 2004 a 2009, inclusive os que não oferecem cursos de doutorado e os 45 docentes orientadores estão alocados em cinco dos 14 PPGCIs. Diante disso, o número total de docentes credenciados nos cinco PPGCIs que contam com teses defendidas é de 125 docentes. A percentagem de docentes que orientou as 91 teses foi de 37%, o que indica que nem todos os docentes orientaram e que outros orientaram mais de uma tese. A tabela 4 mostra a quantidade de docentes que orientaram as respectivas teses por programa, assim como a percentagem que eles representam a partir da totalidade dos docentes por programa.

Tabela 4 – Docentes orientadores, total de docentes e teses defendidas por PPGCI

PPGCI	Docentes orientadores (DO)	%	Total de docentes	Teses defendidas (TD)	TD / DO
IBICT-UFF	7	26	27	10	1,4
UFMG	13	45	29	25	1,9
UNB	10	40	25	24	2,4
Unesp	6	28,5	21	15	2,5
USP	9	39	23	17	1,9
Média	9	37	25	18	2,0
Total	45	-	125	91	-

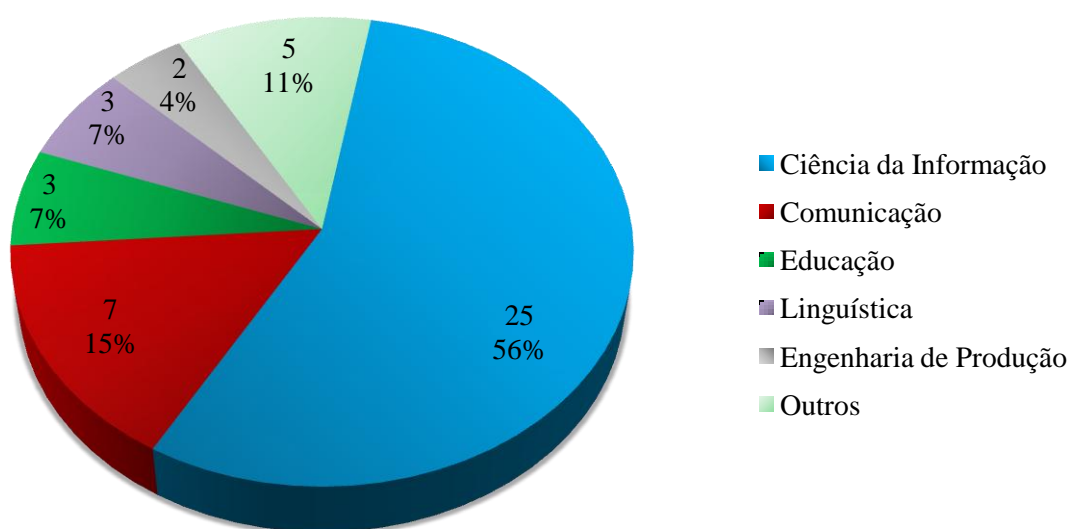
Fonte: Elaboração própria.

A tabela 4 exibe um cenário onde nenhum dos PPGCIs alcança uma percentagem de mais de 50% de docentes orientadores. A média diz que 37% dos docentes credenciados nos PPGCIs foram orientadores. Porém, dois programas destoam dos outros: o IBICT-UFF e a UNESP. No que concerne ao primeiro, ele teve uma adição de 10 docentes no último ano do triênio em análise, 2009. Assim, por esses docentes serem recentes no programa, não houve tempo hábil para orientação e respectiva defesa de teses, distorcendo os números em frequência relativa do programa do IBICT-UFF. Retirando-se esses 10 docentes credenciados no ano de 2009, ter-se-ia uma percentagem de 41% dos docentes do PPGCI orientando ao menos uma tese, algo próximo à UFMG, UnB e USP. No que diz respeito à UNESP, no período da análise do quadro de docentes (2004-2009), o programa contou com três docentes visitantes e alguns docentes foram credenciados e descredenciados em um curto espaço de tempo, como por exemplo dois que só tiveram por um ano no programa. Desta maneira, se tirássemos esses cinco docentes do cálculo do percentual de docentes orientadores, haveria algo em torno de 37,5% de docentes orientadores no PPGCI da UNESP, número que se assemelha à média atual.

A tabela 4 ainda apresenta a totalidade de teses defendidas entre os cinco programas e a proporção entre as teses e os docentes orientadores. A partir da proporção fica perceptível que as teses em relação aos docentes orientadores é equivalente a duas teses por docente orientador, ou seja, boa parte dos docentes não orientou apenas uma tese. Esta concentração das orientações pode ter ocorrido por diversos motivos, por foro íntimo dos discentes que optaram por um e não por outro, ou ainda pelos credenciamentos de novos docentes acontecerem a todo instante, a qualquer tempo, sendo contabilizados pela pesquisa, mas que na prática sem condições de concluírem o processo que leva a uma tese. Enfim, diversos motivos precisariam de análise mais acurada, prática inviável para esta pesquisa.

Permanecendo na configuração do cenário dos docentes, primeiramente por exaustividade, persistirá a descrição no âmbito específico dos que orientaram; e, num segundo momento, dos docentes em âmbito geral, para enfim relacioná-los com as citações das teses e as respectivas temáticas dessas citações, tematizadas por área do conhecimento. Logo, dos 45 docentes que orientam as 91 teses, 25 deles têm a sua última titulação, isto é, o doutorado, na área da Ciência da Informação. O gráfico 16 apresenta a área de doutoramento dos 45 docentes que orientaram as teses, tendo em vista a possível influência que determinados campos do conhecimento, por meio da figura do orientador, puderam vir a ter na concepção das teses e dos indícios textuais que lhe serviram de alicerce, as citações.

Gráfico 16 – Valores absolutos e relativos dos docentes orientadores por área de titulação

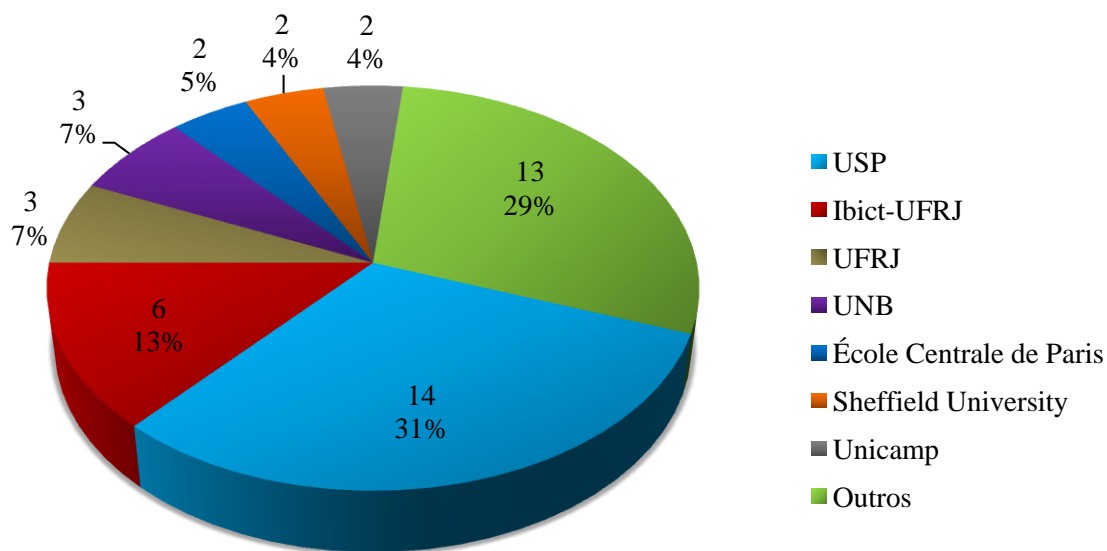


Fonte: Elaboração própria.

O gráfico mostra que 56% dos docentes orientadores têm sua última formação em Ciência da Informação, tendo a Comunicação como a segunda maior incidência, com 15%. Outras três áreas variaram entre três e dois docentes. A categoria “Outros” compreende as áreas de formação dos docentes que só apareceram uma única vez, sendo cinco deles de cinco áreas diferentes; as áreas são Biblioteconomia, Química, Artes, Letras e Ciência da Computação. Portanto, entre os 45 docentes orientadores, foram encontrados 10 campos distintos do conhecimento, havendo uma concentração das formações em Ciência da

Informação, campo de atuação desses docentes. O gráfico 17 apresenta as Instituições de Ensino Superior (IES) onde os 45 docentes cursaram os seus doutorados.

Gráfico 17 – Valores absolutos e relativos dos docentes orientadores por IES de titulação



Fonte: Elaboração própria.

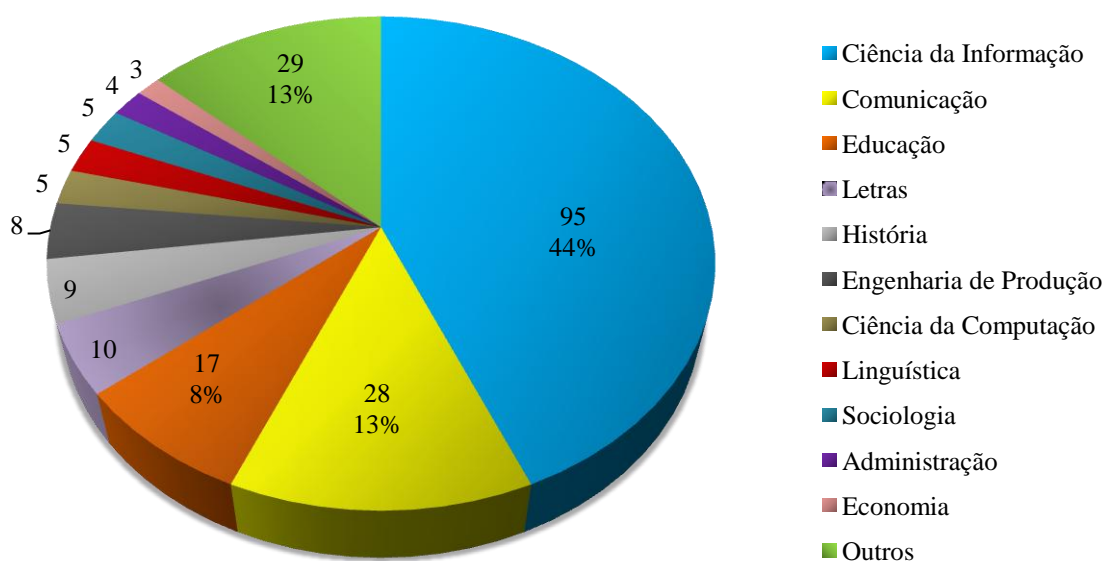
A USP⁶³ é a instituição que mais formou os docentes orientadores da Ciência da Informação, com 31%. No Brasil, a USP em diversas áreas do conhecimento, é uma das instituições que mais forma docentes, como por exemplo, na Sociologia (CAFÉ, 2012). Na Ciência da Informação, a segunda maior formadora dos docentes orientadores é o IBICT, com 13% dos docentes, sendo a primeira instituição a oferecer o curso de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, 1970. Outras cinco IES formaram 12 dos docentes orientadores, sendo três nacionais e duas estrangeiras – uma francesa e outra inglesa. Na categoria “Outros” estão arranjados 13 docentes com formação em 13 IES distintas. Das 13 IES, 10 são estrangeiras, sendo quatro americanas, duas inglesas, duas francesas, uma espanhola e uma alemã. As três IES nacionais que partilham da categoria “Outros” são a PUC-SP, UFMG e a UNESP. Portanto, ao todo, o campo de formação dos 45 docentes orientadores está distribuído entre 20 IES distintas, sendo 12 estrangeiras e oito nacionais. Contudo, apesar de haver mais IES estrangeiras do que nacionais na formação dos docentes

⁶³ A USP é a que mais formou docentes que atuam na área da Ciência da Informação. Porém, com titulação em Ciência da Informação, a Usp formou 6 e o IBICT formou 6, sendo 12 dos 25 (gráfico 16) docentes orientadores com titulação em Ciência da Informação formados por essas duas IES.

orientadores, o número de formação nas IES nacionais é muito maior; 31 dos 45 docentes orientadores têm suas respectivas formações no Brasil (69%).

No âmbito geral, dos 218 docentes credenciados entre 2004 e 2009 nos 14 PPGCIs, o campo com maior incidência na formação dos doutores é a Ciência da Informação, seguida da Comunicação, mas por uma longa distância entre as duas. Dentre as IES que mais formaram esses 218 docentes, a USP lidera o índice com 51 docentes formados por ela; logo vem o IBICT, como instituição estritamente vinculada ao campo da Ciência da Informação. O gráfico 18 apresentará o número de docentes por área de titulação e o quadro 13 os docentes por IES de formação.

Gráfico 18 – Frequência absoluta dos docentes da CI por área de titulação



Fonte: Elaboração própria.

Dos 218 docentes, 44% possuem formação em Ciência da Informação, número inferior à percentagem do grupo dos docentes orientadores (56%), mas ainda o campo com maior contingente de formação entre os docentes atuantes na Ciência da Informação. Assim como entre os docentes orientadores, a Comunicação é a segunda área de titulação com maior incidência entre os docentes, 13%. A categoria “Outros”, que também tem 13%, compreende as áreas de formação que possuem até dois docentes nela formados. Nesta categoria, foram

identificadas 21 áreas de titulação diferentes. O gráfico 18 ainda menciona outros oito campos, com destaque para a Educação, terceira área com maior índice de docentes formados.

Dando especial atenção para os docentes formados na Ciência da Informação, dentre os 95, a USP e o IBICT-UFRJ são as duas IES que mais titularam docentes em Ciência da Informação, 22 docentes cada. Após essas duas IES, se encontram a UFMG e a UnB, a primeira com 13 docentes e a segunda com 12 docentes titulados em Ciência da Informação. Dos 28 docentes formados em Comunicação, 13 foram titulados pela USP e nove pela UFRJ, quase 80% do total dos formados em Comunicação.

Saindo da especificidade da Ciência da Informação e alçando novamente para a totalidade, o quadro 13 apresenta as IES de formação dos 218 docentes.

Quadro 13 – Docentes da CI por IES de formação

IES	Docentes formados
USP	51
IBICT-UFRJ	22
UFMG	15
UFRJ	14
UNB	13
Unicamp	11
UFSC	9
Unesp	8
Ufba	5
Ufpe	4
Universidad Complutense	4
Loughborough Institute of Technology	3
PUC-SP	3
Sheffield University	3
Universidad Carlos III	2
École Centrale de Paris	2
UFPB	2
UFRGS	2
University of Liverpool	2
Outros	43
Total	218

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o quadro 13, a USP é a IES que mais formou os docentes que atuam na Ciência da Informação, assim como no grupo dos docentes orientadores,. Somente a USP formou 23% dos docentes. Dos 51 docentes formados pela USP, 22 foram titulados em Ciência da Informação, 43%. Logo após a USP aparece o IBICT-UFRJ, com 22 docentes formados, sendo todos eles titulados em Ciência da Informação. Na categoria “Outros” foram contabilizadas as IES que contavam apenas com um docente titulado durante o período da

pesquisa (2004-2009). Todas as IES que atingiram dois dígitos de docentes formados e atuantes na Ciência da Informação são brasileiras. Ao todo foram 21 IES brasileiras e 41 IES estrangeiras, quase o dobro de IES estrangeiras. Porém, numa comparação entre as IES nacionais e estrangeiras que mais formaram docentes que atuam nos PPGCIs brasileiros, as IES brasileiras titularam 167 docentes (77%) e as estrangeiras 51 docentes (23%). Ou seja, a incidência das IES estrangeiras se dá no âmbito individual de um ou até no máximo quatro docentes que se formaram por elas; ao contrário, as IES nacionais não são tão variadas, mas formaram uma quantidade bem maior de docentes.

7.2.2 A citação de livros nas teses da Ciência da Informação (2007-2009)

Citação é uma palavra que vem do latim *citationem*, *citatio*. Na Roma antiga a *citatio* era tida como um comando militar, que significava para o subordinado hierarquicamente “mova-se”, de fazer mover, *citare*. O verbo *citare*, do português citar, significa “fazer mover, chamar, despertar”, do frequente *ciere* “para mover, posto em movimento, agitar”. Essas derivações latinas vêm do grego *kinein* “para mover”, *kinymai* “mover-me”. A associação da palavra citação a um trecho textual, a uma passagem escrita, data do século XVI, entre 1530 e 1540. Ou seja, a citação textual nasce arqueologicamente⁶⁴ na mesma época em que os documentos científicos tinham uma “forma geométrica de documentação” (FROHMANN, 2009, p. 232), um modelo paradigmático de se constituir que, por sinal, inclui esse signo icônico, a citação. (COMPAGNON, 2007, p. 110)

Antoine Compagnon (2007, p. 44) afirma que falar da citação por si mesma não é possível, somente é possível falar de seu trabalho, do “trabalho da citação”. Logo, dirá Compagnon que a citação enquanto trabalho é “potência em ação”, “poder simbólico ou mágico da palavra”, ou seja, ao passo que a citação é palavra em ação, ela é *elocutio* (COMPAGNON, 2007, p. 81), *labor* que constitui o texto, labirinto: redes de citações em ação. Deste modo, a análise de citações nesta dissertação é entendida como um mergulhar no labirinto textual, em busca dos fios do tecido paradigmático que se constitui através do deslocamento da *dynamis* (potência) textual, num efeito intermitente de “eterno movimento”, como narrou Platão, concedendo à ação do paradigma dois verbos: tecer e cardar, ou ainda com a imagem de Compagnon, quando diz, “da citação, mascataria e tecelagem” (2007, p. 45).

⁶⁴ E neste sentido é citável Giorgio Agamben quando fala do método paradigmático: “la arqueología es siempre una paradigmátología” (2010b, p. 41)

A citação é “um operador trivial de intertextualidade”⁶⁵ (COMPAGNON, 2007, p. 58). Enquanto operador, a informação segundo Maria Néida González de Gómez é “um construto epistemológico que procura resgatar o construto cultural moderno [...] como operador de relação”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1995) Intersubjetivamente, a ciência se constroi. No senso de relação, a citação e a informação, enquanto elementos intertextuais e intersubjetivos são constructos que garantem o estado construído que confere sentido à ciência. Pierre Lévy afirma, “Fora da coletividade, desprovido de tecnologias intelectuais, o ‘eu’ não pensaria. O pretense sujeito inteligente nada mais é que um dos micros atores de uma ecologia cognitiva que o engloba e restringe”. (LÉVY, 1993, p. 135) A citação e a informação estão impregnadas de fluxos, circulações, alianças, movimentos, não se remetendo a uma entidade fixa, a uma fortaleza de intertextualidade como a Biblioteca de Babel. Assim, é possível dizer que a citação, juntamente com a informação, está envolvida no

[...] contínuo jogo de relações que se estabelece entre um enunciado científico e outro; a inegável circularidade que entrelaça as condições de produção e as de reconhecimento de um determinado conjunto de textos; a ininterrupta negociação travada entre os cientistas, suas comunidades e a sociedade; o movimento dinâmico que caracteriza o campo científico; o constante intercâmbio posicional entre um pesquisador e outro e a incessante luta de fronteiras que prevalece entre uma especialidade e outra (ODDONE, 2007, p. 118).

Os estudos de citação contavam, até algum tempo, apenas uma vertente de abordagem, a normativo-funcionalista, desenvolvida por Robert Merton (1985) e era praticada por diversos pesquisadores, como por exemplo, um dos mais reputados, Derek de Solla Price (1976). Esta vertente da sociologia da ciência aborda a citação como parte do sistema de recompensa e reconhecimento existente dentro do campo científico. É com a proposta teórica de Merton, servindo de base para que os estudos métricos da informação e seus índices de citações comecem a surgir, fortalecendo o que Wouters (1999) chamou de “cultura da citação”. Os estudos cientométricos auxiliam na avaliação da ciência e produzem recursos que servem de subsídios para as políticas científicas. Contudo, Blaise Cronin (1984) diz que essa relação estabelecida pela sociologia da ciência normativo-funcionalista de que uma citação se associa diretamente a uma qualidade do citado, isto é, ser citado é ser reputado, possui um teor metafísico, devido ao fato de prescrever uma norma sem que a mesma possua fundamentos empíricos observáveis. Deste modo, por outro lado, novos pesquisadores passam

⁶⁵ Ao invés de trivial, palavra que possui um sentido, de certa maneira, negativo no português, adota-se comum, ou seja, “um operador comum de intertextualidade”.

a caminhar noutro paradigma dos estudos sociais da ciência, criticando o caráter normativo das citações, desenvolvem estudos microssociológicos do *habitus* científico de citar e percebem que a citação possui um forte caráter persuasivo. A citação como um instrumento persuasivo (COZZENS, 1989; LATOUR, 2000b), não apenas uma parte do sistema de recompensas da ciência. Acerca desse processo, Richard Romancini (2010, p. 24) argumenta que

[...] o aspecto privilegiado pelas investigações, até então, era o sintático – o da relação de citações (signos) com citações (outros signos) –, observou que o processo também possui uma face semântica, na relação dos signos (citações) com o mundo exterior, e outra pragmática – relativa ao relacionamento entre as citações e os usuários.

A citação nos estudos sociais da ciência passa a ser percebida como processo, mobilização, “potência em ação”. Diz Romancini (2010, p. 24), “as citações são inseparáveis de seu contexto e suas condições de produção, bem como do seu conteúdo”. Logo, toda a descrição anterior a esta seção, assim como a configuração do cenário aonde as citações posteriormente analisadas virão se apresentar, são imprescindíveis por fatores históricos, sociais, políticos e epistemológicos que implicaram na constituição desses documentos-teses. Diante da preocupação com o contexto das teses e suas respectivas citações, as quatro características fundamentais das práticas documentárias serviram de norte para contextualização: a materialidade, o pertencimento institucional, o modo socialmente disciplinado e a historicidade (FROHMANN, 2009) das teses. Essas práticas documentárias localizam os documentos espaço-temporalmente e seus respectivos labirintos textuais, as redes de citações em ação.

Não caindo por sobre o normativismo mertoniano da sociologia da ciência, nem aderindo ao extremo relativismo que a posição dos estudos sociais da ciência pode suscitar, a posição-disposição deste trabalho acredita haver razoabilidade nos dois pontos de vista, tanto que há uma conotação de recompensa, reputação no ato de citar, porém não de modo normativo, como também há algumas citações que são proferidas para persuasão, com propósitos retóricos claros, mas que não correspondem a todas as citações, ainda que seja uma prática habitual. (BORNMANN; DANIEL, 2008)

Baseado nessa concepção de citação (*citare*), a pesquisa apresenta as citações proclamadas nas teses defendidas entre 2007 e 2009 na Ciência da Informação. A tabela 5 constitui uma representação panorâmica da tipologia das fontes de informação encontradas nas teses. O procedimento de levantar as fontes de informação baseia-se no proposto por

Hjørland (2002) quando argumenta que, para a análise de um domínio, a produção de guias de fontes de informação é um instrumento metodológico relevante para identificação das fontes mais presentes e desenvolvimento de uma visão contextual dos tipos documentais que o domínio (campo) mais utiliza, sendo a bibliometria e as citações um meio de se fabricar os guias das fontes de informação. A tabela 5 enfoca três fontes documentais em especial: os livros, as coletâneas e os artigos. Contudo, livros e coletâneas se apresentam unificados em somente uma categoria, pois apesar de o livro se inserir nesta pesquisa, até então como monográfico, e a coletânea ser constituída de capítulos de diversos autores, não-monográfica, ambos possuem a forma-conteúdo paradigmática do livro, independente de sua pragmática monográfica ou não-monográfica.

Tabela 5 – Fontes de informação citadas nas teses da CI (2007-2009)

PPGCI	Teses	%	Livros e Coletâneas	%	Artigos	%	Outros	%	Total de Citações	%
IBICT-UFF	10	11	790	13	484	10	573	10	1847	11
UFMG	25	27	1831	29	1431	32	1537	28	4799	29,5
UNB	24	26	1504	24	1242	28	1719	31	4465	27,5
Unesp	15	17	1102	17	744	18	851	16	2697	17
USP	17	19	1089	17	552	12	804	15	2445	15
Total	91	100	6316	100	4453	100	5484	100	16253	100

Fonte: Elaboração própria.

A tabela apresentada acima delinea a disposição das citações nas 91 teses defendidas. Antes de falar detidamente sobre as três fontes documentais focalizadas na tabela, faz-se necessário declarar quais fontes constituíram a categoria “Outros”, representando um alto número de citações (33,7%). Como o foco central da dissertação são os livros, e os artigos científicos são tradicionalmente instrumentos típicos dos acadêmicos - inclusive, segundo alguns autores, como Garvey e Griffith (1979), o artigo é o tipo documental mais reputado e por sua vez mais utilizado na ciência - ambos, livros e artigos, foram postos em evidência na pesquisa para efeito de comparação, sendo as outras fontes citadas consideradas secundárias para o propósito da pesquisa. Deste modo, a categoria “Outros” compreende as fontes secundárias ao escopo da pesquisa. Dentre as fontes secundárias que constituem a categoria “Outros” estão teses e dissertações, TCC, anais, legislação, normas técnicas, jornais, fontes da *web* e materiais não identificados.

Na tabela 5, é observável que do total das 16.253 citações, 6.316 são em livros, 5.006 em livros monográficos e 1.310 em coletâneas. Deste modo, a categoria livros e coletâneas

representa a maior parte das citações, 39%. Os artigos científicos obtiveram uma representação percentual de 27%, com 4.453 citações. A caixa-preta discursiva da ciência, assim, de que os artigos científicos são mais citados do que os livros, não se aplica ao contexto das teses da Ciência da Informação, defendidas entre 2007 e 2009. Pode ser levantado o alibi em prol da caixa-preta de que as teses, por serem tipos documentais que teoricamente são bem fundamentados utilizam mais livros do que artigos, esses últimos formas textuais mais breves e aplicadas, devido ao significado da sua forma-conteúdo. Porém, a comunicação de Rene Gabriel Júnior e Lidyane Lima (2012), ainda no prelo, levanta as citações dos artigos indexados na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), durante cinco anos não consecutivos, com variação de 10 anos para cada coleta (1972, 1980, 1990, 2000, 2010), e demonstra que o livro em todos os anos analisados é a fonte documental mais citadas entre os artigos também. A tabela 6 é uma reprodução dos dados apresentados por Gabriel Júnior e Lima (2012).

Tabela 6 – Referências dos trabalhos divididas por categorias e ano

Ano/Tipo	1972		1980		1990		2000		2010	
Livros/cap.	92	44%	172	45,1%	454	42,2%	2011	49,2%	4947	45%
Artigos	54	25,8%	73	19,2%	216	20,1%	846	20,7%	3136	28,5%
Internet	-	-	-	-	1	0,1%	104	2,5%	1182	10,7%
Eventos	2	1%	13	3,4%	34	3,2%	147	3,6%	570	5,2%
Dissertação	-	-	1	0,3%	18	1,7%	42	1%	207	1,9%
Tese	-	-	1	0,3%	8	0,7%	34	0,8%	152	1,4%
Outros	61	29,2%	121	31,8%	345	32,1%	904	22,1%	802	7,3%
Total	209	100	381	100	1076	100%	4088	100%	10996	100%

Fonte: Gabriel Júnior e Lima (2012, no prelo).

Nos cinco anos de análise dos artigos, foram encontradas 16.750 citações, sendo 7.676 dessas em livros, ou seja, 46% das citações dos artigos analisados foram em livros. Nas teses, conforme a tabela 5, foram quase 40% das citações em livros. Deste modo, tanto as teses analisadas por esta dissertação, como a comunicação de Gabriel Júnior (2012), abrem a caixa-preta carregada de univocidade acerca dos artigos científicos como fonte privilegiada da ciência e repõem os livros no debate da produção e reprodução da atividade científica. Diante da abertura desse espaço de debate sobre o campo (domínio) em suas fontes, percebe-se, nas 5 e 6, que, juntos, livros e artigos representam a maior parte das citações das teses (66%) e dos artigos (72%), sendo essas duas fontes documentais centrais na construção textual e discursiva dos enunciados da Ciência da Informação.

A tabela 5, das citações nas teses, apresenta livros e coletâneas numa só categoria. Porém, na seção anterior (7.1), que trata dos livros produzidos pelos agentes da Ciência da Informação entre 1998-2009, que atuam nos PPGCIs, o modelo de exposição desses dados foi dividido, isto não se deu por separação, mas por motivos didáticos de apresentação - em livros e coletâneas, a tabela 7 –, com o intuito de tornar mais paradigmática (exemplar) a exposição dos elementos gráficos e tabulares; assim, diferiu-se a categoria “Livros e coletâneas” da tabela 5, gerando uma categoria para os livros monográficos e outra para as coletâneas na tabela a seguir.

Tabela 7 – Livros e coletâneas citados nas 91 teses da CI (2007-2009)

PPGCI	Teses	Livros (L)	%	Coletâneas (C)	%	Total (L+C)	%	Total de citações
IBICT-UFF	10	639	35	151	8	790	43	1847
UFMG	25	1417	29	414	9	1831	38	4799
UNB	24	1219	27	285	6	1504	33	4465
Unesp	15	810	30	292	11	1102	41	2697
USP	17	921	38	168	7	1089	45	2445
Total	91	5006	31	1310	8	6316	39	16253

Fonte: Elaboração própria.

Conforme tabela acima, os livros têm quase que quatro vezes (3,83) mais citações do que as coletâneas. No que concerne às citações aos livros, foi preservado a proporção de quem mais produziu teses citou mais. Contudo, na singularidade das citações por PPGCI, o maior índice de citações a livros foi o da USP, com 38% das citações, seguido do IBICT-UFF com 35% das citações. Os dois PPGCIs com os maiores índices de citações a livros por quantidade, UFMG e UnB, foram os que proporcionalmente utilizaram menos os livros em relação aos outros programas, UFMG (29%) e UnB (27%). No que diz respeito às coletâneas, a UNESP, diante do total das suas citações, foi a que mais utilizou este tipo de documento (11%). Os outros programas ficaram com mais ou menos a mesma percentagem de uso das coletâneas, chamando a atenção apenas para a UnB que foi a segunda maior produtora de teses, embora tenha sido a que menos se utilizou das coletâneas para a construção das teses. De acordo com o total das citações em livros e coletâneas por PPGCI, a UFMG e a UnB foram os programas que proporcionalmente utilizaram menos livros e coletâneas: a primeira 38% e a segunda, 33%. Na sequência, USP, IBICT-UFF e UNESP foram os que mais utilizaram esses tipos documentos, livros e coletâneas, 38%, 35% e 30%, respectivamente.

O quadro 14 é uma representação do top 30 das citações a livros encontradas nas teses. Das 5.006 citações a livros encontradas, o top 30 dessas citações representam 422 citações, 8% do total. O top 30 compreende os livros citados até 9 vezes.

Quadro 14 – Top 30 das citações a livros nas teses da CI (2007-2009)

Autores	Títulos	Total
LE COADIC, I. F.	A Ciência da Informação	32
CASTELLS, M.	A sociedade em rede	31
DAVENPORT, T.	Ecologia da informação	20
CHOO, C. W.	A organização do conhecimento	19
FERREIRA, A.	Novo dicionário Aurélio	19
MINAYO, M. C. S.	O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde	18
GIL, A. C.	Métodos e técnicas de pesquisa social	17
KUHN, T.	A estrutura das revoluções científicas	17
YIN, R.	Estudo de caso: planejamento e métodos	16
BURKE, P.	Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot	15
LÉVY, P.	As tecnologias da inteligência	14
MCGARRY, K.	O conceito dinâmico da informação	13
NONAKA, I.; TAKEUCHI, H.	The knowledge creating company	13
ROBREDO, J.	Da ciência de informação revisitada aos sistemas humanos de informação.	13
BARDIN, L	Análise de conteúdo	12
OTLET, P.	Traité de Documentation: le livre sur le livre	12
BOURDIEU, Pierre	O poder simbólico	11
DAVENPORT, T.; PRUSAK, L.	Conhecimento empresarial	11
LANCASTER, F. W.	Indexação e resumos: teoria e prática	11
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.	Fundamentos de metodologia científica	11
MCGEE, J. V.; PRUSAK, L.	Gerenciamento estratégico da informação	11
TRIVIÑOS, A.	Introdução à pesquisa em ciências sociais	11
LAVILLE, C.; DIONNE, J.	A construção do saber	10
LÉVY, P.	Cibercultura	10
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M	Metodologia científica	10
BERGER, P. L.; LUCKMANN, T.	A construção social da realidade	9
GUINCHAT, C.; MENO, M.	Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação	9
MEADOWS, A.	A comunicação científica	9
ROBREDO, J.	Documentação de hoje e de amanhã	9
SANTOS, Boaventura S.	Um discurso sobre as ciências	9

Fonte: Elaboração própria.

Dos 30 livros mencionados acima como os mais citados, algumas características saltam aos olhos: os dois primeiros livros, *A ciência da informação* e *A sociedade em rede*,

são em disparado os mais citados, pois o terceiro, *Ecologia da informação*, está mais de 10 citações atrás dos dois primeiros. O livro mais citado, de Yves-François Le Coadic (2004), é um exemplo de manual científico, ainda que possua posições-disposições conceituais com as que esta dissertação não se assemelha; trata-se de um “exemplo” de “coisa epistêmica” marcada para ser um manual, vide, por exemplo, a estruturação do sumário, signo icônico textual, do livro. A forma didática do manual – *textbook* –, como concebida histórica e culturalmente por Hamilton (1990), direcionada ao ensino, é reconhecível no livro de Le Coadic. Deste modo, por empiria, a forma-conteúdo livro-manual, *textbook*, mostra sua força com o livro mais citado pelas teses analisadas. O segundo mais citado, *A sociedade em rede*, trata em uma perspectiva geral a configuração contemporânea da sociedade em suas concepções históricas, tecnológicas, culturais, trabalhistas, todas implicadas, segundo Castells (2006), na ordem globalizada do mundo atual pela economia informacional. Este livro atinge diversos campos do saber, inclusive o da Ciência da Informação em seus questionamentos informacionais.

Diante do quadro 14, num segundo momento, torna-se válido comentar que dos 30 livros listados, 7 são de metodologia e 1 é dicionário, ou seja, obras de abrangência geral (obras de referência): as primeiras dizem respeito às práticas acadêmico-científicas e o dicionário, às práticas textuais concernentes à concepção dos documentos. Do campo singular da Ciência da Informação, foram identificados outros 7, sendo todos de autores estrangeiros, onde somente um deles, o professor Jaime Robredo, atuou nos PPGCIs nacionais. Dos sete livros da Ciência da Informação, entre o top 30, apenas o de Paul Otlet não está em português. Os outros 15 livros restantes estão num território misto de discussão que habita, em especial, as ciências humanas e sociais de modo geral.

Entre os 30 livros que ocupam a Zona A, top 30 dos mais citados, outra característica chamou a atenção: 5 autores correspondem a 8 livros que aparecem 2 vezes na lista, com 2 livros cada; são eles: Thomas Davenport, Pierre Lévy, Jaime Robredo e Eva Lakatos e Marina Marconi. A lista das citações foi dividida arbitrariamente em três zonas, com intuito de facilitar a visualização de como estão arrançadas as 5.006 citações a livros encontradas nas 91 teses analisadas. A tabela a seguir demonstra as frequências absoluta e relativa das três zonas de citações, denominadas Zona A, Zona B e Zona C, todas classificadas por intervalos de classe como denominado pelos estudos estatísticos.

Tabela 8 – Frequência absoluta e relativa das zonas de citações em livros presentes nas teses da CI (2007-2009)

Zona de citações	Títulos (T)	%	Total das citações (TC)	%	TC/T
Zona A	32 – 8	30	422	8	14
Zona B	7 – 4	134	698	14	5,2
Zona C	3 – 1	3292	3886	78	1,2
Total		3456	5006	100	1,4

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela 8, foram identificados 3.456 livros citados, correspondentes a 5.006 citações, uma média de 1,4 de citações por título. Tal média acontece devido aos dados encontrados na Zona C. Do total dos 3.456 livros citados, 3.292 pertencem à Zona C, 95,2%. Desta percentagem, os livros que foram citados entre 2 e 3 vezes representam 14%, 464 títulos. Os livros que foram citados somente uma vez representam 86% do total da Zona C, isto é, 2.828 livros. Comparado com o número total de títulos, 3.456, os livros que foram citados somente uma vez representam 82%. Portanto, a Zona C é onde se concentra a maior parte dos livros encontrados. Por consequência, é nesta mesma zona que se observa o maior índice de citações, 3.886, o que equivale a dizer que 78% das citações encontradas ocorreram no máximo 3 vezes. Para ser mais claro, das 3.886 citações 2.828 ocorreram apenas uma vez, 73%. Em comparação com o total de citações a livros, 5.006, a classe dos 2.828 citações representa 56% do total das citações.

Contudo, apesar da maioria dos livros e das citações estarem concentradas na Zona C, a concentração dos livros mais citados se encontra na Zona A. A última coluna da tabela 8 demonstra que 422 citações foram encontradas em apenas 30 livros, o que dá uma média de 14 citações por livro, ou seja, proporcionalmente a Zona A é o *locus* onde estão os livros mais citados pelas teses, conforme o quadro 14. Apesar dos 30 livros da Zona A representarem apenas 0,9% do total dos livros encontrados, eles são citados em média 14 vezes; em comparação, a Zona C possui 95,2% dos livros, mas que em média são citados somente uma única vez (1,4). Isto significa, de acordo com as duas visões apresentadas acerca de uma contingente teoria da citação nos primeiros parágrafos deste tópico, que os livros da Zona A tanto são mais reputados pelo campo científico quanto são utilizados com mais frequência para a persuasão dos agentes do campo.

Conservando a linha de exposição, o quadro seguinte apresenta os 52 autores mais presentes entre as citações aos livros encontradas nas 91 teses da Ciência da Informação (2007-2009).

Quadro 15 – Os 52 autores de livros mais citados nas teses da CI (2007-2009)

Autores	Total de citações
BOURDIEU, Pierre	55
LÉVY, Pierre	48
MORIN, Edgar	48
CASTELLS, Manuel	44
HABERMAS, Jürgen	39
DAVENPORT, Thomas	36
LANCASTER, Frederick	33
LE COADIC, Yves-François	33
MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva	29
GIL, Antônio Carlos	27
CHOO, Chun Wei	25
BURKE, Peter	23
PIAGET, Jean	23
ROBREDO, Jaime	23
SANTOS, Boaventura de Sousa	23
JAPIASSU, Hilton	22
MATTELARD, Armand	20
ECO, Umberto	19
FERREIRA, Aurélio	19
FREIRE, Paulo	19
MINAYO, Maria Cecília de Souza	19
BAUMAN, Zygmunt	18
LATOUR, Bruno	18
CHAUÍ, Marilena	17
DEMO, Pedro	17
KUHN, Thomas	17
SANTOS, Milton	17
DELEUZE, Gilles	16
DRUCKER, Peter	16
YIN, Robert	16
BARTHES, Roland	15
FOUCAULT, Michel	15
SANTAELLA, Lúcia.	15
ZIMAN, John	15
DERRIDA, Jacques	14
GEERTZ, Clifford	14
GIDDENS, Anthony	14
NONAKA, Ikujiro	14
OTLET, Paul	14
KOTLER, Philip	13
LISPECTOR, Clarice	13
MCGARRY, Kevin	13
PEIRCE, Charles	13
PORTER, Michael	13
RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita	13
BARDIN, Laurence	12
FIGUEIREDO, Nice	12
CANCLINI, Nestor	11
COELHO NETTO, José Teixeira.	11

KAPLAN, Robert; NORTON, David	11
-------------------------------	----

Fonte: elaboração própria.

O quadro 15 apresenta os 52 autores de livros mais citados nas teses da Ciência da Informação (2007-2009). O quadro está disposto em 50 linhas, mas por haver duas autorias duplas dentre as 48 únicas, o total ficou em 52 autores. Dentre os 5 primeiros, há somente sociólogos e filósofos. O filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu foi o autor mais citado. Na lista, entre os 52 autores, apenas 7 possuem laços diretos com o campo científico da Ciência da Informação: Frederick Lancaster, Yves-François Le Coadic, Jaime Robredo, Paul Otlet, Kevin McGarry, Shiyali Ranganathan e Nice Figueiredo. Dos 7, 2 atuaram no Brasil, Jaime Robredo e Nice Figueiredo. A grande parte dos 52 autores pertence aos campos da Sociologia, Filosofia e Administração, porém outros campos, como o da Educação, com Paulo Freire, da Geografia, com Milton Santos, da Antropologia, com Clifford Geertz, da História, com Peter Burke, estão representados. Ainda entre os autores dessa Zona A, há cinco autores de livros de metodologia, um dicionarista e uma escritora de literatura. Sobre a escritora Clarice Lispector, ela aparece entre os 52 mais citados, pois uma tese da USP tratou de modo extensivo sobre o seu trabalho, o que lhe concedeu tantas citações.

A tabela 9 a seguir, similar à tabela 8, apresenta as zonas de citações dos autores dos livros citados nas teses defendidas entre 2007 e 2009 na Ciência da Informação.

Tabela 9 – Frequência absoluta e relativa das zonas de citações dos autores dos livros presentes nas teses da CI (2007-2009)

Zona de citações	Total das citações (TC)	%
Zona A 55 – 11	1044	21
Zona B 10 – 4	1051	21
Zona C 3 – 1	2911	58
Total	5006	100

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 9, a Zona C concentra a maioria dos autores dos livros citados. Os livros dos autores que foram citados apenas uma vez representam 63% da Zona C e 37% do total dos citados. Em valores absolutos, foram 1.846 livros citados somente uma única vez. Contudo, os livros dos autores mais citados estão concentrados no pequeno grupo dos 52 autores da Zona A. A variação do intervalo de classe da Zona A é de 44 citações, enquanto a Zona B é de seis e a C de duas citações. Logo, os autores de livros mais reputados e utilizados para a

retórica do discurso acadêmico-científico da Ciência da Informação nas teses estão posicionados na Zona A.

Em continuação à exposição dos livros nas teses da Ciência da Informação (2007-2009), a partir de agora será apresentado o cenário das coletâneas citadas. O quadro 16 apresenta o Top 22 (Zona A) das coletâneas citadas nas teses. O limite de 22 coletâneas foi estabelecido pelos motivos fronteiros dos intervalos de classe que serão expostos em tabela posterior ao quadro.

Quadro 16 – Top 22 das citações a coletâneas nas teses da CI (2007-2009)

Autores	Títulos	Total
VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise	Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives	20
AQUINO, Mirian de Albuquerque	O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades	18
TAKAHASHI, Tadao	Sociedade da informação no Brasil: livro verde	15
GOMES, Hagar Espanha	Ciência da Informação ou Informática?	14
RICHARDSON, Roberto Jarry	Pesquisa social: métodos e técnicas	13
LASTRES, Helena M.M.; ALBAGLI, Sarita	Informação e globalização na era do conhecimento	12
VALENTIM, Marta Lígia Pomim	Formação do profissional da informação	11
VALENTIM, Marta Lígia Pomim	Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação	11
MINAYO, Maria Cecília de Souza	Pesquisa social: teoria, método e criatividade	9
RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Ilza Leite	Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação	9
VALENTIM, Marta Lígia Pomim	Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional	9
OLIVEIRA, Marlene	Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação	8
PINHEIRO, Lena Vânia	Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade	8
VALENTIM, Marta Lígia Pomim	Atuação profissional na área de Informação: o bibliotecário	8
CUNHA, Isabel Maria	Análise documental: considerações teóricas e experimentações.	7
TARAPANOFF, Kira	Inteligência organizacional e competitiva	7
TARAPANOFF, Kira	Inteligência, informação e conhecimento em corporações	7
CARRARA, Kester	Educação, universidade e pesquisa.	6
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néliida; ORRICO, Evelyn G. D.	Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento.	6
MORAES, Dênis	Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder	6
ORTIZ, Renato	Pierre Bourdieu: sociologia	6
PAIM, Isis	A gestão da informação e do conhecimento	6

Fonte: Elaboração própria.

Do conjunto de 1.310 coletâneas citadas que compõem o total de citações a livros, 6.316, as 22 coletâneas acima apresentadas representam o núcleo das coletâneas mais citadas. Em referência ao top 30 dos livros, exposto no quadro 14, onde do total apenas 7 livros estavam diretamente associados à Ciência da Informação, o quadro 16 expõe um cenário distinto. Das 22 coletâneas listadas na Zona A das citações, 17 estão vinculadas de modo direto ao campo da Ciência da Informação. A coletânea mais citada está em inglês e é fruto de uma conferência internacional histórica da Ciência da Informação ocorrida em 1991, na Universidade de Tempere na Finlândia; diversos dos nomes mais iminentes da Ciência da Informação no mundo possuem textos nesta coletânea, que se tornou referência, em especial, nos estudos epistemológicos do campo (VAKKARI, P.; CRONIN, B., 1992). Das outras três coletâneas que estão posicionadas no topo do ranking das citações, todas estão em português e contam com uma historicidade reconhecida na Ciência da Informação brasileira. Inicialmente, a coletânea da professora Hagar Espanha Gomes (1980) é um marco histórico na Ciência da Informação brasileira, simbolizando o período de questionamentos do campo sobre o seu nomear, se Ciência da Informação, vertente americana, ou Informática, vertente soviética. A coletânea organizada por Tadao Takahashi é também um símbolo, pois se trata de um pronunciamento governamental acerca da sociedade contemporânea, dita informacional. Este pertencimento institucional do livro verde, por ser “daquilo que governa”, o Estado, é um marco de reconhecimento de um tempo histórico singularmente tratado por um dos campos surgidos envolto nesse tempo, a Ciência da Informação. Por fim, a segunda coletânea mais citada, da Mirian Aquino, simboliza em extensão e singularidade, o campo da Ciência da Informação; levanta em todos os capítulos problemas e posições nucleares do debate informacional, além de ser em português, o que influencia no índice de citações; é uma coletânea seminal para os estudos sociais da informação, como referido por González de Gómez (2002) em um dos capítulos da coletânea.

Duas autoras têm mais de uma coletânea entre as 22 mais citadas. A docente da UnB, Kira Tarapanoff, com duas coletâneas na Zona A; a outra, da UNESP, Marta Valentim, com quatro coletâneas na zona dos mais citados; tal recorrência leva as duas docentes para o topo do índice dos autores de coletâneas mais citados, conforma será exposto no próximo quadro.

Contudo, a representação tabular a seguir, estruturalmente disposta como a tabela 8, delinea os intervalos de classe, constituídos através das zonas de citações das coletâneas nas teses da Ciência da Informação (2007-2009).

Tabela 10 – Frequência absoluta e relativa das zonas de citações das coletâneas presentes nas teses da CI (2007-2009)

Zona de citações	Títulos (T)	%	Total das citações (TC)	%	TC/T	
Zona A	20 – 6	22	2,5	216	16,5	10
Zona B	5 – 3	30	3,5	106	8,1	3,5
Zona C	2 – 1	813	94	988	75,4	1,2
Total		865	100	1310	100	1,5

Fonte: Elaboração própria.

Assim como entre os livros, a Zona C é onde está concentrada a maior parte das coletâneas citadas. Esta zona representa 94% delas, contudo, citadas apenas uma ou duas vezes. A Zona A representa apenas 2,5%, porém estas coletâneas foram citadas em média 10 vezes. Em comparação, a Zona C possui uma média de apenas uma citação por coletânea. A concentração das citações na Zona A levou-a a contabilizar mais citações do que a zona B. A Zona A tem 16,5% das citações, enquanto a Zona B, 8,1% do total das citações. Ainda que seja a zona com o menor índice de citações, as coletâneas da Zona B têm em média 3,5 citações.

As 1.310 coletâneas representam 21% dos livros citados pela Ciência da Informação. Este tipo documental, ainda que percentualmente inferior aos livros monográficos, concentra em sua zona de prestígio uma maior recorrência aos documentos singulares da Ciência da Informação, fato possível de ser identificado, além da temática, pelos autores, que estão em sua maioria vinculados aos PPGCIs. Talvez a coletânea, no íterim maior da conceituação dos livros, seja o tipo documental mais identificado com a Ciência da Informação; por exemplo, na seção anterior (7.1.2, quadro 7), observa-se que as coletâneas possuem uma produção maior do que a dos livros monográficos. Logo, diante de tal identificação do campo da Ciência da Informação com as coletâneas, tendo a Zona A 77% das suas coletâneas diretamente vinculadas à Ciência da Informação, pode-se dizer também que esse tipo documental goza de um grande prestígio no campo, assim como é utilizado na retórica discursiva, em especial das teses, de onde foram retirados tais dados.

O quadro 17, a seguir, apresenta os autores de coletâneas mais citados nas teses da Ciência da Informação (2007-2009). Neste quadro, estão os 57 autores mais citados⁶⁶ nas coletâneas, que representam a Zona A da autoria das coletâneas.

⁶⁶ É necessário dizer que alguns (co)autores de coletâneas não foram identificados, devido à omissão dos seus nomes, mediante o uso da expressão latina *et al.*. Algumas coletâneas com tais contrações foram identificadas no ambiente *web* e complementadas com os respectivos nomes que faltavam; outras não obtiveram o mesmo êxito. Contudo, a legitimidade dos dados ainda é válida devido à grande incidência das autorias únicas e duplas, sendo a contração, *et al.*, de certa maneira rara entre os dados.

Quadro 17 – Os 57 autores de coletâneas mais citados nas teses da CI (2007-2009)

Autores	Total de citações
VALENTIM, Marta Lúcia Pomim	41
LASTRES, Helena	21
CASSIOLATO, José	21
MACIEL, Maria Lúcia	21
VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise	20
AQUINO, Mirian de Albuquerque	18
GOMES, Hagar Espanha	17
TARAPANOFF, Kira	16
TAKAHASHI, Tadao	15
MINAYO, Maria Cecília de Souza	14
RICHARDSON, Roberto Jarry	13
CAMPELLO, Bernadete	12
POMBO, Olga	11
MORAES, Dênis	10
PINHEIRO, Lena Vânia	9
RODRIGUES, Georgete; LOPES, Ilza Leite	9
MUELLER, Suzana	9
KURAMOTO, Hélio	9
OLIVEIRA, Marlene	8
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide	8
CUNHA, Isabel Maria	7
ORRICO, Evelyn	7
CENDÓN, Beatriz; KREMER, Jeanette	6
CARRARA, Kester	6
GARCIA MARCO, Francisco Javier	6
ORTIZ, Renato	6
PAIM, Isis	6
PARENTE, André	6
GUERREIRO, António; FRANCO ALEXANDRE, António	6
SMIT, Johanna W	6
TOUTAIN, Lúcia	6
BAPTISTA, Sofia Galvão	5
BAUER, Martin; GASKELL, George	5
BRASIL	5
DENZIN, Norman K.; LINCON, Yonna S.	5
DOMINGUES, Ivan	5
GLAZIER, Jack; POWELL, Ronald	5
MARTINS, Francisco; SILVA, Juremir	5
BARATIN, Marc; JACOB, Christian	4
DUTRA, Joel	4
FEATHERSTONE, Mike	4
FLEURY, Maria Tereza	4
LÓPEZ YEPES, José	4
MICELI, Sergio	4
MORIN, Edgar	4
NAVAES, Madalena	4
NOVAES, Adauto	4
RICHARDSON, John	4

Fonte: Elaboração própria.

Muito à frente dos outros, a docente do PPGCI-UNESP, Marta Valentim foi a autora de coletânea mais citada entre todos os autores deste tipo documental. A autora possui quase o dobro de citações da segunda posição. O quadro 16 prenunciava tais números, onde Marta Valentim aparecia com quatro coletâneas no top das 22 coletâneas mais citadas. Essas quatro coletâneas representam 39 das 41 citações recebidas, outra coletânea completa as duas citações restantes. O número que equivale à segunda posição, também equivale à terceira e à quarta, isto é, três autores ficaram com o mesmo número de citações. Dos nove autores mencionados nos primeiros índices, todos atuam no campo da Ciência da Informação, sendo que desses, sete atuaram ou atuam nos PPGCIs brasileiros. É notável no espectro geral dos autores de coletâneas desta Zona A, que a grande maioria deles são docentes da Ciência da Informação, que estiveram ou estão credenciados em algum programa de pós-graduação da Ciência da Informação brasileira. Portanto, seguindo o dito nos primeiros parágrafos deste tópico sobre as “teorias da citação”, esses 57 autores de coletâneas estão entre os mais reputados (por impacto e por retórica) do campo da Ciência da Informação, não somente por organizarem as coletâneas, o que não retira o mérito da autoria, mas também pelo respectivo prestígio de reunir os autores dos capítulos e, ao final, as coletâneas reproduzirem o saber do campo, como por exemplo, nas teses. A tabela 11, similar em sua estrutura à tabela 9, apresenta os intervalos de classe que constituem as zonas de citações dos autores, assim como os valores absolutos e relativos das citações às coletâneas.

Tabela 11 – Frequência absoluta e relativa das zonas de citações dos autores das coletâneas presentes nas teses da CI (2007-2009)

Zona de citações	Total das citações (TC)	%
Zona A 41 – 4	445	34
Zona B 3 – 2	242	18,5
Zona C 1 – 0	623	47,5
Total	1310	100

Fonte: Elaboração própria.

A representação tabular anterior mostra o que já foi visto nas outras tabelas similares, a Zona C com o maior número de citação, mas citações que ocorrem apenas uma única vez. Na Zona C das citações, as coletâneas representam apenas os trabalhos citados uma vez, isto é, 47,5% das citações, 623 coletâneas.

Diante do delineamento deste cenário dos livros delineado, os quadros a seguir procuram estabelecer o cotejo entre os dados referentes à produção editorial dos PPGCIs nacionais, firmados na seção 7.1.2, com os dados dos livros citados nas teses na seção 7.2.2.

Como os dados estão divididos entre livros monográficos e coletâneas, os cotejos das citações destes dois tipos, que compõem o entendimento do livro de modo geral, estarão arranjados primeiro em livros e segundo em coletâneas, ambos produzidos pelos PPGCIs e citados nas teses defendidas entre 2007-2009.

Quadro 18 – Livros produzidos pelos PPGCIs (1998-2009) citados nas teses (2007-2009)

Autores	Títulos	Citações
ROBREDO, Jaime	Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação	13
ROBREDO, Jaime	Documentação de hoje e de amanhã	9
CINTRA, Anna Maria et al.	Para entender as linguagens documentárias	8
ALMEIDA, Maria Christina	Planejamento de bibliotecas e serviços de informação	6
CASTRO, César	História da Biblioteconomia brasileira	4
THIOLLENT, Michel	Metodologia da pesquisa-ação	4
RONDINELLI, Rosely Curi	Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos	4
SMIT, Johanna; KOBASHI, Nair	Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos	3
COELHO NETTO, José	Semiótica, Informação e Comunicação	3
CUNHA, Murilo	Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia	2
LIMA-MARQUES, Mamede	Ontologias: da filosofia à representação do conhecimento	2
VARELA, Aida	Informação e construção da cidadania	1
JANNUZZI, Paulo	Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações	1
LIMA, Justino; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo	Bibliotecas & bibliotecários: situações insólitas	1
SOUZA, Francisco	Modernização e Biblioteconomia nova no Brasil	1
SOUZA, Franciso	O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro - século XX	1
VERGUEIRO, Waldomiro	Qualidade em serviços de informação	1
LEITÃO, Bárbara	Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária	1
AMARAL, Sueli Angélica	Marketing: abordagem em unidades de informação	1
DIAS, Cláudia Augusto	Segurança e auditoria da tecnologia da informação	1
MIRANDA, Antônio; SIMEÃO, Elmira	O texto virtual e os sistemas de informação (nova leitura das propostas de Ítalo Calvino)	1
ARAÚJO JÚNIOR, Rogério	Precisão no processo de busca e recuperação da informação	1
FONSECA, Maria Odila	Arquivologia e Ciência da Informação	1

Fonte: Elaboração própria.

Dos 58 livros produzidos pelos PPGCIs entre 1998 e 2009, conforme referido no quadro 5, 23 foram citados nas teses (40%). Dos 23 citados, 12 possuem apenas uma citação. Ao total foram 70 citações aos 23 livros, sendo os do docente Jaime Robredo os mais citados.

Das 5.006 que representam o total das citações a livros nas teses, 70 citações representam 1,4% do total das citações⁶⁷. Ou seja, a produção editorial em livros realizada pelos PPGCIs durante os 12 anos de análise (1998-2009) citada nas teses é de 1,4%, número muito baixo com referência ao contexto de realização das teses, campo da Ciência da Informação, e pelo fato de que as teses da Ciência da Informação citam mais livros do que qualquer outra fonte de informação, sendo que esses livros, como já demonstrado no quadro 14 e agora com o quadro 18, não são ou não foram produzidos pelos agentes do campo da Ciência da Informação. Nada impede que livros de outros campos sejam citados, muito pelo contrário, é extremamente enriquecedora a experiência de outros contextos incorporada às práticas dos estudos sociais da informação, contudo, para que haja o que diversos pesquisadores chamam de interdisciplinaridade, é necessário haver ao menos dois campos disciplinares, no caso a Ciência da Informação em relação com outros, o que de antemão se vê fragilizado com a debilitada ressonância dos livros nas teses do campo.

Outro ponto que chama a atenção no quadro 18 é que, dos 23 livros citados, 13 tratam diretamente de assuntos da Biblioteconomia ou da Arquivologia. Isto é, mais da metade dos livros produzidos pelos PPGCIs (1998-2009) citados nas teses são dos campos da Biblioteconomia e da Arquivologia, espaços reconhecidos por alguns como dialógicos para com os estudos sociais da informação ou, por outros, como separados, como saberes distintos. Neste ponto, é importante dizer que a Ciência da Informação tradicionalmente só se constituiu como pós-graduação *stricto sensu*, assim como o é no Brasil, por exemplo, o curso de Antropologia. Os mestres e doutores em Ciência da Informação, em sua maioria, constituem-se por serem docentes nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Documentação ou Arquivologia, devido à abertura da esfera legal que legitima os concursos para docentes nesses campos. Desta maneira, os docentes formados em Ciência da Informação, que atuam na Biblioteconomia, na Documentação ou na Arquivologia, quando falam desses campos, de alguma maneira não falam da Ciência da Informação?⁶⁸ Talvez, o quadro 18 diga algo a respeito disto, em especial, na direção afirmativa de uma possível resposta.

O quadro 19 apresenta as coletâneas produzidas pelos PPGCIs citadas nas teses da Ciência da Informação (2007-2009).

⁶⁷ Importante ressaltar o que já foi mencionado na metodologia, isto é, que os livros produzidos pelos PPGCIs durante o período de produção das teses (2007-2009) possuem um curto período de tempo para serem reproduzidos, ou ainda, alguns livros são impossíveis de terem sido citados nas teses, como por exemplo, o livro que foi publicado em 2008 não tem como estar citado, a não ser no prelo, nas teses de 2007. Porém, não inviabiliza a pesquisa diante de serem três anos numa análise de 12.

⁶⁸ Como diria João Cabral de Melo Neto: “[...] Quis falar de coisas./ Mas na seleção dessas coisas não haverá um falar de mim?/ Não haverá nesse pudor/ de falar-me uma confissão,/uma indireta confissão,/pelo avesso, e sempre impudor?/A coisa de que se falar/até onde está pura ou impura? [...]” (2007, p. 9)

Quadro 19 – Coletâneas produzidas pelos PPGCIs (1998-2009) citadas nas teses (2007-2009)

Autores	Títulos	Citações
LASTRES, Helena; ALBAGLI, Sarita	Informação e globalização na era do conhecimento	12
PINHEIRO, Lena Vânia	Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade	8
OLIVEIRA, Marlene	Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação	8
TARAPANOFF, Kira	Inteligência organizacional e competitiva	7
PAIM, Ísis	A gestão da informação e do conhecimento	6
GONZÁLEZ GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn	Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento	6
TOUTAIN, Lídia et al.	Bibliotecas digitais: saberes e práticas	5
VIDOTTI, Silvana	Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas	5
CABRAL, Ana Maria; REIS, Alcenir	Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas	3
PASSOS, Rosemary; SANTOS, Gildenir	Competência em informação na sociedade da aprendizagem	2
MIRANDA, Antônio; SIMEÃO, Elmira	Informação e tecnologia: conceitos e recortes	2
MUELLER, Suzana	Métodos de pesquisa para Ciência da Informação	2
CAMPELLO, Bernadete et al.	A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica	2
TOUTAIN, Lídia	Para entender a Ciência da Informação	1
SOUTO, Leonardo	O profissional da informação em tempos de mudanças	1
VERGUEIRO, Waldomiro et al.	Como usar histórias em quadrinhos em sala de aula	1
COSTA, Luzia; FURNIVAL, Ariadne	Informação e conhecimento: aproximando áreas de saber	1
VALENTIM, Marta	Informação, conhecimento e inteligência organizacional	1
GUIMARÃES, José Augusto; FERNANDÉZ MOLINA, Juan	Aspectos jurídicos e éticos da informação digital	1
GUIMARÃES, José Augusto; FUJITA, Mariângela	Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar	1
VALENTIM, Marta	Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação	1
MIRANDA, Antônio	Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão	1
PINHEIRO, Marta	Observatório da inclusão digital: Descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão	1
VERGUEIRO, Waldomiro; MIRANDA, Angélica	Administração de unidades de informação	1

Fonte: Elaboração própria.

Se posto em relação com os quadros 16 e 17, o quadro 19 apresenta alguns estranhamentos em relação aos seus dados. No quadro 16, por exemplo, a docente Marta

Valentim aparece com quatro coletâneas entre as mais citadas e no quadro 17 como a autora de coletânea que mais recebeu citações ao todo, 41 citações. Já no quadro 19, Marta Valentim aparece com apenas duas coletâneas citadas, totalizando apenas duas citações, uma para cada coletânea. O desacordo que aí reside é que os quadros 16 e 17 tratam do volume total de citações retiradas diretamente das teses e o quadro 19 trata das coletâneas anunciadas pelos PPGCIs nos Cadernos de Indicadores da CAPES. Desta maneira, para que as coletâneas sejam anunciadas como produção pelos PPGCIs na CAPES, é necessário que o docente-autor esteja credenciado no programa. O caso da docente Marta Valentim é que esta se credencia no PPGCI da UNESP em 2006, sendo todos os livros ao qual se referem os quadros 16 e 17 datados de 2005 até 2000. Desta forma, essas coletâneas não constam nos Cadernos de Indicadores de Produção Bibliográfica do PPGCI-UNESP e assim não aparecem no quadro 19, que exhibe o cotejo dos dados que constam nos Cadernos de Indicadores com as citações diretas das teses defendidas pelos agentes da Ciência da Informação, entre 2007 e 2009.

Casos similares são o de Mirian Aquino e Hagar Espanha Gomes, cujas respectivas coletâneas estão entre as cinco mais citadas, mas que não estavam credenciadas entre os 14 PPGCIs durante o período da análise, o que faz com que suas coletâneas não apareçam nos Cadernos de Indicadores. No caso de Mirian Aquino, o que aconteceu é que no ano da publicação da coletânea, 2002, o programa da UFPB, ao qual era credenciada, não estava entre os programas da Ciência da Informação reconhecidos pela CAPES. A coletânea da professora Hagar Espanha Gomes data de 1980, ano que não faz parte do período de análise. Desta maneira, justifica-se o uso da metodologia de analisar as citações diretamente nas teses, com o propósito de compensar estas lacunas, cujos dados se encontram nos Cadernos de Indicadores da CAPES. Contudo, boa parte dos docentes esteve credenciada aos programas durante todo o período da pesquisa, 1998-2009.

No que se refere aos dados mostrados no quadro 19, foram citados 24 títulos dos 69 anunciados pelos PPGCIs, uma percentagem de 35% das coletâneas registradas nos Cadernos de Indicadores. Os 24 títulos citados representam um total de 79 citações em relação ao total geral de 1.310 citações às coletâneas encontradas nas 91 teses; estas 79 citações representam quase 2% do total. Isto quer dizer que as coletâneas anunciadas pelos programas como suas respectivas produções representam apenas 2% do total das citações realizadas nas teses. Índice de citação baixo, assim como o dos livros. Porém, o índice de citação nas coletâneas tende a melhorar com a análise direta das citações nas teses, diante do espectro mais alargado que possuem esses dados.

Portanto, logo abaixo o quadro 20 exhibe os livros associados à Ciência da Informação citados nas teses que se encontram nas Zonas A e B, definidas na pesquisa (tabela 8).

Quadro 20 – Livros da Ciência da Informação citados nas teses (2007-2009)

Autores	Títulos	Citações
LE COADIC, Yves-François	A Ciência da Informação	32
MCGARRY, Kevin	O conceito dinâmico da informação: uma análise introdutória	13
ROBREDO, Jaime	Da ciência de informação revisitada aos sistemas humanos de informação.	13
OTLET, Paul	Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique	12
LANCASTER, Frederick	Indexação e resumos: teoria e prática	11
GUINCHAT, Clarie; MENOU, Michel	Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação	9
ROBREDO, Jaime	Documentação de hoje e de amanhã	9
CINTRA, Anna M. et al.	Para entender as linguagens documentárias	8
FOSKETT, Antony	A abordagem temática da informação	8
BELLOTTO, Heloísa	Arquivos permanentes: tratamento documental	7
DOBEDEI, Vera	Tesouro: linguagem de representação da memória documentária	7
INGWERSEN, Peter	Information retrieval interaction	7
SVENONIUS, Elaine	The intellectual foundation of information organization	7
ALMEIDA, Maria Christina	Planejamento de bibliotecas e serviços de informação	6
FIGUEIREDO, Nice	Estudos de uso e usuários da informação	6
LANCASTER, Frederick	Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation	6
SHANNON, Claude; WEAVER, Warren	The mathematical theory of communication.	6
SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda	Das "ciências" documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular	6
BRIET, Suzanne	Qu'est-ce la documentation?	5
HJORLAND, Birger	Information seeking and subject representation: na activity-theoretical approach to Information Science	5
JARDIM, José Maria	Transparência e opacidade no estado do Brasil: uso e desusos da informação governamental	5
KUHLTHAU, Carol	Seeking meaning: a process approach to library and information services	5
LANCASTER, Frederick	Vocabulary control for information retrieval	5
LANCASTER, Frederick	The measurement and evaluation of library services	5
ROWLEY, Jennifer	A biblioteca eletrônica	5
SORJ, Bernardo	Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação	5
VICKERY, Brian	Classificação e indexação nas ciências	5
CAMPOS, Maria Luiza	Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração	4
CASTRO, César	História da Biblioteconomia brasileira	4

GIBBONS, Michael	Innovation and the Developing System of Knowledge Production	4
GROGAN, Denis	A prática do serviço de referência	4
MEY, Eliane	Introdução à catalogação	4
MIRANDA, Antônio	Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão	4
PIEIDADE, Maria Requião	Introdução à teoria da classificação	4
PINTO MOLINA, María	Análisis documental	4
RANGANATHAN, Shiyali	Prolegomena to library classification	4
RONDINELLI, Rosely	Gerenciamento arquivísticos de documentos eletrônicos	4
SALTON, Gerard; MACGILL, Michael J.	Introduction to modern information retrieval.	4
SHAPIRO, Carl ; VARIAN, Hal R.	A economia da informação	4
VAN SLYPE, Georges	Los lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización em los sistemas documentales	4

Fonte: Elaboração própria.

As Zonas A e B, como anteriormente argumentado, são os espaços onde as citações se concentram, onde estão os livros e autores mais citados, ou seja, os agentes que com suas respectivas produções e seus respectivos posicionamentos, no campo, governam as principais ações destes espaços. Diante dos 164 títulos encontrados entre as zonas A e B dos livros citados, 40 títulos estão diretamente vinculados ao campo da Ciência da Informação, de acordo com os conteúdos temáticos e com a atuação dos docentes produtores no campo. Os 40 títulos associados à Ciência da Informação representam 24% dos títulos citados, menos de um 1/4 das citações. O total de citações destes 40 títulos foi de 270 citações, uma média de quase sete citações por livro. Em relação ao total de citações das zonas A e B, 1.120, as 270 citações representam 24%. Destes 40 títulos citados entre as zonas A e B, 25 são livros de pesquisadores estrangeiros (62,5%), traduzidos ou não.

É perceptível também no quadro 20 a forte presença de livros que tratam dos processos documentais e biblioteconômicos da informação. A concentração em livros sobre organização do conhecimento é também mencionável. Logo, a reprodução do saber da Ciência da Informação, contido nas teses reconhece em suas citações o prestígio e os argumentos que os estudos biblioteconômicos e documentais põem em pauta para as questões informacionais prementes.

O quadro 21, a seguir, exhibe os índices de citações dos autores dos livros citados constantes no quadro 20. Vale ressaltar o nome de Frederick Lancaster que aparece com quatro títulos entre as Zonas A e B de citações aos livros da Ciência da Informação. Jaime Robredo também aparece com dois títulos entre os mais citados. Estes dois, Jaime Robredo e

Frederick Lancaster, aliados a Yves-François Le Coadic são os autores da Ciência da Informação mais citados nas teses.

Quadro 21 – Autores dos livros da Ciência da Informação citados nas teses (2007-2009)

Autores	Citações
LE COADIC, Yves-François	32
LANCASTER, Frederick	27
ROBREDO, Jaime	22
MCGARRY, Kevin	13
OTLET, Paul	12
GUINCHAT, Clarie; MENUU, Michel	9
FOSKETT, Antony	8
CINTRA, Anna M. et al.	8
SVENONIUS, Elaine	7
INGWERSEN, Peter	7
DOBEDEI, Vera	7
BELLOTTO, Heloísa	7
SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda	6
SHANNON, Claude; WEAVER, Warren	6
FIGUEIREDO, Nice	6
ALMEIDA, Maria Christina	6
VICKERY, Brian	5
SORJ, Bernardo	5
ROWLEY, Jennifer	5
LOJKINE, Jean	5
KUHLTHAU, Carol	5
JARDIM, José Maria	5
HJORLAND, Birger	5
BRIET, Suzanne	5
VAN SLYPE, Georges	4
SHAPIRO, Carl ; VARIAN, Hal R.	4
SALTON, Gerard; MACGILL, Michael J.	4
RONDINELLI, Rosely	4
RANGANATHAN, Shiyali	4
PINTO MOLINA, María	4
PIEIDADE, Maria Requião	4
MIRANDA, Antônio	4
MEY, Eliane	4
GROGAN, Denis	4
GIBBONS, Michael	4
CASTRO, César	4
CAMPOS, Maria Luiza	4

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 22 exhibe as coletâneas associadas à Ciência da Informação citadas nas teses que se encontram nas Zonas A e B das coletâneas definidas na pesquisa (tabela 10).

Quadro 22 – Coletâneas da Ciência da Informação citadas nas teses (2007-2009)

Autores	Títulos	Citações
VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise	Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives	20
AQUINO, Mirian de Albuquerque	O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades	18
TAKAHASHI, Tadao	Sociedade da informação no Brasil: livro verde	15
GOMES, Hagar Espanha	Ciência da Informação ou Informática?	14
LASTRES, Helena; ALBAGLI, Sarita	Informação e globalização na era do conhecimento	12
VALENTIM, Marta Lígia Pomim	Formação do profissional da informação	11
VALENTIM, Marta Lígia Pomim	Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação	11
RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Ilza Leite	Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação	9
VALENTIM, Marta Lígia Pomim	Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional	9
OLIVEIRA, Marlene	Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação	8
PINHEIRO, Lena V.R.	Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade	8
VALENTIM, Marta Lígia Pomim	Atuação profissional na área de Informação: o bibliotecário	8
CUNHA, Isabel Maria	Análise documentária: considerações teóricas e experimentações.	7
TARAPANOFF, Kira	Inteligência organizacional e competitiva	7
TARAPANOFF, Kira	Inteligência, informação e conhecimento em corporações	7
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn	Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento.	6
PAIM, Ísis	A gestão da informação e do conhecimento	6
BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro	Profissional da informação: o espaço de trabalho	5
GLAZIER, Jack; POWELL, Ronald	Qualitative research in information management	5
SMIT, Johanna	Análise documentária: a análise da síntese	5
TOUTAIN, Lídia et al.	Bibliotecas digitais: saberes e práticas	5
VIDOTTI, Silvana	Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas	5
NAVAES, Madalena Martins; KURAMOTO, Hélio	Organização da informação: princípios e tendências	4
BARATIN, Marc; JACOB, Christian	O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente	4
GARCÍA MARCO, Francisco Javier	Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación	3

LÓPEZ YEPES, José	Manual de ciencias de la documentación	3
MACIEL, Maria Lúcia; ALBAGLI Sarita	Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social	3
REIS, Alcenir S.; CABRAL, Ana Maria R.	Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas	3
RICHTER, Eneida; ARAÚJO, João Cândido	Paleografia e Diplomática no curso de Arquivologia – UFSM	3
SILVA, Zélia Lopes	Arquivo, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas	3
FISHER, Karen; ERDELEZ, Sanda; McKECHNIE, Lynne	Theories of information behavior	3

Fonte: Elaboração própria.

Neste quadro 22, estão listadas algumas coletâneas que já foram mencionadas no quadro geral das coletâneas encontradas nas teses (quadro 16). Numa perspectiva geral das citações, as coletâneas da Ciência da Informação estiveram bem posicionadas entre os índices das mais citadas. Por exemplo, nas Zonas A e B, foram citados 52 títulos, sendo 30 da Ciência da Informação (58%); o total de citações das duas zonas foi de 322 citações, sendo que 227 (70,5%) são provenientes das 30 coletâneas listadas no quadro 22.

No que diz respeito aos livros e coletâneas, apesar dos primeiros contarem com mais citações, 5.006, do que as coletâneas, 1.310, esta última tem um índice de citação mais voltado diretamente aos estudos sociais da informação, diferentemente dos livros que estão dispersos por diversos campos acadêmico-científicos que se relacionam, quase sempre, de maneira indireta, com a Ciência da Informação. É possível observar, na lista das coletâneas da Ciência da Informação, que boa parte delas, em especial as mais citadas, trata de aspectos diretamente vinculados às questões da informação e de seu campo, tendo o termo “informação” diversas recorrências e um aspecto central na disposição textual dos títulos destas coletâneas.

Rios sem discurso

*Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e, porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.*

*O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.*

João Cabral de Melo Neto

8 PRODUÇÃO-REPRODUÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICO-EPISTEMOLÓGICAS NO SABER DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A análise e discussão estão divididas em três partes, para uma maior clareza da exposição. A primeira parte trata dos dados referentes aos 14 PPGCIs analisados e suas respectivas produções em livros anunciadas no instrumento político-epistemológico de captura da produção científica, que são os Cadernos de Indicadores da CAPES. Logo, ela está organizada em dois momentos: os dados sem filtros, conforme registrados nos Cadernos de Produção Bibliográfica; e o segundo momento, os dados filtrados, de acordo com os critérios sugeridos pela pesquisa.

A segunda parte versa sobre os livros e as suas respectivas citações nas teses. Esta segunda parte compreende três momentos. O primeiro apresenta as teses defendidas durante o triênio (2007-2009) e suas respectivas informações. O segundo momento apresenta, num âmbito específico, os docentes envolvidos no processo de orientação das respectivas teses; e num âmbito geral, todos os docentes credenciados de 2004-2009 nos PPGCIs, com foco nos campos de formação dos docentes e suas respectivas IES formadoras. No terceiro momento, discorre-se sobre o momento nuclear da pesquisa, as citações dos livros nas teses. Nele serão apresentados todos os dados recolhidos sobre esta relação, livros e teses, como, por exemplo, a maior incidência de citações a livros do que a artigos de periódicos, ditos, estes últimos, como meio privilegiado de publicação acadêmico-científica.

A terceira parte discute, mediante o cotejamento entre os dados da primeira e da segunda parte, a presença dos livros publicados pelos PPGCIs, carregados de capital simbólico dentro da Ciência da Informação, nas teses e, de maneira mais macroscópica, os livros citados nas teses, isto é, não apenas os livros da Ciência da Informação produzidos pelos PPGCIs citados nas teses, mas os livros que, de uma maneira geral, as teses citaram.

Os livros compreendidos livros monográficos e coletâneas, encontrados nos registros dos Cadernos de Produção Bibliográfica da Ciência da Informação (1998-2009), somaram em 357 livros monográficos e 168 coletâneas, num total de 525 livros. Estes dados foram denominados na pesquisa como dados sem filtros. Dos 357 livros, 61% da produção estavam concentradas na USP, assim como das 168 coletâneas, 37% pertenciam à USP. Isto ocorreria devido ao fato de o programa de pós-graduação agregar vários campos em suas linhas de pesquisa, estando presentes, além da Ciência da Informação, os cursos de Comunicação, Turismo, Propaganda, Cinema, Rádio e Televisão. Deste modo, os dados apresentados se

deformavam à medida em que os propósitos da dissertação se apresentavam. Assim, foi decidido aplicar filtros para esta primeira coleta.

Os dados sem filtros foram filtrados a partir da aplicação de 10 critérios para a seleção dos dados, conforme os propósitos da pesquisa. O critério central foi o temático, sendo a taxonomia da Ciência da Informação, proposta por Oddone e Gomes (2003), o instrumento basilar para a classificação e filtragem dos dados. Desta maneira, o total dos livros foi reduzido de 525 para 127. Destes 127, 58 livros monográficos e 69 coletâneas. Em relação aos 58 livros, foi uma redução de 83,75%, isto é, 238 livros foram retirados, sendo 226 da USP (95%). Do total dos 238 livros retirados, 80% saíram depois da aplicação do critério temático. Os gráficos 7 e 8 apresentam um comparativo entre os dados sem filtros e os filtrados. Dos 58 livros estabelecidos após a filtragem, as temáticas prevalentes foram aquelas dos assuntos correlatos à Ciência da Informação, sendo 50% destes referentes a processos biblioteconômicos e documentais da informação, bem como sobre gerência de serviços em unidades de informação. Em relação às 69 coletâneas firmadas após a filtragem, a queda foi menor do que a dos livros monográficos, 58,93%, ou seja, foram retiradas 99 coletâneas, sendo que 75% delas por motivos temáticos e quase que 100% delas pertencentes ao programa híbrido da USP. Os gráficos 13 e 14 apresentam a comparação entre os dados sem filtro e pós-filtro das coletâneas. As linhas temáticas com maior incidência dentre as 69 coletâneas foram sobre os aspectos gerais e epistemológicos da Ciência da Informação e assuntos correlatos ao campo da Ciência da Informação.

Portanto, nesta primeira parte, é perceptível que, enquanto dados sem filtros, a produção em livros monográficos era superior à das coletâneas, diante do cenário que incluía os campos da Comunicação, Turismo, Cinema, enfim, outros campos além do da Ciência da Informação. Quando se buscou especificar os títulos que de alguma maneira estivessem mais próximos das abordagens singulares da Ciência da Informação e dos propósitos da dissertação, as coletâneas apareceram como a maior produção, em comparação com os livros monográficos. Dentre os 58 livros, as temáticas correlatas à Ciência da Informação, em especial a Biblioteconomia, a Documentação e os estudos sobre gestão prevaleceram; enquanto que foi entre as coletâneas (69) que os estudos gerais e epistemológicos da Ciência da Informação se concentraram, juntamente com os assuntos correlatos a este campo. Logo, os assuntos correlatos, quase sempre periféricos, ou ainda nunca lógica demarcatória que não seriam sequer relacionáveis, predominam na produção dos agentes atuantes nos PPGCIs. Outros dois assuntos habitam de maneira intensa a produção dos livros: a gerência dos serviços de informação. Talvez seja um tema que circule com maior incidência no meio

profissional pelo fato de este maio exigir uma grande eficiência na gestão dos serviços, ante de uma economia informacional que se baseia em serviços (BELL, 1978); e nos aspectos gerais e epistemológicos da Ciência da Informação, que aparecem com maior intensidade nas coletâneas, mas que têm neste âmbito temático o livro mais citado entre as teses, *A ciência da informação* do Yves-François Le Coadic. Os aspectos gerais e epistemológicos do saber acadêmico-científico da Ciência da Informação são efervescentes nas discussões do campo. Deve-se esta efervescência a alguns fatores, dentre os quais, o curto período de existência do campo, o período da crise de existência do saber científico em que a Ciência da Informação nasceu e suas implicações sobre o estatuto demarcatório, ainda presente, de enquadrar o que é e o que não é ciência e se a Ciência da Informação é ou não uma ciência. Isto está evidenciado na necessidade ainda atual de unificar o que é socialmente múltiplo, que não se pode dizer por uma única via, como já argumentado e polemizado por Paul Feyerabend (2007).

O primeiro momento referente à segunda parte da análise trata das especificações das teses. Inicialmente foram identificados oito cursos de doutorado, porém três destes foram criados nos últimos dois anos (2011-2012), ou seja, ainda não têm teses defendidas. Desta maneira, os cinco PPGCIs restantes contabilizam no triênio de análise (2007-2009) 91 teses defendidas. O quadro 11 posicionou as 91 teses nas 14 linhas de pesquisas identificadas entre os cinco PPGCIs. Contudo, como as linhas de pesquisa buscam agregar tematicamente docentes, discentes e suas respectivas teses, os conteúdos anunciados pelas linhas são mais generalizáveis, o que levou a pesquisa na direção de classificar tematicamente, tese a tese, com o intuito de mostrar qual a assunto mais presente dentre estes documentos. Assim, quatro categorias da taxonomia adotada se destacaram: “Processamento, recuperação e disseminação da informação” (19 teses), “Gerência de serviços e unidades de informação” (15 teses), “Aspectos teóricos e gerais da Ciência da Informação” (13 teses) e “Tecnologia da Informação” (10 teses). Juntas somam 57 teses, 62,6%. Essa maior incidência temática de teses na categoria “Processamento, recuperação e disseminação da informação” pode estar relacionada ao que o quadro 20 dos livros citados da Ciência da Informação nas teses apresenta: dentre os 40 títulos mais citados, a temática da organização do conhecimento está como o assunto mais recorrente entre os títulos.

O segundo momento da segunda parte apresenta os docentes vinculados às teses, como orientadores, e os docentes da Ciência da Informação, de um modo geral, credenciados aos 14 PPGCIs encontrados nos Cadernos de Indicadores. Deste modo, foram identificados 45 docentes orientadores de um total de 125 docentes credenciados nos cinco PPGCIs com teses defendidas entre 2007 e 2009 (tabela 4). Dos 45 orientadores, 25 se titularam doutores em

Ciência da Informação (56%) e 7 em Comunicação (15%), sendo essas as duas áreas que mais titularam os docentes orientadores. Então, destes 45 orientadores, 14 se formaram na USP (31%) e seis no IBICT-UFRJ (13%). No que diz respeito aos 14 PPGCIs e aos docentes, foi identificado um total de 218 docentes credenciados nos 14 PGGCIs analisados. Dentre os 218 docentes, três campos do saber se sobressaíram: 95 docentes se titularam em Ciência da Informação (44%), 28 em Comunicação (13%) e 17 em Educação (8%). Em relação às IES, a USP formou dos 51 dos 218 docentes, sendo seguida pelo IBICT-UFRJ (22), UFMG (15), UFRJ (14) e UnB (13), (cf. quadro 13).

Por conseguinte, as duas áreas que mais formaram professores que atuam na matriz atual de docentes da Ciência da Informação nacional foram a própria Ciência da Informação e a Comunicação. Dentre as IES, a USP foi sem sobre de dúvida a que mais formou os docentes da Ciência da Informação, seguida do IBICT-UFRJ. Talvez esses dados se relacionem com o exposto por Paula (2002), ao afirmar que a USP e a UFRJ foram formadas pelas concepções francesa e alemã de universidade e de organização institucional; e o que foi apresentado no quadro 15, onde, dos cinco autores mais citados pelas teses, quatro foram formados por instituições francesas: Pierre Bourdieu, Pierre Lévy, Edgar Morin e Manuel Castells; e um por instituição alemã, Jürgen Habermas. O livro mais citado pelas teses também é de um autor francês e originalmente escrito em francês, Le Coadic, *A ciência da informação*. Assim sendo, com o maior contingente dos docentes sendo formado por essas instituições, o apresentado no quadro 15 pode estar relacionado diretamente ao fator dos ideais franceses e alemães habitarem os pátios universitários onde estes docentes foram formados.

O terceiro momento da segunda parte trata dos livros citados nas teses, o que de alguma maneira já vem sendo discutido aqui nesta análise. A tabela 5 apresenta o panorama geral das fontes de citadas nas teses, pondo em foco os livros, tipo documental central desta pesquisa, e os artigos, para efeito de comparação e por *status* de instrumento privilegiado da ciência. Logo, foi identificado o total de 16.253 citações, sendo que 6.316 citações foram direcionadas a livros (39%) e 4.453 a artigos (27%). Para reforçar, a tabela 6 de Gabriel Júnior (2012), mostra que entre os artigos da Ciência da Informação indexados na Brapci, o livro durante os cinco anos analisados é a fonte documental mais citada, inclusive ocorrendo de ter num ano o dobro de citações que obtivera o artigo. Tais resultados fortalecem a força simbólica que o livro carrega no saber-fazer político-científico da Ciência da Informação.

Diante das 6.316 citações feitas aos livros, sendo 5.006 em livros monográficos e 1.310 em coletâneas, optou-se por estabelecer zonas, intervalos de classe, entre os dados, dando ênfase aos livros mais citados, à vista de que a maioria dos livros foram citados apenas

uma vez. Logo, dentre 5.006 citações a livros monográficos, a Zona A possui 30 livros que representam 422 citações. Dos 30 livros que estão nesta zona de concentração, 7 são de metodologia e um se trata de dicionário. No campo da Ciência da Informação, foram identificados 7, sendo os outros 15 livros dos outros campos das ciências humanas e sociais. Nesta Zona A, foram identificados 52 autores como os mais citados, que juntos tiveram 1.044 citações. Dentre os 52 autores, 7 possuem laços diretos com a Ciência da Informação: Frederick Lancaster, Yves-François Le Coadic, Jaime Robredo, Paul Otlet, Kevin McGarry, Shiyali Ranganathan e Nice Figueiredo. Porém, é notável que a maioria dos livros e autores de livros citados nas teses não está diretamente relacionada à Ciência da Informação, o que implica na fragilidade da reprodução do saber científico do campo. No que diz respeito às coletâneas, foi identificado um total de 1.310 citações. A Zona A possui 22 coletâneas entre as mais citadas, o que dá um total de 216 citações. Das 22 coletâneas, 17 estão diretamente vinculadas com a Ciência da Informação (77%), assim como os 57 autores identificados como autores de coletâneas são quase todos docentes que atuam na área da Ciência da Informação.

Portanto, no âmbito geral das citações aos livros, a Ciência da Informação não cita em sua maioria livros produzidos pelos agentes próprios do campo. Este pode ser um *habitus* científico, um modo de ser análogo singular do campo da Ciência da Informação. Como já argumentado anteriormente, o paradigma em sua relação com o *habitus* se exhibe através da educação comum e da literatura-padrão, logo, na Ciência da Informação ambos, educação e literatura, não são tão comuns e nem seguem tanto um padrão⁶⁹. Não há como dizer que a Ciência da Informação não possua uma educação, certamente possui, assim como uma literatura. Os agentes da Ciência da Informação não ostentam de uma formação comum, isto é, de um mesmo curso de graduação, de um mesmo currículo de pós-graduação, de uma mesma linha de abordagem, o que os torna, talvez, agentes mais interessantes, pois múltiplos, perspectivados. Mas tal falta também os fazem agentes diferentes, num círculo que age com frequência por violência simbólica e nem sempre aceita o diferente, havendo, em alguns grupos mais extremistas, verdadeiras oligarquias científicas (CLARK, 1983). A Ciência da Informação passa a ter um modo de ser de difícil inclusão. Aquilo que joga ao lado da Ciência da Informação, *paradeigma*, é múltiplo e não instituidor apenas de um modo de dizer, mas ao

⁶⁹ No que se referem à educação comum, os docentes dos cursos de Ciência da Informação possuem suas formações (*paidéia*) em diversas áreas, ainda que prevaleça a Ciência da Informação, este campo ainda não possui uma “sistematização terminológica” (KOBASHI; SMIT; TÁLAMO, 2001) que advém tanto de uma educação comum, dispersa entre os programas de pós-graduação, quanto de uma literatura-padrão, que ainda é incipiente. No que concerne à literatura-padrão, os manuais são representantes desta ideia, sendo neles cultivados um vocabulário e uma sintaxe de uma linguagem científica, mas que dificilmente se tornam presentes dentre os sinais das citações dos livros nas teses.

contrário, valida uma ordem do discurso plural, disposta para uma percepção multifacetada dos fenômenos informacionais. Contudo, isto não justifica a baixa citação aos documentos produzidos pelo campo, à produção do campo. Talvez faltem manuais que auxiliem na instituição de uma maneira singular e identitária de dizer, não que seja única, mas que implique outras formas de dizer, mantendo a sintaxe da linguagem científica da Ciência da Informação aberta às experiências do mundo vivido, onde se localizam as práticas informacionais. Quem sabe até uma arqueologia das práticas informacionais, donde toda arqueologia é uma paradigmologia. (AGAMBEN, 2010b, p. 41)

Logo, o fato de os livros da Ciência da Informação não serem tão citados pelas teses pode implicar no enfraquecimento político-epistemológico do campo, mais propriamente na reprodução do saber do campo, pois não se trata apenas de repetir uniformemente as multiplicidades, mas de exercer uma educação singular própria da Ciência da Informação, onde educar é criar o homem vivo (JAEGER, 1994), ou ainda o que Deleuze e Guattari (1992, p. 8) projetam para a amiga do saber: “a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”. A Ciência da Informação pode se fortalecer através da ação de tecer e cardar; não se trata apenas de olhar para si mesma e se autoafirmar ou, ainda, olhar para o de fora e repeti-lo, mas jogar com aquilo que está ao lado, *paradeigma*, não como o reflexo narcísico do espelho, nem se assemelhando indistintamente com o outro, porém, fazendo de si tecedura e cardadura, nem um eu subjetivo, nem um outro objetivo, mas sim um ser-entre e para o mundo.

A terceira parte da análise trata do cotejo entre as duas primeiras partes, o que já vem sendo feito, mas de modo periférico. Logo, esta parte está dividida num momento microscópico e em outro macroscópico das citações aos livros proferidas pelas teses. O momento microscópico diz respeito às citações aos livros produzidos pelos PPGCIs coletados e apresentados na primeira parte. Assim, dos 58 livros monográficos produzidos pelos PPGCIs e levantados pela pesquisa, 23 foram citados (40%) e representam o valor absoluto de 70 citações (quadro 18). Dos 23 citados, 13 tratam diretamente dos processos biblioteconômicos e arquivísticos da informação; este dado pode estar relacionado à temática dos livros produzidos pelos PPGCI, em cuja temática predominante 50% da produção era em livros que tratavam dos processos biblioteconômicos e documentais da informação. No que se refere às coletâneas produzidas pelos PPGCIs, citadas nas teses, das 69 foram citadas 24 (35%), o que representa 79 citações.

No aspecto macroscópico, que visa a adicionar dados à pesquisa que a coleta nos Cadernos de Indicadores não abarcou a respeito dos livros da Ciência da Informação, a

pesquisa optou por considerar as Zonas A e B dos livros citados. Deste modo, foram encontrados 164 títulos ao total, sendo que 40 títulos se referem de maneira direta à Ciência da Informação (24%). Os 40 livros sobre a Ciência da Informação foram citados 270 vezes, diante das 1.120 citações encontradas nas duas zonas de análise. Dos 40 livros, mais da metade trata de assuntos vinculados aos processos biblioteconômicos e documentais da informação, resultado similar à dimensão microscópica das citações aos livros e conciliatória à maior incidência temática dos livros produzidos pelos PPGCIs. Sobre as coletâneas, as Zonas A e B também serviram de base para identificação de quantas coletâneas estão vinculadas por laços fortes à Ciência da Informação. Logo, foi identificado o total de 52 coletâneas, sendo 30 destas vinculadas à Ciência da Informação. O total de 52 coletâneas representa 322 citações, tendo as 30 coletâneas da Ciência da Informação o percentual de 70% destas 322 citações, isto é, 227 citações. Assim as coletâneas mais citadas pelas teses estão reputando a produção própria do campo, ou seja, reproduzindo o saber já estabelecido pelas produções do campo. As coletâneas mais citadas versam em sua maioria sobre os aspectos gerais e teóricos da Ciência da Informação, sendo mencionável a recorrência do termo informação entre os títulos das coletâneas; este resultado é conciliatório à maior temática encontrada entre as coletâneas produzidas pelos PPGCIs, isto é, os aspectos gerais e teóricos da Ciência da Informação.

Numa abrangência geral, a Ciência da Informação adota obras de diversos campos para composição de seus discursos. Os livros produzidos pelos PPGCIs foram citados, porém com uma frequência baixa. Quanto aos livros monográficos, 40% dos títulos e 35% das coletâneas foram citados, num total, para os livros monográficos de 70 citações, 1,4% do total de 5.006 livros citados nas teses; e para as coletâneas de 79 citações, 6% do total de 1.310 coletâneas citadas nas teses. Os livros encontrados diretamente na fonte das teses, em especial nas zonas de concentração das citações, apresentam características um tanto diferentes, pois os livros monográficos da Ciência da Informação representam 24% dos títulos e das citações proferidas e as coletâneas representam, em títulos, 58% dos pertencentes às zonas de maior concentração; e em citações 70% das citações das respectivas zonas. Desta maneira, os livros produzidos pelos PPGCIs nos 12 anos de análise (1998-2009) apresentaram um baixo índice de citações, o que revolve para a problemática de que o campo da Ciência da Informação pouco prestigia a sua respectiva produção em livros, diante do fato que se cita mais livros. No campo mais aberto das citações nas teses e das suas zonas de concentração das citações, os livros da Ciência da Informação também não são maioria, a não ser as coletâneas; o que indica o prestígio que o campo da Ciência da Informação concede às suas coletâneas, ainda

que essas apareçam em menor quantidade nas citações, 1.310 coletâneas num total de 6.316 livros citados.

Portanto, feita a reunião dos livros da Ciência da Informação, os produzidos pelos PPGCIs e os que não estão no espaço de captura dos Cadernos de Indicadores da CAPES, as citações proferidas aos livros deste campo existem, mas em menor proporção em relação aos livros dos saberes das ciências humanas e sociais, de maneira geral. A singularidade do saber da Ciência da Informação precisa ser intensificada, talvez através de *textbooks* que manifestem e disseminem a forma de dizer do campo, pois a forte presença dos livros dos outros campos pode causar ruído na comunicação do campo, isto é, resultar em frágil sistematização terminológica de um vocabulário próprio da Ciência da Informação pode fazer com que surjam ruídos na comunicação dos dizeres singulares do campo. Contudo, esses ruídos não são de todo negativos, diante de uma identidade que se constroi na diferença, ou seja, os ruídos de comunicação são sinais que recordam o campo das suas relações com o outro, do reconhecer no outro a existência de uma relação de saber. A dificuldade de comunicação, de certa maneira, é um símbolo do conflito do humano acontecendo no mundo, logo a Ciência da Informação constituída por humanos não é uma abstração, isto é, aquilo que se retira da existência da *physis*, mas o concreto (*concrescere*, crescer em conjunto) no mundo. A intensidade daquilo que é singular à Ciência da Informação fortalecerá o diálogo com os outros campos e com sua própria identidade.

Por conseguinte, para esclarecer o aspecto característico da Ciência da Informação, isto é, o *habitus*, o modo de ser com os outros campos do saber, recorre-se ao princípio da identidade (HEIDEGGER, 2009). Dirá Heidegger, “o princípio da identidade soa, conforme uma fórmula corrente: $A=A$. O princípio vale como a suprema lei do pensamento.” (2009, p. 38) Esta fórmula designa uma igualdade de A e A. Argumenta Heidegger, “quer o princípio da identidade declarar tal coisa? Manifestamente não.” (2009, p. 38) O que Heidegger pretende dizer é que este princípio quer falar do idêntico, do grego *tò autó*, que traduzido significa o mesmo e não a igualdade que suprime a diferença⁷⁰. Deste modo, para que algo possa ser o mesmo, basta cada vez um, não sendo preciso dois como em $A=A$. Dito isto, este princípio não nomeia A como o mesmo, “o princípio queria dizer: A é A, quer dizer, cada A é ele mesmo o mesmo.” (2009, p. 38) Em cada identidade reside a relação “com”, uma síntese da união em uma unidade e não uma “monótona uniformidade” que reside na igualdade de

⁷⁰ “Identidade produzida como ausência da diferença leva à convergência do Mesmo com o Mesmo. [...] a igualdade como indiferenciação acaba por produzir a indeferência, que produz o regime do mal e a eliminação do Outro.” (AGUIAR, 2005, p. 84)

A=A. Portanto, a identidade pode ser interpretada como a reverberação do mesmo a partir do vigor do diverso, “a mesmidade como comum-pertencer.” (HEIDEGGER, 2009, p. 41) O comum-pertencer diz do comum, a unidade, e do pertencer, o integrado, “unidade de algo múltiplo” (2009, p. 42).

O algo múltiplo que se pretende enquanto unidade é, na “ecomenia⁷¹ hermenêutica” do comum-pertencer, onde se localiza este texto dissertativo, a informação. A informação constitui-se de modo identitário a partir de sua diversidade, da pluralidade de sentidos que evoca diante de tantos aspectos do acontecer de suas experiências, sejam elas quais forem. Não sendo assim, dispensa-se o jogo do diálogo, calam-se as outras linguagens e encara-se a informação de maneira uniforme e indiferenciável, ou seja, metafísica, pois “a metafísica não pensa a diferença” (2009, p. 73), e sem a diferença a identidade é inautêntica e o mesmo um igual. Daí implica para aqueles que habitam na ecomenia da Ciência da Informação “uma compulsão de repetir a que nada poderá resistir, como se já não pudesse haver nenhuma criatividade e tudo se reduzisse à miragem de um deserto monótono e incapaz tanto de viver como de morrer.” (LEÃO, 2003, p. 28) Portanto, como um encontro da Ciência da Informação com os outros campos, da identidade e suas diferenças que a compõe, interpreta-se o trecho abaixo em Heidegger (2010, p. 170):

[...] encontram-se somente e enquanto permanecerem na diferença de seus modos de ser. O mesmo não se confunde com o igual e nem tampouco com a unidade vazia do que é meramente idêntico. Com frequência, o igual se transfere para o indiferenciado a fim de que tudo nele convenha. O mesmo é, ao contrário, o mútuo pertencer do diverso que se dá, pela diferença, desde uma reunião integradora. O mesmo apenas se deixa dizer quando se pensa a diferença. No ajuste dos diferentes vem à luz a essência integradora do mesmo. O mesmo deixa para trás toda sofreguidão por igualar o diverso ao igual. O mesmo reúne integrando o diferente numa unicidade originária. O igual, ao contrário, dispersa na unidade pálida do um, somente uni-forme.

Contudo, a perspectiva exposta acima, do saber informacional que se reúne e se congrega com os outros saberes, ou seja, a partir da urdidura do complexo (*complexus*, tecer com), conforme Morin (2007), confronta-se com os ventos do progresso de uma ciência administrada⁷² (CHAUÍ, 2001), baseada numa epistemologia da separação tipicamente cartesiana que ganhou roupagem nos modelos de administração do contemporâneo, em especial, o taylorismo e o fordismo, ou seja, na administração científica do trabalho.

⁷¹ Ecomenia, termo conceituado por Armando Mendes (1996), vem do grego *oikós+menés*, significando pertencer a uma mesma casa; na dissertação, a Ciência da Informação.

⁷² Marilena Chauí fala de uma “universidade administrada”, porém, tal modelo exposto por ela é válido para os órgãos que administram a ciência brasileira de uma maneira geral.

Marilena Chauí cita Eduardo Portela, então ministro da educação e cultura, para expor o que significa a administração do acadêmico-científico, isto é, da reificação do saber, “os canais de agora terão que reproduzir o esquema dos grandes supermercados” (CHAUI, 2001, p. 43). De uma maneira geral, onde a cultura engloba a ciência, conforme vem sendo tratado nesta dissertação, Chauí diz que a academia submissa ao mercado pretende “realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento” (2001, p. 46). Logo, um campo científico que aponta o seu constituir identitário em relação dialógica com o outro, como o da Ciência da Informação, não é tão reputado pelos dispositivos de administração da ciência como os que pretendem manter a ordem com “tentativas de controlar a angústia através de divisões e separações.” (LEÃO, 2003, p. 23) Como já mencionado por Agamben (2004, p. 157), “a palavra pensamento tem por origem o significado de angústia”, logo, quando os dispositivos de administração da ciência pretendem parcelar, fragmentar, separar para controlar a angústia, o que eles visam, em primeira e última instâncias, é acabar com o pensamento meditativo-reflexivo através do cientificismo da administração⁷³ burocrática que aí está⁷⁴.

As experiências de pensamento do espaço, do tempo e movimento, da lei, do **paradigma** e destino, as integrações de natureza, história e sociedade, **a força de reunião do uno e do múltiplo, a identidade conquistada através das tensões da diferença**, tudo isto se esboroou e dissolveu, deixando todos os padrões de comportamento nas ações, reações e omissões à deriva, sem rumo, nem amparo, sem continente, nem horizonte. **Substituindo as experiências do Pensamento, o conhecimento objetivo** não dá indicações nem oferece parâmetros para se viver num vazio, num vazio, isto é, desprovido até mesmo da exigência de rumos e referências. (LEÃO, 2003, p. 25, grifo nosso)

Os dispositivos, os regimes de informação da política científica do agora, em sua maioria, limitam o campo do saber ao do instituído (poder), ou seja, o do instituído pelos dispositivos que governam a ciência. Dirá Chauí (2001, p. 60): “Limitando seu campo ao do saber instituído, nada mais fácil do que dividi-lo, dosá-lo, distribuí-lo e quantificá-lo. Em uma palavra: administrá-lo.” O conhecimento objetivo que instrumentaliza a ciência possibilitou a realização do adágio baconiano: “saber é poder”. Aos modos de Bacon e da epistemologia da separação dos modernos, “saber é poder” não é o mesmo que A é A (princípio da identidade

⁷³ Este trabalho não toma este tipo de administração que governa a ciência como a única. Há outros modelos paradigmáticos de administração que não pretendem separar de modo tão violento o fazer do pensar.

⁷⁴ “O taylorismo é a regra. [...] a fragmentação não é casual ou irracional, mas deliberada, pois obedece ao princípio da empresa capitalista moderna: separar para controlar. [...] significa que a fragmentação do ensino e da pesquisa é o corolário de uma fragmentação imposta à cultura e ao trabalho pedagógico pelas ideias de especialização e de competência [...]” (CHAUI, 2001, p. 56)

em Heidegger), pois sob a base metafísica que se ergue esse discurso não há a diferença, o múltiplo, visto que a metafísica não pensa a diferença, e sem a diferença o que existe é o igual, o uniforme, não a identidade. Logo, o “saber é poder” dos modernos é a uniformidade do princípio clássico da identidade, ou seja, $A=A$, saber = poder. Diante da “epistemologia-política” da separação, “o lugar do poder, no mundo moderno, é o lugar separado.” (CHAUÍ, 2001, p. 61-62) Um saber que não se iguale, uniformize-se aos preceitos do poder instituído, que se apresenta quase sempre como o separado, será, certamente, encarado como subversivo e desprestigiado no meio científico que se baseia em prestígio e reputação (BOURDIEU, 2004; WHITLEY, 2008), ou seja, desolado.

Desolar é pior que aniquilar, assolar é mais radical do que destruir. O aniquilamento acaba apenas com o que já existe, enquanto a desolação, conservando o existente, acaba com as possibilidades de criar, finda com as condições de libertar-se. A destruição elimina o que é, desfaz o que foi, apaga os traços do que será, enquanto, mantendo os seres, o assolamento retira as virtualidades da criação. (LEÃO, 1987, p. 6)

Portanto, a Ciência da Informação se encontra no contexto conflitual de ser um saber identificado com a diferença, numa esfera de saber-poder que preserva a uniformidade. A heterologia discursiva da informação se defronta com a monotonia classificatória das áreas do conhecimento dos dispositivos de governo da ciência. Estes, como não conseguem dar conta da multiplicidade incapturável da realidade, em especial da realidade informacional, passam a normatizar o uniforme, tornando quase sempre indiferenciados os fenômenos, sejam eles humanos ou naturais, e as práticas, sejam elas laboratoriais (artificiais) ou de campo (concretas). Porém, a Ciência da Informação não é a única que está neste contexto de conflito, este é um espaço de luta que engloba os saberes humanísticos, de um lado, e os saberes naturais, de outro; a luta contra a hegemonia das formas de perceber incorporadas a partir dos saberes naturais e submetidas aos saberes humanísticos, sem o cuidado da diferença de ambos. Esta é uma luta pelo diálogo, que já vem sendo travada há alguns anos por muitos pesquisadores, para citar um exemplo, Edgar Morin (2007) e a religação dos saberes. Na Ciência da Informação este conflito político-epistemológico vem sendo travado também por alguns pesquisadores, seja sob a face da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade ou ainda num espectro mais aberto como o das gramáticas (SALDANHA, 2008) ou o da epistemologia política da informação. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2012)

Desta maneira, é resistindo ao que parece irresistível que a revolução se apresenta. Através da produção-reprodução do seu saber, a Ciência da Informação se fortalece e torna

suas práticas informacionais mais decisivas nos meios políticos-epistemológicos, onde regem os regimes de informação. A produção (*producere*) é também aquilo que governa, só por meio desta que será possível profanar a sacralidade da epistemologia política da separação. Por meio de seus *habitus* próprios (modo de ser) e dos paradigmas (*paradeigma*) que compõem o seu estilo, a Ciência da Informação se postará como uma ciência do novo⁷⁵.

⁷⁵ Uma ciência que reconheça no abismo, no sem-fundamento (*Ab-grund*), a sua ecomenia, isto é, a sua pertença.

*Muchas cosas há experimentado el Hombre;
A muchas celestiales há dado ya nombre
Desde que somos Palavra-en-diálogo
Y podemos lós unos oír a los otros.*

Friedrich Hölderlin

CONCLUSÕES

Enfim, este texto está tomando traços conclusivos acerca do exposto. Pretende-se neste espaço fazer uma síntese ou, melhor, diante daquilo que é como areia, sem princípio ou fim, ser essa uma síntese inconclusiva acerca das problemáticas tratadas. A dissertação tratou dos documentos, em especial, dos livros e das teses. O valor simbólico dos livros, *biblion*, foi fio condutor para o que Paul Otlet chamou de Documentação. O *biblion* tornou-se um *documentum liber* para a ciência, isto é, como *liber* no latim é uma palavra homônima para livro e liberdade, o documento-livro ganha seu teor político ao recolher, em seu sentido, a liberdade, mas uma liberdade que está em concorrência com os dispositivos panópticos, regimes de informação, que se dão no livro enquanto produção (*producere*) científica (*scientia*). Os livros são artefatos participantes dos ciclos documentários, circulam sob as vias sociais da episteme (epistemologia social), materializando e disciplinando os saberes partilhados e negociados pelas associações do campo.

No contexto do campo científico, o livro se dispõe enquanto *opus operatum* (produto estruturado) num *modus operandi* (estrutura). Diante deste arranjo, o livro dissemina seu valor simbólico cultural para a legitimação do dito no microcosmo do campo. Logo, o livro, com seu gosto constituído, auxilia os agentes do campo na aquisição de reputação, isto é, na acumulação de capital científico, que legitima a autoridade científica. Deste modo, o livro desempenha um papel de incorporação de *habitus*, de disposições para um agir científico que constitui um modo de ser singular do *modus operandi* que configura o *tópos*, isto é, o campo científico, a Ciência da Informação. Estes livros que desempenham o papel de incorporação de *habitus* foram chamados por Thomas Kuhn de manuais (*textbooks*), manuais que conferem sentido aos paradigmas (*paradeigma*). A proximidade entre os *habitus* e os paradigmas, de acordo com o já argumentado, torna a imagem-sentido do livro para ciência mais eminente. Os livros estabelecem as analogias (*análogon*) que compõem a identidade do campo, apresentam aquilo que joga ao lado (*paradeigma*) dos discursos do campo, os exemplos dos usos. Portanto, a dissertação se pautou nestes entendimentos para a pesquisa da presença dos livros da Ciência da Informação, nas teses do respectivo campo, com o escopo de, a partir das citações, encontrar sinais, indícios do modo de ser singular, daquilo que joga ao lado e constroi intersubjetiva e intertextualmente o saber do campo da Ciência da Informação.

De antemão, a partir da análise das citações (16.253), foi identificado que os livros são os artefatos que a Ciência da Informação mais utiliza para reputar e orientar discursivamente o seu saber. Este dado vai de encontro ao discurso de que a ciência, em especial a Ciência da

Informação, cita mais artigos científicos do que livros. O fato de a Ciência da Informação conceder ao livro um lugar central em suas teses, só consolida a argumentação filosófica promovida pela dissertação. Deste modo, os livros produzidos pela Ciência da Informação nacional foram identificados por meio dos Cadernos de Indicadores da CAPES, que anunciam as produções dos respectivos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil. Contudo, diante da limitação do espectro dos livros da Ciência da Informação anunciados nos Cadernos – como, por exemplo, a limitação temporal (1998-2009); a limitação formal da produção dos docentes credenciados, sendo considerados pelos Cadernos somente aqueles inseridos a partir da data do credenciamento; a limitação regional, onde os Cadernos não abarcam a produção internacional -, enfim, diante destas limitações foram identificados também os livros que não estavam anunciados nos Cadernos, a partir da análise das citações e da aplicação da taxonomia da Ciência da Informação, adotada para identificar os livros do campo.

Com os livros dispostos, tornou-se possível tirar algumas conclusões. O campo da Ciência da Informação, através das teses, dá indícios que reputa e usa mais as coletâneas do que os livros monográficos para construir seus discursos. Os índices das coletâneas, apesar de sempre menores que os dos livros monográficos, exibem uma maior recorrência a títulos singulares, referidos ao campo da Ciência da Informação. Quase todos os autores das coletâneas, entre os mais citados, são da Ciência da Informação. Em contrapartida, os livros monográficos apresentam grandes índices de citações, mas a maior parte não está vinculada diretamente ao campo da Ciência da Informação, não tendo, por exemplo, entre os cinco autores mais citados (autoridades científicas) nenhum da Ciência da Informação. Na direção desta argumentação, entre os PPGCIs, as coletâneas foram mais produzidas do que os livros monográficos, o que sinaliza um gosto, um *habitus* do campo pela produção de coletâneas.

Contudo, o fato de a Ciência da Informação reverberar mais os títulos de outros campos isto implica político e epistemologicamente em pontos que podem ser negativos e/ou positivos, a depender da perspectiva adotada. Negativos, numa perspectiva que enfraquece a singularidade do saber do campo; uma tendência de acúmulo do capital científico que se dirige aos agentes de fora, desestabiliza-se a autonomia relativa do campo diante das estruturas políticas de organização da ciência; para haver um diálogo é preciso uma partilha de razões (*diá-logos*), logo, os baixos índices dos títulos da Ciência da Informação podem sugerir uma conversa ainda tímida entre este campo (identidade) e os outros (diferença) com o qual se relaciona; a grande quantidade dos livros dos outros campos pode insinuar uma fortaleza hegemônica de um discurso perante o outro; por fim, a prevalência dos livros que

constitui o diferente enfraquece a identidade, pois institui uma relação assimétrica entre ambos, que dificulta o estabelecimento do comum-pertencer da informação, que acontece a partir da reunião dialógica do mesmo. Esses são supostos pontos negativos, que podem assim ser interpretados. Contudo, a síntese conclusiva que aqui se busca fazer direciona-se para os pontos positivos deste modo de ser da Ciência da Informação, com algumas ressalvas.

O ponto positivo está diante da expressão intertextual e intersubjetiva com que a Ciência da Informação compõe os seus discursos, ou seja, na possível negação da epistemologia da separação e na afirmação do mesmo denominado informação. Este mesmo, no sentido heideggeriano, não é o igual; no igual a diversidade desaparece, isto é, a informação não apareceria como uma heterologia discursiva, com a pluralidade de sentido que constitui a sua mesmidade, mas sim como ente fixo e dogmático, informação como $A=A$. É no mesmo que a diversidade se manifesta, é na abertura da diversidade que a informação se deixa dizer, como visto nos reflexos da informação que percorrem os diversos campos do saber humano. É encarando este mostrar-se da informação, enquanto mesmidade, que a Ciência da Informação poderá enxergar-se em rosto, em perfil (*eidōs*); onde “a revelação do rosto é a revelação da própria linguagem.” (AGAMBEN, 2001, p. 79)

Em verdade, é somente uma ressalva para o ponto positivo. O perigo dos pontos negativos. O perigo da uniformidade da diferença, isto é, da igualdade do outro a si mesmo. A unidade pálida do igual solapa a possibilidade da identidade e, por sua vez, da diferença. O fracasso do comum-pertencer da informação diante da epistemologia da separação é um perigo. “Ora, onde mora o perigo/é lá que também cresce o que salva”, dirá Heidegger através de Hölderlin (2010, p. 31). O que salva são os *diá-logos*, a partilha da palavra. A voz identitária da Ciência da Informação precisa soar com vigor, ecoar os seus estilos, anunciar os que jogam ao seu lado (*paradeigma*), afirmar seu modo de ser (*habitus*), suas similitudes do mesmo que habita uma ecomenia hermenêutica, por onde transborda a informação, esta palavra-em-diálogo, como indica a epígrafe desta conclusão. O saber informacional talvez aponte para abundância, contra uma “história da abstração⁷⁶”, da epistemologia da separação, e em diálogo “com a riqueza do ser”, como manifesta Feyerabend (2006). Assim, a informação, palavra-em-diálogo faz da Ciência da Informação um saber aberto, sendo no mundo com os outros saberes, somente assim *podemos los unos oír a los otros* e nos constituir.

⁷⁶ Abstração vem do latim *abstractio*, isto é, separação.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- AGAMBEN, Giorgio. **Medios sin fin**: notas sobre la política. Valencia: Pre-textos, 2001.
- AGAMBEN, Giorgio. A potência do pensamento. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, v. 18, n. 1, p. 11-28, jan./jun., 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby**: escrita da potência. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010a.
- AGAMBEN, Giorgio. O fim do pensamento. **Terceira Margem**, v. 8, n. 11, p. 157-159, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**: sobre el método. Barcelona: Anagrama, 2010b.
- AGUIAR, Leonel. Cultura comunicacional tecnológica: a imersão na pura imanência. **Alceu**, v. 5, n. 10, p. 83-93, jan./jun. 2005.
- ALVARADO, Rubén U. **A lei de Lotka e a produtividade dos autores**. 2007. 272 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 133-164, dez. 1993.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Uma face da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Lena V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p. 133-141.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. São Paulo: Contraponto, 1996.
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. São Paulo: Edições 70, 2008.
- BAÉZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARNES, Barry; BLOOR, David; HENRY, John. **Scientific knowledge**: a sociological analysis. Chicago: University of Chicago, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAZUCHI, Kathia Regina V. **As virtudes cardeais em Tomás de Aquino**. 2011.129 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2011.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1978.

BENOIT, Lelita. **Augusto Comte**: o fundador da física social. São Paulo: Moderna, 2006.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BLANQUET, M. La fonction documentaire: etude dans une perspective historique. **Documentaliste**, Paris, v. 30, n. 4-5, p. 199-204, 1993.

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Unesp, 2009.

BORGES, Jorge Luís. **Elogio da sombra**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2001.

BORGES, Jorge Luís. **O Aleph (1949)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BORGES, Jorge Luís. **O livro de areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BORNMANN, Lutz; DANIEL, Hans-Dieter. What do citation counts measure? A review of studies on citing behavior. **Journal of Documentation**, v. 64, n. 1, p. 45-80, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRADBURY, Ruy. **Fahrenheit 451**. Rio de Janeiro: Globo, 2003.

BUDD, John M. Jesse Shera: social epistemology and praxis. **Social Epistemology**, v. 16, n. 1, 93-98, 2002.

CAFÉ, Anderson Luís da Paixão. **Os critérios de avaliação do CNPq e da CAPES e a produção científica do campo da sociologia brasileira: 2007-2009**. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2012.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de área das ciências sociais aplicadas I 2009**. 2010. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/SOC_APLIC_07mai10.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2011.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Cadernos de indicadores**. 2012a. Disponível em:
<<http://conteudoweb.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relação de cursos recomendados e reconhecidos**. 2012b. Disponível em:
<<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisariles&codigoArea=60700009&descricaoArea=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=CI%20CANCIA+DA+INFORMA%20C3O&descricaoAreaAvaliacao=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+I>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia y Ciencia de la Información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CLARK, Burton. **The higher education system: academic organization in cross-national perspective**. Berkeley: University of California Press, 1983.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

COMTE, Auguste. **Apelo aos conservadores**. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1899.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COZZENS, Susan E. What do citations count? The rhetoric-first model. *Scientometrics*, v. 15, n. 5-6, p. 437-47, 1989.

CROMBIE, Alistair C. **Styles of scientific thinking in the European tradition**. Londres: Duckworth, 1994. 3v.

CRONIN, Blaise. **The citation process**: the role and significance of citation in scientific communication. London: Taylor Graham, 1984.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que e a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DESCARTES, René. **Discurso do método; regras para a direção do espírito**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

DOCUPEDIA. **Mundaneum Tiräng Karteikaarten**. 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres?um=1&hl=pt-BR&biw=1241&bih=554&tbm=isch&tbnid=KIuRp5bPqEqGqM:&imgrefurl=http://docupedia.es/contenido/cajones-que-contienen-los-registros-bibliogr%25C3%25A1ficos-del-sistema-bibliogr%25C3%25A1fico-universal-de-&docid=TWAFKwd_4qisnM&itg=1&imgurl=http://docupedia.es/sites/default/files/Mundaneum_Tir%2525C3%2525A4ng_Karteikaarten.jpg%253F1298890183&w=640&h=569&ei=hwMPUKX1J--K6QHPjIGADg&zoom=1&iact=hc&vpx=551&vpy=235&dur=388&hovh=212&hovw=238&tx=150&ty=163&sig=115366706102986173591&page=2&tbnh=161&tbnw=180&start=2&ndsp=18&ved=1t:429,r:9,s:26,i:180>. Acesso em: 7 de maio de 2012.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. (Tomo I: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber)

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

DURKHEIM, Émile. **L'évolution pédagogique en France**. Paris: PUF, 1938.

ECO, Umberto. **A memória vegetal**: e outros escritos de bibliofilia. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 22. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ECO, Umberto. **Obra aberta**: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A revolução da cultura impressa**: os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2 v.

EUGÊNIO, M.; FRANÇA, R. O.; PEREZ, R. C. A ciência da informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. **Perspect. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 1996.

FEBVRE, Lucien Paul Victor; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Unesp, 1992.

FEYERABEND, Paul. **A conquista da abundância**: uma história da abstração versus a riqueza do ser. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2006.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2007.

FISCHER, Steven R. **História da Leitura**. São Paulo: Unesp, 2006.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética da ciência. São Paulo: Unesp, 1995.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus**, v. 9, n. 14, 2009.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995. Edmonton. **Electronic proceedings**... 14 p. Disponível em: < <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm> >. Acesso em: 11 de maio 2011.

FURNER, Jonathan. Shera's social epistemology recast as psychological bibliography. **Social Epistemology**, v. 16, n. 1, 5-22, 2002.

GABRIEL JÚNIOR, Rene; LIMA, Lidyane. Fontes de informações que fundamentam os artigos publicados nas revistas de ciência da informação no Brasil em quatro décadas. ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 3, Gramado, 2012. **Anais...** Gramado: PPGCOM, 2012. No prelo.

GALILEI, Galileu. Carta de Galileu Galilei a Fortunio Liceti em Pádua. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. **Scientiae studia**, v.1, n. 1, p. 75-80, 2003.

GARVEY, W. D.; GRIFFITH, B. C. Scientific communication as a social system. In: GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science**. Oxford: Pergamon, 1979. p. 148-164.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Hagar Espanha. **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 77-83, 1995.

GONZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n.1, p. 27-40, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Entrevista. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, v. 3, n. 1, p. 172-181, jan./jun., 2012.

HACKING, Ian. **Ontologia histórica**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2009.

HAMILTON, David. What is a textbook? **Paradigm**, n. 3, 1990.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientia Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **O princípio do fundamento**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto – a filosofia? Identidade e diferença**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Serenidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

HERNON, P. ; McLURE, C.R. Eletronic U.S. government information: policy issues and directories. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 28, p. 45-110, 1993.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 7. ed. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1976.

HOBUSS, João. Sobre a disposição em Aristóteles: hexis e diathesis. **Dissertatio**, v. 31, p. 221-233, 2010.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-461, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUSSERL, Edmund. **Experience and judgement**. London: Routledge and Kegan Paul, 1973.

IBICT. **Catálogo dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Brasília, 1982.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KANT, Immanuel. **Resposta a pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 63-71.

KOBASHI, Nair; SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação. **Datagramazero**, v. 2, n. 2, 2001.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUHN, Thomas. **A tensão essencial**. Lisboa: Edições 70, 1989.

KUHN, Thomas. **O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993**. São Paulo: Unesp, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Imre. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Edições 70, 1999.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000b.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc, JACOB, Christian (Orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000a.

- LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. Os desafios da informatização. In: LEÃO, Emmanuel Carneiro (Org.). **A máquina e seu avesso**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987. p. 3-23.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. A história da filosofia grega. In: FERREIRA, Acylene M. C. (Org.) **Fenômeno & Sentido**. Salvador: Quarteto, 2003.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. O livro da linguagem. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 142, p. 7-13, 2000.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LENZI, L. A. F.; BRAMBILA, E. Z. Ciência da Informação, ciência e revolução científica: breve histórico e reflexões. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006.
- LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.) **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UnB, 1993. v.2, p. 675-679.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MAIR, Lucy. **Introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MARICONDA, Pablo; LACEY, Hugh. A águia e os estorninhos: Galileu e a autonomia da ciência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 49-65, maio de 2001.
- MARTINS, Sônia A.; PICELLI, Silvia A. X. de C.; MOSTAFA, Solange P. Objetivos educacionais nos planos de disciplinas do curso de mestrado em biblioteconomia da PUCCAMP (1977/1987). **Transinformação**, v. 1, n. 3, set./dez., 1989.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v.1.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MEIRINHOS, José Francisco P. **A fundamentação do conhecimento na *Scientia Libri de Anima de Pedro Hispano Portugalense***. 1989. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.

- MELO NETO, João Cabral de. **O artista inconfessável**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- MENDES, Armando D. **A casa e suas raízes**: ensaios sobre ecologia, economia e 'ecomenia'. Belém: Cejup, 1996.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011.
- MERTON, Robert K. **La sociología de la ciencia**. Madri: Alianza Editorial, 1985.
- MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI : jornadas temáticas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- NEHMY, R. M. Q. et. al. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspect. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.
- ODDONE, Nanci. **Ciência da informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. 157 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ensino e Pesquisa do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2004.
- ODDONE, Nanci. Revisitando a "Epistemologia Social": esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.
- ODDONE, Nanci; GOMES, Maria Yêda F. S. de F. Uma nova taxonomia para a ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. CD-Rom.
- ODDONE, Nanci. et al. Centros de cálculo: a mobilização do mundo. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 6, n. 1, jan./jun. 2000.
- OLIVEIRA, Marlene de (Org.) **Ciência da informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ORTEGA, Cristina. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. In: FREITAS, Lúdia; MARCONDES, Carlos; RODRIGUES, Ana (Org.). **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431 p. Versão original disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.
- PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

PFUETZENREITER, Márcia R. Epistemologia de Ludwik Fleck como referencial para a pesquisa nas ciências aplicadas. **Episteme**, Porto Alegre, n. 16, p. 111-135, jan./jun., 2003.

PINHEIRO, Lena Vânia R. (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999.

PLATÃO. **Diálogos**. São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores)

POLANYI, Michael. **The tacit dimension**. Chicago: University of Chicago, 2009.

PRICE, Derek de Solla. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRICE, John Derek de Solla. **Little science, big science**. New York, N. Y.: Columbia University Press, 1963.

QUEIRÓS, Carlos Fernando Gomes Galvão de. É a ciência da informação um saber humano ou social? In: PINHEIRO, Lena V.R. (Org.) **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999.

RENAULT, Leonardo V. Paradigmas e modelos: proposta de análise epistemológica para a Ciência da Informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 53-60, maio/ago. 2007.

ROMANCINI, Richard. O que é uma citação? A análise de citações na ciência. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 20-35, jul./dez., 2010.

ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos**. São Paulo: Unesp, 1992.

SALDANHA, Gustavo. **Viagens aos becos e travessas da tradição pragmática da ciência da informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein**. 2008. 302 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SALGADO, Sebastião. **África**. Rio de Janeiro: Taschen do Brasil, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHIMANK, Uwe. New public management and the academic profession: reflections on the German situation. **Minerva**, v. 43, p. 361-376, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SHERA, Jesse H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SHERA, Jesse H. **The foundations of education for librarianship**. New York: Wiley-Becker and Hayes, 1972.

SHERA, Jesse H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SHINN, Terry; RAGOUE, Pascal. **Controvérsias sobre a ciência**: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Editora 34, 2008.

SILVA, R. R. G. Ciência da Informação: perspectivas e indicativos para a ação. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p. 119-129.

SIMSOVA, S. Bibliopsychology. In: KENT, Allan (Ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Marcel Dekker, 1969, v. 2, 432-435 p.

STOPPINO, Mario. Autoridade. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.) **Dicionário de política**. 6. ed. Brasília: UnB, 1994. v. 1, p. 88-94.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000.

VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science**: historical, empirical and theoretical perspectives. Londres: Taylor Graham, 1992.

VATTIMO, Gianni. Livro - liberdade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 142, p. 29-35, 2000.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22-31. jan./jun. 2004.

WADDINGTON, Claudius. O livro e a invenção da modernidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 142, p. 135-154, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. da UNB, 1999. 2v

WHITLEY, Richard. **The intellectual and social organization of the sciences**. New York: Oxford University Press, 2000.

WHITLEY, Richard. Changing authority relations in public science systems and their consequences for the direction and organization of research. **Manchester Business School**, n. 556, 2008.

WHITLEY, Richard. Changing governance of the public sciences: the consequences of establishing research evaluation systems for knowledge production in different countries and scientific fields. In: WHITLEY, Richard; GLAESER, Jochen. (Ed.) **The Changing Governance of the Sciences**. Dordrecht: Springer, 2007. p. 3-27.

WOUTERS, Paul F. **The citation culture**. PhD thesis. University of Amsterdam, 1999.

ZIMAN, John. **Prometheus Bound**: science in a dynamic steady state. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

